

# Revista AduSP

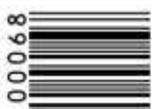
Associação de Docentes da USP  
Seção Sindical do Andes-SN - Novembro de 2024 - Nº68

Hable,  
Gudynas!



# 1964 + 60

## O golpe militar ainda tortura o Brasil



“Inovação” é senha para  
negócios na universidade?

# ÍNDICE

## ENTREVISTA ESPECIAL

6

Direitos da natureza e biocentrismo, segundo Eduardo Gudynas

## 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL

21

Ditaduras militares: o que resta delas?

*Oswaldo Coggiola*

28

Classe trabalhadora, greves e repressão sob a Ditadura Militar (1964-1985)

*Fernando Sarti Ferreira*

34

Camponeses, operários e a tentativa de resistência armada ao golpe de 1964 na Baixada Fluminense

*Gabriel Souza Bastos*

49

A Esalq-USP e a gênese do “Agronegócio”

*Rodrigo Sarruge Molina*

55

Ditadura Militar e USP, alguns apontamentos

*Pedro Estevam da Rocha Pomar*

68

Norberto Nehring, 83

*Marta Nehring*

## NEOLIBERALISMO, MERCADO, PODER

72

O impulso para os negócios na universidade

*Érico Lopes Pinheiro de Paula e Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo*

77

“Empreendedorismo” bilionário, a face real da “inovação” na USP

*Pedro Estevam da Rocha Pomar e Paulo Hebmüller*

91

Incorporação de “Inovação” à Pró-Reitoria de Pesquisa consolida política que atrela atividades da USP aos interesses de mercado

94

Pró-Reitoria de Pós-Graduação vai oferecer disciplina para formar “cientistas empreendedores”, que poderão apresentar suas ideias aos tubarões do mercado

95

Auspin oferece bolsas de intercâmbio na modalidade “empreendedorismo” e inclui empresas na banca de seleção dos projetos

96

Agência USP de Inovação lista mais de 150 disciplinas “empreendedoras” e “multidisciplinares”

99

“Bolsas de empreendedorismo” da Auspin serão concedidas mediante aferição do “grau” e do “teor inovador-empreendedor” dos projetos

102

Carta

#### **DIRETORIA**

Michele Schultz Ramos,  
Gabrielle Weber Martins,  
Soraia Chung Saura,  
Annie Schmaltz Hsiou,  
Jorge Luiz Souto Maior,  
Márcio Moretto Ribeiro,  
Elvio Rodrigues Martins,  
Eliel Soares Orenha,  
Flávio Teixeira da Silva,  
Paulo Eduardo Moruzzi Marques,  
Marcelo M. de Luca de Oliveira Ribeiro,  
Marcelo Zaiat

#### **Comissão Editorial**

Diamantino Pereira,  
Heloisa Borsari,  
Jorge Luís da Silva Grespan,  
Marcelo Zaiat,  
Marta Medeiros Marques,  
Sérgio Paulo Souto,  
Suzana Salém,  
Vera Navarro

**Editor:** Pedro Estevam da Rocha Pomar

**Redação:** Paulo Hebmüller

**Editor de Arte:** Luís Ricardo Câmara

**Secretaria:** Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

**Distribuição:** Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Adusp - S. Sind.  
Av. Prof. Almeida Prado, 1366  
CEP 05508-070 - Cid. Universitária - São Paulo - SP  
Internet: <http://www.adusp.org.br>  
E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)  
Telefones: (011) 3091-4465, 3091-4466, 3724-8900

A **Revista Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade. Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

# O GOLPE DEU CERTO

O golpe de Estado de 1964 foi vitorioso em mais de um sentido. De imediato ele destituiu o governo de João Goulart (Jango), barrou as chamadas “reformas de base”, reprimiu e desarticulou o movimento popular e democrático, deflagrou um processo de rápida acumulação do capital. Instituiu o mais longo regime ditatorial da história brasileira. Abriu caminho à supremacia do capital financeiro e ao advento do neoliberalismo nas suas diferentes facetas.

A Ditadura Militar chegou a 1985 enfraquecida, porém com força suficiente para ditar os termos do processo de transição para um regime civil dotado de certas liberdades democráticas. Preservou-se a impunidade dos torturadores, já enxertada na Lei da Anistia de 1979. O golpe enquadrou o Brasil. Ainda hoje, nosso país não consegue livrar-se dos condicionantes impostos pelos generais ao final da Ditadura e, em seguida, na elaboração da Constituição de 1988. Temos uma caricatura de democracia, um simulacro de “estado de direito” que só se realiza, na sua inteireza, para a burguesia e demais contingentes brancos, bem postos e bem remunerados da população nacional.

A imensa desigualdade social é garantida por uma espécie de *apartheid*. Para dezenas de milhões de negros e negras, de trabalhadores e trabalhadoras pobres das periferias, de quilombolas e de indígenas, de posseiros e pequenos camponeses, o que vale, na real, é o Terrorismo de Estado, geralmente via Polícia Militar (PM), eventualmente pelas mãos de outras forças policiais ou das Forças Armadas.

Na atualidade as imagens de desaparecidos da Ditadura, como Heleny Guariba, Rubens Paiva e Stuart Angel, confundem-se com a do pedreiro Amarildo, torturado e assassinado numa “Unidade de Polícia Pacificadora” (*sic*) da PM-RJ em 2013 e cujo corpo jamais foi encontrado. Como ignorar os oitenta populares torturados e executados a céu aberto pela PM-SP na Baixada Santista (em 2023 e 2024), ou os milhares de jovens negros assassinados ao longo de anos pe-

la PM-BA? A imagem de Aurora Furtado mescla-se com a da jovem grávida Thainara, assassinada pela PM-MG quando tentava defender o irmão autista. Os governos de esquerda de Lula (2003-2010) e Dilma, não obstante relevantes realizações, não se mostraram dispostos a levar a cabo reformas estruturais capazes de superar o *apartheid* e pôr fim ao Terrorismo de Estado. No atual governo, Lula chegou a proibir atividades críticas relacionadas ao sexagésimo aniversário do golpe.

## “Remoendo o passado”

Nesta edição, reunimos contribuições instigantes sobre o golpe e seus reflexos, de autoria de Osvaldo Coggiola, Fernando Sarti Ferreira, Gabriel Souza Bastos e de Rodrigo Sarruge Molina, que mostra como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) tornou-se a pia batismal do agronegócio no país. Outro texto descreve o lento processo de reparações simbólicas iniciado na USP, que recusa-se a extinguir o regimento disciplinar herdado da Ditadura. Nessa mesma seara, oferecemos ao leitor belíssimo artigo da cineasta Marta Nehring sobre seu pai, Norberto Nehring, professor da FEA assassinado por agentes de um centro de torturas que outro professor da FEA, Delfim Netto, ajudou a montar.

## Revista Adusp, 30 anos!

Neste 2024 nossa modesta publicação completa trinta anos de existência, fato certamente digno de comemoração. Podemos ser acusados de repetitivos, por insistir em temas como Ditadura Militar e privatização da USP, mas a realidade nos impele a tanto. Assim, decidimos incluir na presente edição um pequeno dossiê sobre a questão do “empreendedorismo” e da “inovação”. Por fim, uma novidade: a inquietante entrevista concedida pelo pesquisador uruguaio Eduardo Gudynas. Boa leitura!

*O Editor*

# DIREITOS DA NATUREZA E BIOCENETRISMO, SEGUNDO EDUARDO GUDYNAS

Gudynas.com



*Gudynas participa de mesa-redonda na Feira Internacional do Livro da Bolívia, em La Paz (agosto de 2023)*

---

## **Grupo de Trabalho em Políticas Agrárias e Socioambientais - GTPAS**

*Nesta entrevista, o ambientalista uruguaio Eduardo Gudynas, biólogo de formação, autor, entre outros, do livro Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais (lançado no Brasil pela Editora Elefante), aborda temas relativos tanto à leitura da crise atual — ‘policrisis’, para ele — quanto às perspectivas paradigmáticas sugeridas para sua superação, tais como os Direitos da Natureza, o biocentrismo, o esgotamento da Modernidade e o Bem-Viver.*

*A crise socioambiental global, evidenciada por mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação dos ecossistemas, injustiça e desigualdade sociais, revela um desafio profundo: a estrutura da modernidade, centrada na ideia de progresso, no crescimento econômico incessante e na exploração desenfreada da natureza e das pessoas, está em crise. Este cenário é denominado por Gudynas como uma policrise, um termo que encapsula a interseção e a multiplicidade de crises ambientais, sociais e econômicas que assolam o planeta simultaneamente.*

*O conceito de policrise não se refere apenas a uma somatória de crises específicas, mas a uma situação que reflete a interconexão e complexidade dos desafios contemporâneos. Colapso climático, desastres “naturais” (socialmente provocados), desigualdade social, crises econômicas e conflitos políticos são partes de um sistema interdependente. Um elemento importante na caracterização da crise atual está ligado a um processo de esgotamento da modernidade: os paradigmas e práticas que têm guiado as sociedades modernas, especialmente no Ocidente, não apontam para a superação da crise.*

*O conceito de esgotamento da modernidade não se limita a uma crítica ao modelo econômico vigente, mas envolve uma análise profunda das bases culturais e filosóficas que sustentam esse modelo. A modernidade, com seu enfoque na racionalidade instrumental e no progresso material, negligenciou a necessidade de harmonizar o bem-estar das pessoas com a saúde do planeta. O resultado é uma crise ecológica que ameaça não apenas o ambiente, mas as próprias fundações do suporte à vida no planeta.*

*Neste contexto, a noção de direitos da natureza surge como uma resposta inovadora e necessária. Diferentemente das abordagens tradicionais que tratam a natureza e seus componentes como uma mera fonte de recursos a serem explorados, esta perspectiva reconhece a natureza e seus integrantes como sujeitos de direitos: rios, florestas, montanhas e outros elementos naturais possuem direitos intrínsecos, independentemente de sua utilidade para os seres humanos. Esta visão não apenas promove a conservação ambiental, mas também desafia as estruturas econômicas e sociais que sustentam a exploração socioambiental que reduz todos os integrantes da natureza, incluindo os seres humanos, à condição de objetos dessa exploração.*

A consagração dos direitos da natureza implica uma mudança radical na forma como as ações, as leis e políticas são formuladas e implementadas, pois isso exige que sejam avaliados não apenas os benefícios econômicos imediatos, mas também os impactos sobre os sistemas naturais e sociais, bem como sobre os direitos de

existência plena de seus integrantes. Este princípio foi formalmente, e pioneiramente, adotado na Constituição do Equador, que reconhece explicitamente os direitos da Natureza, ou Pachamama, que muitos traduzem como “Mãe Terra”, embora tenha um significado mais territorialmente localizado pelos laços comunitários que se estabelecem entre os agrupamentos originários e a natureza que os envolve.

Paralelamente, o conceito de bem-viver (*sumak kawsay* em quíchua, ou *suma qamaña* em aimará) complementa esta visão, propondo um modelo de vida que privilegia a convivência entre os seres humanos, e destes, com a natureza. O bem-viver, segundo Gudynas, é uma alternativa centrada na busca de uma vida plena e equilibrada. Este conceito vai além do bem-estar individual, abrangendo o bem-estar comunitário e ambiental. É uma filosofia que valoriza o respeito e o conviver entre todos os elementos do ecossistema, reconhecendo que a saúde humana e a saúde do planeta são inseparáveis.

Daí decorre uma nova perspectiva para o enfrentamento da polícrise, na qual os direitos da natureza e o bem-viver estejam no centro das práticas sociais e das políticas públicas. A transição para este novo paradigma requer mudanças profundas nas estruturas socioeconômicas, nas formas de governança e nas atitudes culturais. Este desafio é, ao mesmo tempo, uma oportunidade para construir sociedades mais justas, equitativas e participativas.

A crise ecológica atual desafia-nos a repensar a modernidade e a abraçar novas formas de coexistência entre os humanos e destes com a natureza. Os direitos da natureza e o conceito de bem-viver, conforme sugeridos por Gudynas, oferecem um caminho promissor para superar a polícrise e construir um futuro baseado em um compromisso coletivo com valores que promovam o respeito pela vida em todas as suas formas.

A seguir, publicamos a íntegra da entrevista realizada pelos integrantes do Grupo de Trabalho em Políticas Agrárias e Socioambientais (GTPAS) da Adusp em 29 de dezembro de 2023. Participaram da entrevista: André Felipe Simões (EACH), Diamantino Pereira (EACH), Elvio Rodrigues Martins (FFLCH), Laura Alves Martinari (ESALQ) e Marcos Bernardino de Carvalho (EACH). As perguntas serão identificadas com a sigla GTPAS e Gudynas terá suas respostas identificadas com as iniciais EG.

**O bem-viver é uma alternativa centrada na busca de uma vida plena e equilibrada. Reconhece que a saúde humana e a saúde do planeta são inseparáveis**

**GTPAS.** Antes de qualquer coisa, gostaríamos que você nos contasse um pouco da sua trajetória. O que você está fazendo na atualidade? Qual é a sua trajetória militante/acadêmica/profissional?

**EG.** Esta entrevista é muito importante para mim. Muito inusual, porque se tudo funcionar bem na burocracia do Uruguai, na próxima semana vou me aposentar. Então, esta seria a minha última entrevista como proletário ativo antes de me aposentar. E isso tem uma afetividade estranha, porque também leva a rever muitos anos de trabalho.

Então, sobre a história, eu gostaria de destacar alguns pontos. A primeira coisa é que venho de família de trabalhadores, de operários. Meu pai era metalúrgico. Digo isso, por um lado, pelo apoio que ele me deu na minha formação e que permitiu meus estudos. Mas, por outro lado, porque o trabalho manual, o saber fazer, também andava de mãos dadas e faz parte da formação intelectual. E parece-me que isso ainda é importante.

Também é importante lembrar que muitos dos meus estudos foram realizados sob um governo militar no Uruguai. E, portanto, as opções de estudo não eram simples nem fáceis. Por isso, minha formação é heterodoxa e não me considero um acadêmico, mas sim um militante. E isso tem a ver com essa formação heterodoxa, porque nos anos 1970, quando eu estudava, no século passado, fiz biologia e medicina. E depois, na década de 1980, eu trabalhava no Centro da Família Franciscana, que tratava das questões de direitos humanos e de política, que foi muito atuante na saída do governo militar do Uruguai, e tinha uma área ambiental da qual eu participava. Isso me permitiu estudar ecologia social num mestrado que a Família Franciscana abriu no Uruguai em coordenação com seu Centro Universitário em Roma.

Portanto, minha formação é uma mistura entre muitos anos de biologia e também a dimensão social como parte desses estudos em ecologia social, o que seria semelhante ou análogo ao que hoje poderia ser chamado de ecologia humana ou ecologia política.

Desde então, meu principal trabalho tem sido o acompanhamento militante com análise e reflexão para diferentes organizações, movimentos ou congêneres na América do Sul. Temos trabalhado com regularidade em todos os países, exceto Paraguai, Venezuela, Guiana e Suriname. Mas temos várias parcerias nos demais países da América

do Sul. Algumas têm 20, 25 ou 30 anos de trabalho conjunto. E sempre estiveram associadas e vinculadas a essas relações entre política, ambiente e desenvolvimento.

O que mais eu posso dizer? Bom, sou casado, tenho uma filha, tenho uma neta e gatos.

**GTPAS.** E está casado com uma quase brasileira.

**EG.** Claro, uma família da fronteira entre Brasil e Uruguai, gaúchos. De fato, boa parte dessa família mora atualmente no Brasil. Muitos vivem em São Paulo.

**“Desde a década de 1980, tínhamos diálogo com grupos que abordavam a chamada, na época, ‘ecologia profunda’, em paralelo com grupos que trabalhavam no norte em ecologia humana e biologia da conservação”**

**GTPAS.** E a cátedra de que você participa na Universidade de Oslo?

**EG.** Essa é uma cátedra que é atribuída uma vez por ano a alguém, um professor, ou pesquisador, de diferentes países. Então, em uma oportunidade, recebi essa cátedra. Isso, ademais, tinha outros significados, porque em momentos diferentes, no início dos anos 90, Arne Næss, que dá nome à Cátedra, visitou Montevideu e nos conhecemos pessoalmente. De fato, o nosso grupo de trabalho promoveu um seminário naquele tempo, porque Arne visitava Montevideu, na escala que fazia em suas visitas regulares à Antártida. Por essa via ou por outras, desde a década de 1980, tínhamos uma participação, um diálogo, com diversos grupos que abordavam a questão do que na época se chamava “ecologia profunda”, paralelamente com grupos que no norte trabalhavam em ecologia humana e com aqueles que trabalhavam em biologia da conservação. Então, de fato, éramos um dos poucos grupos de militantes pesquisadores que conseguiam estabelecer nexos entre as diferentes disciplinas, em parte porque procurávamos isso e em parte por casualidade. Como, por exemplo, proporcionávamos essas viagens do Næss e suas estadias em Montevideu.

**GTPAS.** E o Centro Latinoamericano de Ecologia Social?

**EG.** O Centro Latinoamericano de Ecologia Social funciona desde 1989 e na verdade é o nome da área ecológica, ambiental e de desenvolvimento daquele Centro Franciscano que mencionei a vocês. Aquele Centro Franciscano tornou-se enorme no Uruguai. Num processo muito lento na década de 1980, foi subdividindo-se em áreas temáticas: uma área com foco nos direitos humanos; outras áreas de apoio a processos que poderíamos chamar de economia solidária; outras de educação popular; e na área ambiental houve uma que focou no Uruguai, especificamente, seguindo os temas de tecnologias apropriadas; e nós fomos a área que deu prosseguimento ao tema ambiental em nível latino-americano.

Assim, em todos esses anos tenho trabalhado no mesmo lugar, praticamente sem mudança, exceto numa passagem pela Universidade.

Agora, por motivos, novamente, onde a casualidade atuou, distintas pessoas chave para os temas da ecologia humana, por exemplo, uma vez ou outra vinham a Montevideu e com alguns deles se estabeleciam relações de trabalho, com outros nem tanto, ou com outros, simplesmente seminários.

Então, nesse exercício de memórias e nostalgia, daquela década de 1990, por exemplo, lembro de ter feito cursos com Joan Martínez-Alier em Montevideu no nosso grupo. Lembro-me de receber Silvio Funtowicz, o pai da ciência pós-normal, e seus colegas, também em Montevideu. Todo o grupo de ecologia humana do College of the Atlantic, nos Estados Unidos, que é uma instituição chave neste tema, também vinham a Montevideu tanto quanto nós e outros íamos aos Estados Unidos. E assim sucessivamente, em múltiplos temas.

Desta forma, estabeleceram-se redes em nível continental sul-americano com parceiros tanto na Europa Ocidental como nos Estados Unidos. Por exemplo, outro ponto: atividades que tiveram muita influência no nosso trabalho, como as primeiras explorações de transições para a sustentabilidade, foram feitas em colaboração com o Instituto Wuppertal, que concordou em ministrar um curso para vários latino-americanos em Santiago, Chile. Isso influenciou muito o nosso trabalho. Mas, ao mesmo tempo, já estive no Instituto Wuppertal comparilhando atividades com Wolfgang Sachs e sua equipe. Assim, sucessivamente, montou-se essa rede que em al-

guns casos, como eu disse, permaneceu ativa com muitos queridos amigos e colegas durante anos e anos.

**GTPAS.** Professor, quando for oportuno gostaríamos de entender melhor essas diferenças entre ecologia social e ecologia humana; e como é que fica essa relação, ainda, com a ecologia profunda, *deep ecology*. Mas antes, gostaríamos que você falasse sobre a caracterização da nossa crise atual. Você costuma chamá-la de policrise. Alguns a denominam de convergência crítica. Nesse conjunto de crises ou nessa policrise que a gente está vivendo, a chamada crise socioambiental ocupa um lugar especial ou ela pode ser vista como uma síntese de todas as outras crises?

**“Questões sociais e ambientais são indissociáveis — e dentro do social estão as questões econômicas, políticas, culturais etc. Não podem ser reduzidas a uma única causa. Na América Latina temos a condição colonial. Meu uso do termo *policrise* tem componente multicausal e de irredutibilidade”**

**EG.** Neste momento há dois usos do termo policrise. Há um uso superficial, ou jornalístico, que enfatiza a ideia de que existem muitas crises mais ou menos simultâneas. Eu não sigo essa tendência. Há um outro uso do termo policrise que revela que estamos numa crise que é múltipla, que se desdobra em várias dimensões.

Portanto, as questões sociais e ambientais são indissociáveis e dentro do social, por sua vez, estão as econômicas, políticas, culturais etc. Estas não podem ser reduzidas a uma única causa. Isso é chave. Não existe uma causa única. E, portanto, medidas alternativas de reação ou reparação que assumam que existe uma causa única fracassarão. E essas [causas] estão incorporadas, fluem em ritmos diferentes com velocidades diferentes. Algumas são mais antigas e outras mais recentes.

Entre as mais antigas há uma condição que não se pode esquecer no nosso caso, da América Latina, que é uma condição colonial. Portanto, meu uso do termo policrise

tem aquele componente de irredutibilidade, multicausal. Ademais, há uma limitação, se vocês preferirem, prática, ou talvez epistemológica, de que nem todas as causas são facilmente identificáveis, apreensíveis, palpáveis.

Agora, por que uso o termo policrise? Porque, a meu ver, isso está relacionado com um esgotamento da modernidade.

**GTPAS.** Você, parece, não tem uma simpatia muito grande em classificar esse conjunto policrítico como sendo uma crise civilizatória. Você pode discorrer um pouco sobre isso?

**EG.** Sim e não. Sim, no sentido de que a policrise revela insuficiências, limitações, contradições ou tensões dentro do grande programa civilizacional do moderno. Nesse sentido, sim, é. Mas não é, se o uso do conceito “crise de civilização” implica que a alternativa será uma nova forma de civilidade, porque o conceito de civilidade é inseparável das suas raízes modernas.

Por isso, a relação com a ideia de policrise. Porque a ideia de policrise indica que tentativas de soluções, reparos ou ajustes podem, talvez algumas, dar certo. Mas, à medida que os processos de fundo que produzem a policrise continuam a operar, em breve ocorrerá uma nova crise na mesma dimensão e sobre a mesma questão, ou outra crise associada sobre uma questão semelhante ou relacionada.

Portanto, dito de outra forma, de forma esquemática — simples, mas esquemática — a policrise é uma policrise civilizacional. Portanto, uma alternativa não é recriar aquela civilização que funciona mal.

**GTPAS.** Você concordaria [então] em caracterizar a crise como civilizacional, se com isso a gente estiver dizendo que é a crise da modernidade que gerou e que produziu essa policrise.

**“Não creio na ideia de uma modernidade malvada. Parece-me mais correto descrever a *policrise* como um esgotamento do moderno, está esgotado no sentido de que não consegue solucionar essas diferentes crises, não consegue resolvê-las”**

**EG.** Mas não creio na ideia de uma modernidade malvada, ou de uma modernidade má ou de que tudo é mau. Então, a ideia que eu tenho, e como disse no curso — com certeza estou errado, mas também não me causa problemas, é uma reflexão em andamento — parece-me mais correto descrevê-la como um esgotamento do moderno.

Então, dentro dos modernos haverá coisas positivas, inclusive para a alternativa. Existem várias delas positivas. Há outras que deverão ser reformuladas. Há outras claramente negativas. Mas o que acontece é que o moderno está esgotado no sentido de que já não consegue solucionar essas diferentes crises, não consegue resolvê-las. Não tem essa capacidade de inovação. Quase tudo — ou tudo — já foi tentado e repetidamente aparecem os problemas que classificamos como crises. Então o que existe é uma exaustão. Esgotamento no sentido de que não oferece soluções, esgotaram-se.

Nas atuais circunstâncias dos problemas sociais, políticos, econômicos, mudanças climáticas, desde o que agora está acontecendo na Argentina, ou no Peru, são demonstrações claras deste esgotamento. Ou seja, uma forma de fazer política que não consegue resolver nenhum dos problemas substantivos do país. E, além disso, as amplas maiorias estão marginalizadas, ou ausentes, ou desinteressadas. Então, para mim, o termo *esgotamento do moderno* me parece mais rigoroso para descrever o que está acontecendo.

**GTPAS.** Mas o que caracteriza a modernidade para que, efetivamente, ela possa ser considerada em crise e em esgotamento?

**EG.** Uma crítica ou reação habitual a esta ideia de esgotamento da modernidade é sustentar que a modernidade é heterogênea, que há muitas modernidades. Sim, sem dúvida. De fato, na nossa área de trabalho estudamos um aspecto particular dessa diversidade, o que chamamos de diferentes variedades de desenvolvimento, diferentes modos de conceber as ideias de desenvolvimento.

Mas todas as ideias de desenvolvimento têm uma base comum. Certos elementos se repetem em todas as variedades. O mesmo se aplica à ideia de modernidade. Mas além das modernidades, digamos, centrais que pode ter um alemão em Berlim, ou as modernidades periféricas, no estado do Acre, no Brasil, há certos elementos que se repetem continuamente. Em um dos desembarques em

Guarulhos, lá no aeroporto de São Paulo, em um grande mural na área internacional, tem uma frase que diz mais ou menos: “Brasil é a modernidade”.

Então, quais são essas ideias que se repetem em todos os países, sob diferentes prismas, inclusive culturais — como alguns sociólogos podem determinar? Bem, a primeira: a dualidade que separa sociedade e natureza. A segunda: os únicos sujeitos com capacidade para outorgar valores são os humanos. Portanto, o que não é humano é objeto. Terceiro: linearidade da história. As histórias são lineares. Quarto: apego à ideia de progresso. A ideia de progresso, por sua vez, tem diferentes manifestações históricas, a que vivemos agora é a de desenvolvimento. A que se segue: origem eurocêntrica. Mas não no sentido de, por exemplo, Enrique Dussel, de que assim que chegou [Cristóvão] Colombo a modernidade começou. Não há fundamento para isso. Mas há uma base para dizer que existe uma origem eurocêntrica, pelo menos da grande revolução cartesiana, desde o Iluminismo até aqui, porque alimentou precisamente estas ideias. Próxima ideia: otimismo técnico-científico; a ciência e a tecnologia vão resolver os problemas. Próxima: inversão da relação entre passado e futuro; da modernidade vamos ao futuro.

Bem, e assim por diante, existem várias características mais. Mas quero me deter em outra muito particular. A modernidade acredita que é universal e que ela é tudo. Tem uma pretensão de universalidade, de que não tem limites e que todos devem estar subsumidos a essa imagem, a essas posições. Então, a modernidade é uma forma de sentir e de pensar indissociável, a parte racional da parte afetiva.

Na abordagem que utilizo, sigo a abordagem dos antropólogos, chamando isso de ontologia, ou seja: é uma ontologia dos modernos, que não é o mesmo termo e o mesmo significado dos filósofos — mas esclareço para torná-lo evidente.

A modernidade é como se constrói o que consideramos real, como se constroem nossos mitos, nossas imaginações, nossas atividades e o que, também acreditamos, abrange tudo e não tem limites. E esta é outra particularidade do moderno que não encontramos em outras ontologias. Outras ontologias reconhecem uma pluralidade de outros modos de entender o mundo, de outras cosmologias, se vocês preferirem. Mas o moderno considera que eles são tudo. É tudo, não há limite, não há fronteira.

Isso é fundamental para mim. Por que? Porque isso me permite articular as ideias que apresentei a vocês. Por que existe uma policrise? Porque continuamos dentro das variedades da modernidade. E a própria modernidade anula o pensar, o imaginar, o sentimento de que pode haver uma alternativa de limite, uma fronteira para além dela. Isso não existe.

**“Sofremos porque continuamos girando dentro da modernidade. Bolívar Echeverría propõe uma modernidade latino-americana que seja solidária e justa. Essas ideias básicas são análogas à estratégia do neodesenvolvimento sob Lula 1 e Lula 2: ‘Nós vamos praticar o desenvolvimento, mas vamos fazer um desenvolvimento bom, solidário’”**

Sofremos com esse esgotamento porque continuamos girando dentro dessa modernidade. Houve tentativas latino-americanas muito valiosas. Por exemplo, um autor que me é mencionado várias vezes é Bolívar Echeverría, o mexicano que faz uma leitura alternativa da modernidade a partir de uma perspectiva marxista.

A pretensão de alternativa de Bolívar Echeverría, a proposta de mudança, é a de ter uma modernidade boa, uma modernidade latino-americana que seja solidária e justa. Mas ele quer seguir sendo moderno. Essa forma de raciocínio, essas ideias básicas, são análogas — não são iguais, mas são análogas — por exemplo, à estratégia do neodesenvolvimento do Partido dos Trabalhadores sob Lula 1 e Lula 2: “Nós vamos praticar o desenvolvimento, mas vamos fazer um desenvolvimento bom, solidário”. Eles querem seguir sendo desenvolvimentistas dentro da modernidade.

Outro exemplo: hoje de manhã recebi a *newsletter* do Instituto Tricontinental, que fica em Nova Delhi, e tem um escritório no Brasil. Eles propõem como alternativa para os países do Sul o que qualificam como o êxito do



Com Ailton Krenak, em São Paulo, lançando a versão de *Direitos da Natureza em português* (2019)

desenvolvimento socialista da China. E diagnosticam que o socialismo da China, o que eles qualificam como socialismo da China, tem sido ecologicamente benéfico para a América Latina e que não tem havido nenhum problema ambiental, nem social – quando, na verdade, vários dos nossos parceiros no continente demonstraram o não cumprimento dos direitos humanos e sindicais das empresas chinesas que operam nos países andinos e a enorme quantidade de impactos ambientais que têm uma série de atividades de mineração e exportações do agro-negócio para a China. O que quero dizer, neste exemplo, é que este desenvolvimentismo alternativo é apresentado dentro de uma modernidade, que nos remete a um comunismo de Estado da China como uma alternativa, como mudança, como solução para os problemas atuais. Mas seguem sendo modernos e nós já padecemos as consequências negativas desse esforço. Então, bem, é isso que quero dizer com modernidade.

**GTPAS.** Você não concorda com a datação do Dussel para 1492 como origem do moderno, pelas razões que você mesmo explicou. Essa data precisaria ser calibrada, porque tem a ver inclusive com os paradigmas cartesia-

nos, com a colocação do homem e o *antropo* no centro de tudo, não é verdade? O homem como sendo o que estipula o valor de tudo, não é? E talvez não haja nada mais moderno, nesse sentido, do que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, por exemplo, porque embute a questão da universalidade e de direitos. Nesse sentido, podemos trazer a nossa conversa para os direitos da natureza, você não acha? Porque se existe algum paradigma, alguma sugestão que talvez confronte o esgotamento da modernidade pode ser que sejam os direitos da natureza. Vamos conversar um pouco sobre isso?

Ademais é o título do seu livro, que talvez seja o título mais conhecido de sua autoria aqui. Você lançou esse livro num debate junto com Ailton Krenak, em 2019, realizado na Casa do Povo, em São Paulo e lá vocês debateram intensamente essa questão. Naquela ocasião você disse que consagrar os direitos da natureza não resolve os nossos problemas necessariamente, mas abre a porta para uma referência que, talvez, abrigue e acolha muito daquilo que você está levantando. Se você pudesse falar um pouco da origem da ideia de direitos da natureza, como isso confronta a própria modernidade, a sua importância

e se teria sentido, ou seria um pouco moderno demais, falar numa Declaração Universal dos Direitos da Natureza.

**“O biocêntrico coloca a vida em primeiro lugar e reconhece os seres vivos não humanos, e mesmo os ambientes, como sujeitos. Então o primeiro passo, o gatilho, é reconhecer os sujeitos não humanos, que têm valor próprio e, portanto, automaticamente têm direitos”**

**EG.** Houve várias tentativas de avançar nessa direção, desde o século XIX. Antecedentes esquecidos no início do século XX aqui na América Latina. Por exemplo, nessas viagens eu vou às livrarias, aos sebos. Então me deparei com um autor boliviano do início do século XX que defendia uma visão romântica da natureza afinada com a postura biocêntrica que conduz aos direitos da natureza.

Um impulso importante para estas tentativas ocorreu no final da década de 1980 e no início da década de 1990. Arne Næss, o filósofo norueguês, teve muito a ver com isso, com sua ideia, seu programa de ecologia profunda. Mas isso não deu frutos, não se cristalizou em nada de concreto. Porque foi combatido especialmente a partir de algumas áreas acadêmicas, inclusive a mais inesperada, porque foi combatida pela biologia da conservação. Uma importante ala da biologia da conservação, que considerava que a conservação da natureza era uma questão essencialmente técnico-científica e não tinha ligações com questões éticas ou morais.

Arne Næss manteve uma forte articulação, complementada por Michael Soulé que é um dos fundadores da biologia da conservação, que a qualificou como uma disciplina de crise e que exigia vincular a ciência à militância, à ação. Essa posição foi fortemente contestada por muitos biólogos conservacionistas e especialmente pelo movimento conservacionista dos EUA focado em instrumentos de mercado para a gestão da natureza — especialmente a Nature Conservancy e a Conservation International. Digo isso porque o Brasil foi um dos espaços de disputa dessas perspectivas.

A visão da ecologia profunda foi finalmente relegada com o passar dos anos. Paralelamente, não necessariamente conscientes disso, houve nos países andinos uma forte discussão, ensaios e reflexões, que chegaram a preceitos semelhantes à ecologia profunda, mas seguindo outros pontos de partida e outros caminhos nas mãos de intelectuais, militantes, alguns indígenas de povos originários e outros vinculados aos povos originários. Isso aconteceu no Peru, onde finalmente definiu, reduzido no final da década de 1990; aconteceu na Bolívia e no Equador, que foi um sucesso, porque coincidiu com uma abertura política e a virada para o progressismo com os novos governos de esquerda de Rafael Correa, no seu primeiro mandato, e Evo Morales no seu primeiro mandato, respectivamente no Equador e na Bolívia.

O ponto básico, a perspectiva básica deles é que foram ensaios biocêntricos, que romperam com aquele mandato antropocêntrico, onde o ser humano é o centro da valoração, das perspectivas, da visão e da gestão no mundo.

Por outro lado, o biocêntrico coloca a vida em primeiro lugar e reconhece os seres vivos não humanos, ou mesmo os ambientes, como sujeitos. Então, reparem que aqui foi diferente: o primeiro passo, o gatilho, é reconhecer os sujeitos não humanos, que têm valor próprio e, portanto, automaticamente têm direitos. Vocês entendem como tem havido diferentes maneiras de alcançar os direitos da natureza?

**GTPAS.** A questão do biocentrismo como pré-condição para o acolhimento da ideia de direitos da natureza bem colocada. A necessidade do giro biocêntrico, não é?

**EG.** Sim, a visão biocêntrica inclui dentro de si a antropocêntrica, não são opostas.

**GTPAS.** É mais generosa.

**“Os direitos da Mãe Terra, da Pachamama, ou como se queira formulá-los, são sempre locais, porque estão sempre ligados a um ambiente, a um território, a um espaço, a um coletivo socioecológico específico. Cada país terá de construir sua própria versão desses direitos”**

**EG.** Claro, porque o biocêntrico diz: “Tem gente que só reconhece os valores utilitários, que são antropocêntricos”. “Existem, além disso, outros valores”. Portanto, não há necessidade de opor a valoração antropocêntrica à biocêntrica. O biocêntrico entende que pode haver antropocêntricos que apenas reconheçam esse tipo de valor. Em outros aspectos, sim, há mais oposição. Por exemplo, em conceber uma história linear ou o que você disse, a Declaração Universal dos Direitos, um tema muito complicado, porque começou com uma campanha do governo da Bolívia, de Evo Morales, de lançar a ideia dos direitos da Mãe Terra em nível planetário. Ora, os direitos da Mãe Terra, os direitos da Pachamama, ou como se queira formulá-los, são sempre locais, porque estão sempre ligados a um ambiente, a um território, a um espaço, a um coletivo socioecológico específico. Então, não se pode transportar a ideia de como se cristalizam as relações, as inserções, inclusive as afetividades em determinados ambientes, para outros países, outros continentes, outras regiões. Cada um deles terá que construir, gerar a sua própria versão dos seus próprios direitos, digamos, da Mãe Terra.

**GTPAS.** Professor, nós nos perguntamos se ao apresentar a primeira crítica ou uma crítica calcada no antropocentrismo nós não estamos, na verdade, mascarando a verdadeira crítica. Porque, se eu observar o mundo, eu vejo famélicos, pessoas passando fome pelo mundo inteiro. De uma maneira geral, o cotidiano das pessoas, submetidas a condições de trabalho que dispensam comentários, suas vidas não me parecem ser coroadas por felicidade. Grande parte delas está a serviço de uma condição que apenas e exclusivamente reproduz a sua condição, se muito, biológica. De maneiras que eu fico com dificuldade de entender que o problema é antropocêntrico e na verdade eu gostaria que ele fosse antropocêntrico, não ao contrário do que está sendo dito; na verdade, que a relação com a natureza fosse antropocêntrica, porque se fosse antropocêntrica, a natureza seria preservada tanto quanto a vida humana estaria preservada. Portanto, eu não entendo como antropocêntrico, eu entendo, se me permite ir direto ao ponto, a algo que subordina a vida das pessoas e subordina a vida de uma maneira geral. Uma coisa que a gente poderia chamar de Capitaloceno.

**EG.** Bom. Mas há muitos temas. Por favor, coloquem a advertência de que são respostas esquemáticas em um diálogo e, portanto, incompletas, pois são muitos assuntos ao mesmo tempo. Primeira reação: o biocentrismo incorpora todas as chamadas à justiça social. Não há nenhuma contradição. Portanto, a reação de rejeição, de indignação com a pobreza, também as têm os biocêntricos. Não há oposição aí. Além disso, nas obras originais de Næss ele esclarece que o biocentrismo é incompatível com a pobreza e a exclusão. Não há problema com isso.

Segundo ponto: tudo depende de como você define a palavra antropocêntrico. Não tenho clareza se se pode defender uma política, uma ação, uma reação na esfera social, por exemplo, para acabar com a miséria, a pobreza e a marginalidade, usando o termo antropocêntrico. Parece-me que isso teria muitos problemas teóricos, conceituais e até históricos. Deixando isso de lado — por questões de espaço na entrevista e de tempo. Indo um passo além, todos os alertas nos estudos críticos sobre ambiente e desenvolvimento indicam que é possível resolver todos os problemas da pobreza em várias dimensões garantindo a conservação da natureza, dos recursos naturais, da Mãe Terra (como lhe quiserem chamar), sob outras condições de relação entre o humano e o natural, sob outras expectativas de consumo, sob condições mais austeras, isso é uma grande parte do nosso trabalho. As evidências disso são esmagadoras. Por exemplo, o Brasil é um dos maiores exportadores agroalimentares do mundo, mas a situação de desnutrição entre os mais pobres piorou sob governos recentes. O Brasil tem todas as condições para resolver facilmente o acesso aos alimentos para todos os setores populares. O biocêntrico não é contra isso, porque resolver a nutrição dos setores populares, se esse for o objetivo, não afeta o mandato biocêntrico de preservar, por exemplo, a biodiversidade. O que afeta é exportar soja para a China nessas quantidades.

Então, dando um passo adiante. O Capitaloceno, mais uma vez, depende de como, do que, de quem o define. Na sua definição original, discute-se se a intervenção humana deixou uma marca geológica identificável.

Se houver pessoas interessadas nesse debate, que bom que sejam felizes. Não darei a vida por esse tema. Depois, tem uma outra corrente que vincula isso mais a partir de uma ecologia política, digamos assim. Mas volto a algo

que já mencionei antes. Se identificarmos o problema como o Capitaloceno, automaticamente, para as grandes maiorias, as alternativas seriam socialismocenos.

Mas socialismocenos estariam dentro da mesma ideia de modernidade, inclusive replicam o mesmo tipo de desenvolvimento em suas bases conceituais. Então...

Claro, são exercícios. Aqui, atrás de mim, uma estante aqui nesta biblioteca, são todos livros sobre isso, uma estante inteira de Isabelle Stengers a [Jason W.] Moore, tudo sobre isso. O que acho interessante nestas contribuições é que, essencialmente, falam da mesma coisa. Cada um pode escolher o que lhe parece mais ou menos interessante. Dito isto, não é que eu discorde, mas quero enfatizar que me parece que a policrise e as condições na América Latina e especialmente na América do Sul têm muitas particularidades, muitas circunstâncias específicas, que se desvanecem, escapam das mãos, quando toda a discussão é em termos do Capitaloceno, é em termos globais. Esse olhar global, universalista, generalista, que é muito próprio da academia do norte, para mim, pelo menos para mim, parece que não é suficiente, não é suficientemente abrangente para abordar as especificidades latino-americanas e ademais tem um problema: em muitos casos se começa a discutir do zero e se esquece o que já vinha sendo discutido. Por exemplo, grande parte do Capitaloceno — além de questões, críticas, advertências específicas — me lembra as discussões dos anos 1960 e 1970 dos modelos, discussões e debates sobre centro e periferia, por exemplo, agora com ingrediente ambiental. Então às vezes me pergunto, ou me dou conta de que se está começando do zero, ou não se reconhecem os debates que vieram de antes.

**“O Brasil tem todas as condições para resolver facilmente o acesso aos alimentos para os setores populares. O biocêntrico não é contra isso, porque resolver a nutrição dos setores populares não afeta o mandato biocêntrico de preservar, por exemplo, a biodiversidade”**

**GTPAS.** Não nos referimos ao Capitaloceno, mas à centralidade que o capital tem em subordinar sociedade e natureza. Onde o propósito da relação entre sociedade e natureza não é a vida das pessoas, é a geração de lucro e renda.

**GTPAS.** Quando se fala em direitos da natureza, muita gente tem entendido que se está falando apenas de dimensões jurídicas e você está deixando bastante claro que não, que é um pouco mais ampla, não é verdade? Porque tem gente achando que só juristas e advogados poderiam falar de direitos da natureza, digamos assim — quando essa origem, inclusive, vem dos povos originários, não é fato?

**EG.** Sim, é isso. Assim como se expandem os direitos humanos e se outorgam direitos a uma corporação, um ente, alguns expandem direitos à proteção, por exemplo, de bacias hidrográficas, rios. Há muito disso. Por isso é importante ter presente o percurso sul-americano, onde o ponto de partida é que o sujeito rio vem em primeiro lugar e isso desencadeia os direitos. É também um processo em movimento, isto é, o que vem dos direitos humanos e empresariais e reconhece um direito na natureza, pode dar lugar a uma evolução que conduza aos direitos humanos, aos direitos da natureza, num sentido substantivo. Pode ser válido e não há nada de mal nisso.

**GTPAS.** O Equador é pioneiro e nos parece que é o único país a ter consagrado direitos da natureza em sua Constituição. É possível você nos dar um panorama dessa situação dos direitos da natureza em outros países, particularmente na América Latina?

**EG.** Sim. Bem, há uma confusão muito repetida, por exemplo, por parte de muitas ONGs e parte da academia de que os direitos da natureza estão na Constituição da Bolívia. Isso está incorreto. A Bolívia tem duas leis que tentaram regular os direitos da Mãe Terra, mas um exame destas duas leis é suficiente para mostrar que isto não é conseguido de forma eficaz. E, além disso, um deles tem mais a ver com o tema das mudanças climáticas.

Existem aprovações localizadas. Por exemplo, na Colômbia se reconhecem direitos da natureza dos rios e bacias; e também na Colômbia, seguindo outro caminho ligado aos direitos das pessoas, uma ação judicial

na qual um grupo de crianças e jovens demandou o Estado colombiano argumentando que a política de desflorestamento da Amazônia cercearia seus direitos humanos a uma boa qualidade de vida no futuro, quando fossem velhos, levou ao reconhecimento dos direitos da natureza para a ecorregião amazônica da Colômbia. Mas, aqui novamente, o percurso é, se quisermos, antropocêntrico.

**“Talvez o Brasil seja o país mais atrasado nessa questão, porque há muita resistência de conglomerados acadêmicos, de ONGs em relação a este tema. E tendem a pensar nisso como uma questão folclórica típica dos povos indígenas”**

Houve uma discussão, uma tentativa de incluir isso na primeira versão da reforma da nova Constituição no Chile, que acabou por não ser votada, não teve êxito. Há uma discussão, isso é o que é importante. E há discussões localizadas até em países como Peru, Argentina e Uruguai. Minha visão pode ser injusta, mas talvez o Brasil seja o país mais atrasado nessa questão, porque há muita resistência desses conglomerados acadêmicos, de ONGs em relação a este tema. E tendem a pensar nisso como uma questão folclórica típica dos povos indígenas.

**GTPAS.** Você já citou exemplo, aqui, de biólogos conservacionistas que têm uma aversão a essas ideias, sobretudo direitos da natureza, pelas razões que você expôs. Você andou participando de debates, percorrendo países da América Latina, em eventos etc. e teve a oportunidade de conversar, sobretudo com ONGs e inclusive com representações sindicais. Como você vê o acolhimento destas propostas?

**EG.** Acredito que este problema é recorrente e um espaço muito importante nessa problemática é a Universidade. Vou dar um exemplo ocorrido nesta semana: na revista *Bioscience*, acaba de ser publicada a resenha de um documento enviado ao Painel Inter-

nacional sobre Biodiversidade e Conservação do IPBES [Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos], no qual revisam a literatura sobre valores instrumentais, valores relacionais e valores intrínsecos. Eles não revisam literatura em castelhano, nem em português. Um documento acadêmico para o IPBES, que é como o análogo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas [IPCC], um documento chave em que pretendem revisar para o mundo o que se discute sobre valor intrínseco – ou seja, o que leva aos direitos da natureza – em que não existe a literatura revisada em português, em espanhol, em chinês etc. E há latino-americanos assinando! Há um problema com esse tipo de atividade acadêmica ligada aos temas na sua mirada do norte, ocidentocêntrica do Norte, que fala e publica em inglês, no qual nós do sul também participamos na geração.

Portanto, esta é a mesma dificuldade recorrente. Então quando esse painel vai abordar a questão dos valores intrínsecos é como se começasse do zero, porque toda a experiência dos últimos vinte anos na América do Sul desaparece, não é contemplada. São esses tipos de questões que me impactam, certo?

**GTPAS.** E o mundo sindical? Você tem alguma experiência com a recepção dessas ideias?

**EG.** Sim. Depende de quem é a parceria desse mundo sindical. Então, na nossa experiência, por exemplo, se tivermos relações com sindicatos mais profissionalizados em mineração e petróleo... Por exemplo, agora na Colômbia eles entendem os problemas ambientais desses extrativismos e há uma discussão sobre estes e outros direitos. Porque, além disso, por exemplo, a mineração de carvão, na Colômbia, está intimamente associada a um elevado impacto nas comunidades locais com um elevado custo social, impactando até mesmo na desnutrição e no deslocamento das comunidades. Isso pode ser discutido. Estive na Colômbia há algumas semanas e dei uma oficina para o centro de estudos do sindicato afiliado ao setor petrolífero.

Porém, se alguém tiver uma ligação ou tentar introduzir este tema, por exemplo, como aconteceu comigo no Brasil, em reuniões com delegados da CUT, com uma maioria que vem do setor bancário, ou do setor público

de emprego etc., cujos fundos de pensão estão na Petrobras ou na mineradora Vale, eles são totalmente contra abordar qualquer uma dessas temáticas.

Se tivermos uma reunião, como no passado, com os pequenos agricultores que anos atrás eram membros da CUT, então se discute o papel dos agroquímicos e dos transgênicos, aí é possível introduzir a questão da temática dos direitos da natureza.

Portanto, fazendo um balanço, isso é muito variável, muito dependente de quem é o sindicato e em que ramo de atividade ele está envolvido, certo?

**GTPAS.** E de que forças políticas agem na direção do sindicato. Porque, por exemplo, há incompatibilidade da referência a direitos da natureza com a modernidade, obviamente, e portanto, com o sistema que organiza o mundo, que a representa, o capitalismo, não é? Não sei se você concorda com essa afirmação.

**EG.** Sim.

**GTPAS.** Há incompatibilidade, também, entre direitos da natureza e certos socialismos, digamos assim. A perspectiva socialista internacionalista que é extremamente antropocêntrica e aderida à modernidade — não é verdade? — ela tem um problema nessa área.

**EG.** Posso responder a isso e responder a uma das perguntas que me fizeram sobre [André] Gorz e [Michael] Löwy. Então, para resumir: Gorz, sim; Lowy, não!

Por que? Porque os direitos da natureza por serem uma consequência de reconhecer valores próprios no não humano, isso, imediatamente, os coloca por fora de toda a tradição moderna em qualquer uma das suas variedades, porque em todas as tradições modernas apenas o humano era sujeito de valor, apenas o humano tinha capacidade para outorgar valores. Portanto, reconhecer os direitos da natureza nos coloca por fora, para além de toda a tradição liberal, da tradição conservadora, tanto em suas expressões neoliberais ou neoconservadoras, como também dos socialismos.

E, de fato, esse debate ocorreu. Se vocês observarem várias das discussões do chamado ecossocialismo frente ao reconhecimento dos direitos da natureza no caso equatoriano, há mais de um que argumentou que esta concessão de direitos ou a postura biocêntrica é um exagero e, inclusive, insistiram que há que se resolver o problema social primeiro, para em seguida abordar os problemas ecológicos.

**“O biocentrismo, nestas versões sul-americanas, é uma saída da modernidade pela esquerda, pois incorpora o chamado à justiça social. E afirma que a justiça social é incompleta sem a justiça ecológica. Não pode haver uma postura biocêntrica de direita”**

Dito isto, o biocentrismo, nestas versões sul-americanas, é uma saída da modernidade pela esquerda. Por quê? Porque o biocentrismo incorpora o chamado à justiça social. E afirma que a justiça social é incompleta sem a justiça ecológica. Isso indica que não pode haver uma postura biocêntrica de direita. Ou seja, é impossível um biocentrismo que evolua a partir de posições como as de um Bolsonaro.

Em vez disso, o biocentrismo é um passo mais além da tradição da esquerda original e diz à esquerda convencional: “O programa de vocês é incompleto e está preso ao século XIX por sua vinculação à ideia de progresso”. Portanto, exige uma renovação da esquerda que seja tanto ecológica... [deixa em aberto]. O mesmo raciocínio poderia ser dito em relação, por exemplo, às questões de gênero, em que passa uma circunstância similar. Então esta é a relação com essas diferentes tendências político-partidárias, digamos.

**GTPAS.** Então, o embrionar do giro biocêntrico é inviável num modelo de organização da sociedade de direita ou de extrema direita. É viável que possamos nos inspirar em socialismos não construídos, para construir, para permitir a viabilização do giro biocêntrico? É possível hierarquizar ou todos os tipos de socialismo são muito próximos ao capitalismo, porque eles são imersos na modernidade? É possível ver a experiência cubana de uma forma, a experiência soviética de outra, ou elas são muito próximas da modernidade neoliberal? Uma postura possível é não reconhecer a existência de nenhuma experiência socialista na história. Ou seja, elas foram completamente fracassadas, a última coisa que a gente pode dizer é que aquilo lá foi socialismo.

**“Nas discussões sobre alternativas ao desenvolvimento, há pouca elaboração teórica de políticas que se reivindicuem socialistas, ou ensaios de como seria esse mundo alternativo. A maior parte propõe reduzir a financeirização e o valor de troca, para aumentar o valor de uso. Ora, existem outros valores além dos de uso: valores estéticos, valores religiosos, valores culturais e valores intrínsecos à natureza”**

**EG.** Tenho muitas coincidências com isso que afirmam por último. Mas, como exercício teórico, assumamos algumas ideias que podemos considerar positivas dessa tradição socialista, tendo em mente que na prática não funcionaram. Certamente, o biocentrismo torna-se impossível sob as concepções conservadoras, liberais etc., etc., do capitalismo.

Agora, o biocentrismo pode pegar muitas daquelas ideias do ideal socialista, mas para avançar exige reformulações, mudanças e alterações distintas das pretensões que aquele ideal tinha, porque esse ideal socialista era também o ideal do progresso.

Acabei de publicar um livro na Colômbia, editado na Colômbia, que analisa as discussões sobre alternativas ao desenvolvimento, alternativas construídas nos últimos anos a partir de uma perspectiva latino-americana — e um dos fatos notáveis é a pouca elaboração teórica de políticas não capitalistas alternativas ou que se reivindicuem como socialistas. Há uma grande quantidade de textos, livros e análises que criticam o capitalismo, anunciam o fim do capitalismo. Bom. Mas elaborações, ensaios de como seria esse mundo alternativo, há muito poucas, é muito fraco, muito débil e em geral boa parte deles giram em torno da ideia de reduzir as economias financeirizadas, para reduzir o valor de troca, para aumentar o valor de uso. Ora, o valor de uso é, claramente, uma expressão de valor utilitário típico dos humanos. Diante disso, se

chega um biocêntrico, não vale dizer: “O valor de uso é proibido”. Mas indicará: “Existem outros valores além dos de uso, existem valores estéticos, valores religiosos, valores culturais, etc. e valores intrínsecos à natureza”. Portanto, o biocentrismo impõe muitas mudanças a essa tradição que você poderia dizer socialista.

Voltando ao que foi dito, de forma esquemática, acho interessante analisar porque de alguma forma corrobora ou faz parte daquela tese do esgotamento do moderno. Ou seja, o moderno é tão poderoso — e especialmente nas suas formulações capitalistas — que acaba por devorar todo o resto.

Agora o que acontece? Há tantas manifestações de governo de direita, há sociedades tão inclinadas para a direita, para o reacionário, para o autoritário, que qualquer pequena alternativa é agora vista como uma grande manifestação da esquerda quase revolucionária — quando na verdade, se isso for colocado em contexto histórico, muitas delas são mudanças contidas.

**GTPAS.** Uma última questão: se você se lembra, há um comentário crítico que o próprio Krenak fez da sua obra, da sua perspectiva, não sei se você entendeu assim — quando ele indaga: “Quem somos nós para conferir direitos à natureza?”. Se você quiser pode comentar. No debate no IEA, foi lembrado que a natureza é um conceito, é uma abstração típica da modernidade, não é? Mas você mesmo, ao responder, disse: a Constituição do Equador não coloca ‘direitos da natureza’, ela coloca ‘direitos da natureza ou Pacha Mama’, que é entendido equivocadamente como a Mãe Terra, universal etc.

**“Gostemos ou não, estamos sempre entrando ou saindo desse âmbito do moderno e esse é o potencial dos direitos da natureza na Constituição do Equador: contemplam-se todos os direitos clássicos, ao ambiente saudável, à qualidade de vida, tudo isso continua válido. E paralelamente estão os direitos da natureza”**

---

**EG.** Em toda a discussão sobre os direitos da natureza, do biocêntrico, há um claro reconhecimento de que a ideia de natureza é uma concepção moderna e os perigos, implicações, limitações que eles apresentam. Na verdade, o conjunto que chamamos de natureza é incomensurável. E isso se refere à multiplicidade de valorizações outorgadas. Portanto, nisso não há problema. E isso me permite conectar-me com a observação de Krenak sobre os direitos, que é outra categoria também moderna.

Como já lhes disse antes, nestas alternativas nem tudo o que é moderno é rechaçado. Há ideias dos modernos que podem ser consideradas em uma alternativa para além da modernidade. Dentro desse conjunto, parece haver algumas grandes categorias que valem a pena — pode-se argumentar que vale a pena manter, modificar, retrabalhar, mas manter — que são direitos e a justiça. Portanto, neste programa de alternativas não há dificuldades.

E é a prática, especialmente das organizações indígenas dos países andinos, que mostra isso, porque deixam evidente que a modernidade tem uma fronteira, há um limite. Alguns desses grupos vivem nesse limite e entram e saem do moderno. Porque ainda hoje é muito difícil dizer que alguém está fora do moderno, dada a sua expansão territorial, tecnológica etc. — talvez, povos isolados, pode-se argumentar. Mas estes que estão no limite, que identificam a fronteira e a abrem, permitem as aberturas ontológicas para outro tipo de organização, entram e saem. Por que eles têm que entrar? Porque, se vão defender um território, precisam utilizar o vocabulário dos direitos e o vocabulário da justiça na jurisprudência do marco legal de seus países. Eles não têm escolha. Porque o resto funciona dentro dessa modernidade.

Exemplo disso é toda a discussão no Brasil sobre o marco temporal, este da temporalidade dos territórios indígenas. Porque isso, claramente, visto a partir do arcabouço jurídico moderno, é uma discussão sobre a atribuição de uma data de referência para o reconhecimento de territórios originários. Mas desde uma ontologia não moderna dos povos indígenas, para alguns deles a sua própria essência, a sua própria pessoa, a sua própria comunidade fazem parte de um território. Ou seja, estão discutindo algo que não faz sentido ontológico desse ponto de vista.

Então, gostemos ou não, estamos sempre entrando ou saindo desse âmbito do moderno e esse é o potencial dos direitos da natureza na Constituição do Equador, que está muito bem elaborada para conseguir esse ajuste entre os dois vocabulários e as duas sensibilidades. Porque vocês lembrem que na Constituição do Equador contemplam-se todos os direitos clássicos, ao ambiente saudável, à qualidade de vida, tudo isso continua válido. E paralelamente estão os direitos da natureza.

Ao mesmo tempo, nessa Constituição, o que se chama de regime de desenvolvimento — que seria um plano de desenvolvimento ao estilo Lula — o arcabouço constitucional permitiria que fosse discutido em relação ao regime de bem-viver, onde se encontram essas outras cosmovisões. Essa discussão, por exemplo, não é possível no Brasil, não é possível na Colômbia, porque essa referência não existe em suas constituições.

Então, as potencialidades são muitas, mas isso tem um custo. O custo é que tenho de discutir o assunto na linguagem e na sensibilidade dos modernos, porque não os convenci a todos de procurar uma alternativa.

# DITADURAS MILITARES: O QUE RESTA DELAS?

Osvaldo Coggiola<sup>1</sup>

Disponível no site Memórias da Ditadura



Militares desfecham ataque ao Palácio de La Moneda: inicia-se o golpe que derrubará o presidente Salvador Allende (11/9/1973)

*As ditaduras militares sul-americanas dos anos 1960-1980 não se distinguiram apenas por um grau muito maior de brutalidade do que as precedentes, mas também pela militarização da economia e por um entrosamento direto dos EUA nas operações repressivas — com o chamado “Plano Condor”. A falência financeira do Estado na América Latina foi o resultado das ditaduras militares, e foi também a “herança” aceita pelos governos civis que as substituíram a partir de meados da década de 1980. Os processos hiperinflacionários foram a consequência*

**H**á sessenta anos, em 1964, dois golpes militares, no Brasil e na Bolívia, seguidos pelo golpe militar na Argentina (em 1966), puseram a América do Sul em proa a um período que conheceu regimes militares em quase todos seus países, com violenta repressão contra os movimentos populares, e que concluiria aproximadamente duas décadas depois, em meados dos anos 1980. Durante esses anos, os mortos, desaparecidos, prisioneiros políticos, torturados e exilados, se contaram por dezenas de milhares.

No século XIX e na primeira metade do século XX, as ditaduras militares latino-americanas deram coesão às pequenas nações para fazê-las ingressar no mercado mundial como países periféricos, especializados na produção de alimentos e matérias primas, num circuito cujo centro dinâmico eram as nações industrializadas da Europa e, em medida menor, a jovem potência industrial que começava a emergir na América do Norte, que garantiu na América Central e no México a sua primeira área de influência externa (o que, com os anos, seria chamado de “seu quintal”).

As ditaduras militares sul-americanas dos anos 1960-1980 não se distinguiram apenas por um grau muito maior de brutalidade do que as precedentes, mas também pela militarização da economia e por um entrosamento direto dos EUA nas operações repressivas (com o chamado “Plano Condor”).

Nesses anos, o intervencionismo militar e político dos EUA multiplicava-se em todo o mundo, do Sudeste asiático (Vietnã, Laos, Camboja), passando pelo Oriente Médio, em espe-



Após golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, toma posse na presidência o marechal Castelo Branco (30/4/1964)

cial no conflito árabe-israelense, até a América Latina. As ditaduras militares eram um método de dominação mais barato, para os EUA, de manter a dominação continental, porque evitava a custosa (e arriscada) tarefa de manter permanentemente tropas nos territórios e países considerados como aliados na Guerra Fria (embora a ocupação direta fosse sempre o último recurso, como o demonstrou a lista de intervenções militares e as bases militares ianques disseminadas pelo mundo). Depois da Segunda Guerra Mundial, a pressão política e militar sobre a América Latina completou-se com a assinatura (1947) do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), prevendo o direito de intervenção militar em qualquer país

latino-americano em caso de agressão externa. A República Dominicana foi vítima em 1965 desse tratado, quando foi invadida pelos *marines*, travestidos de soldados da Organização dos Estados Americanos (OEA), exatamente no meio da onda de golpes da América do Sul. Os golpes visaram pôr um fim a um período de ascensão das lutas populares na América Latina, com destaque para a Assembleia Popular na Bolívia de 1970-71, bem como as mobilizações revolucionárias no Cone Sul (Chile, Argentina) nas décadas de 1960 e 1970, no esteio da revolução cubana de 1959-1961.

O escritor Christopher Hitchens (em *The Trial of Henry Kissinger*) denunciou a culpa do Secretário de Estado dos EUA em crimes contra a



Cavalaria ataca população durante a missa na Igreja da Candelária pelo estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro (4/4/1968)

humanidade, do Camboja até o Chile, descrevendo seu personagem como “um oportunista, um criminoso de luvas brancas e um traficante de comissões ocultas que fez pactos com os piores ditadores”. A acusação se sustentava em documentos dos gabinetes dos EUA, que provaram a colaboração direta entre Washington e as ditaduras no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, os países que formaram parte do Plano Condor. Para Hitchens, “a influência dos EUA na América Latina durante a década de 1970 foi criminoso”. As “façanhas” de Kissinger foram do Vietnã até Camboja, passando por Chile, Bangladesh, Grécia e Timor Oriental, mas sempre com o apoio da administração da “democracia americana”, para a qual ele fez o “trabalho sujo”.

A falência financeira do Estado na América Latina foi o resultado das ditaduras militares, e foi também a “herança” aceita pelos governos civis que as substituíram a partir de meados da década de 1980. As democracias latino-americanas se comprometeram com o pagamento da dívida externa, enormemente incrementada (a maior de todo o Terceiro Mundo), o que significava transformar a América Latina em um pivô da recuperação dos lucros do capital financeiro internacional, especialmente norte-americano, comprometidos depois da crise econômica mundial deflagrada em meados da década de 1970. Os processos hiperinflacionários foram sua consequência, marcando as economias latino-americanas na segunda metade da década de 1980.

Relatórios do SIPRI (Instituto de Pesquisas para a Paz, de Estocolmo) informavam que em 1980 os gastos militares no Terceiro Mundo superavam os US\$ 80 bilhões: proporcionalmente, os gastos militares dos países do Terceiro Mundo já eram maiores que os das superpotências. A queda percentual dos gastos militares dos EUA e da OTAN durante a década de 1970 não correspondia a uma tendência “pacifista”: tratou-se de uma racionalização do gasto, depois da derrota norte-americana no Vietnã, paralela a um intervencionismo político crescente dos EUA nas áreas chamadas de “interesse vital”. Foi nessa década, exatamente, que os EUA superaram a União Soviética como os maiores exportadores de armas ao Terceiro Mundo, ao mesmo tempo em que ali-

mentavam as sangrentas ditaduras militares de América Latina.

**Entre 1980 e 1990, a participação da América Latina nas exportações mundiais caiu de 6,5% para menos de 4%. O trabalho “informal” ocupou lugar principal como “esponja” da mão-de-obra: entre 1980 e 1987, ele aumentou 56% na América Latina**

O aumento da exploração era o objetivo e foi o resultado dessas políticas: o fosso que separava os “países subdesenvolvidos” dos países centrais cresceu. Entre 1980 e 1990, a parte dos EUA nas exportações mundiais se manteve em torno de 12%; a da Europa cresceu de 37% para 41%; a do Japão de 7% para quase 9%; enquanto a da África caiu de 5% para 2,5%, e a da América Latina de 6,5% para menos de 4%, o que levou um autor a concluir que ocorreu um “desacoplamento (involuntário) do Hemisfério Sul do mercado mundial”. O trabalho “informal” ocupou o lugar principal como “esponja” da mão-de-obra: entre 1980 e 1987, ele aumentou 56% na América Latina. A polarização social se acentuou: entre 1970 e 1975, a renda anual por habitante aumentou US\$ 180 nos países do Norte, US\$ 80 nos países do Leste, e US\$ 1 nos países do “Terceiro Mundo”. Como resultado disso, 33% da população dos países em desenvolvimento (1,3 bilhão)

viviam com menos de US\$ 1 por dia. Deles, 550 milhões no sul da Ásia, 215 milhões na África subsaariana e 150 milhões na América Latina. Houve um aumento brutal da exploração da força de trabalho, com governos altamente repressivos, constituição de estados tecnocrático-militares e “ideologias da segurança nacional”, permitindo uma recomposição das taxas mundiais de lucro, deslocando para as periferias as tensões econômicas e políticas dos centros do sistema imperialista.

No Brasil, o Estado militarizado agiu diretamente como agente do capital contra o trabalho: em 1964, do total do imposto sobre a renda recolhido na fonte, 18% se referiam a rendimentos do trabalho e 60% a rendimentos do capital. Em 1970, os mesmos percentuais foram da ordem de 50% e 17%, respectivamente. Reduziu-se drasticamente o poder de barganha dos sindicatos, submetidos ao padrão de salários e de reajustes (arrochados) do governo militar, de acordo com os ditames de sua política econômica; a legislação do trabalho, da qual a substituição da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi o protótipo, para garantir poupança compulsória, beneficiou a acumulação acelerada de capital, acelerando a rotatividade dos empregados e a expulsão da força de trabalho dos maiores de 40 anos.

Durante o período do “milagre econômico” (1968-1973), a ala civil do golpe (em especial, a imprensa golpista) registrou reparos pontuais contra as arbitrariedades dos atos institucionais, contra a escolha de Costa e Silva como sucessor de Castelo Branco e contra a ausência de debates antes da promulgação da nova Constituição de 1967.

Evandro Teixeira/Testemunha Ocular



Passada dos 100 mil na Cinelândia, no Rio de Janeiro

Com prudência noticiaram-se prisões, cassações e as primeiras ações de militantes armados. As manifestações estudantis foram cobertas com destaque. A Frente Ampla — aliança entre três antigos adversários: Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart (Jango) — foi acompanhada de perto. A linha dura das Forças Armadas percebeu que a mesma imprensa responsável pela mobilização da classe média a favor do golpe convertia-se em porta-voz das primeiras dissidências durante a ditadura. A Frente Ampla foi extinta pelo ministro da Justiça, Gama e Silva, em março de 1968, e nove meses depois era promulgado o AI-5, o golpe dentro do golpe, que viabilizou um “milagre



neiro: estudantes e populares protestam contra a Ditadura Militar (26/6/1968)

econômico” de pernas curtas.

Com o fim dos acordos de Bretton Woods em agosto de 1971 (declaração de não conversibilidade do dólar pelo governo dos EUA) houve o aparecimento de um sistema monetário internacional privado, chamado de euromercado de moedas. Tal sistema passou a disputar com o sistema monetário multiestatal, composto pelo FMI e Banco Mundial, o oferecimento de crédito a agentes públicos, especialmente aos países da América Latina regidos por ditaduras militares. A diplomacia do dólar impôs aos demais países as consequências de sua política monetária. Em 1979, os EUA adotaram uma elevação unilateral da taxa de juros,

impondo aos outros países uma brutal elevação de suas despesas financeiras, já que suas dívidas tinham sido contraídas com taxas de juros flutuantes. A consequência dessa elevação foram as declarações de moratória mexicana e argentina em 1982, a moratória brasileira em 1987, e a crise de crédito na América Latina dos anos 1980.

O endividamento externo do Brasil teve sua grande expansão nos anos 1970, durante o regime militar, em seguida ao fim do acordo de Bretton Woods, à crise capitalista depois de 1974, à expansão dos preços do petróleo entre 1973 e 1979, e à elevação da taxa de juros nos EUA em 1979. Na Argentina, entre o início da última

ditadura, em março de 1976, e 2001, a dívida foi multiplicada por 20, passando de menos de US\$ 8 bilhões para quase US\$ 160 bilhões. Durante esse mesmo período, a Argentina pagou cerca de US\$ 200 bilhões, ou 25 vezes o que devia em março de 1976.

Na renegociação da dívida externa esteve colocada a renegociação de parte da dívida americana, pois para renegociar a dívida em 30 anos era necessário um avalista junto aos credores privados. Os EUA deram este aval, mas para tanto exigiram que o país comprasse títulos do Tesouro americano a taxas de 6% ao ano. O excedente de capital parasitário rentista dos países centrais acabou encontrando nos go-

vernos militares latino-americanos, ou em agentes privados com garantias estatais, os grandes tomadores de empréstimos, para financiar o déficit externo ou alavancar investimentos privados. No Brasil, dentre os tomadores de empréstimos tivemos a União, os governos estaduais, empresas estatais e municípios, e os bancos estatais. A partir de 1965, a proposta econômica da ditadura baseou-se no estímulo à formação de conglomerados capazes de ampliar os patamares produtivos voltados ao mercado externo, como também de desempenhar papel no campo durante a “modernização conservadora” através da expansão dos latifúndios. A produção agrícola tornou-se espaço privilegiado dos interesses que a transformaram em agronegócio, uma situação que subsistiu até o presente.

**Durante a ditadura, ficaram famosas as explicações dadas por Delfim Netto: “É preciso primeiro aumentar o ‘bolo’ para depois reparti-lo”. Adotou-se política salarial de arrocho: o salário mínimo real baixou mais de 15% entre 1967 e 1973. A repressão política teve um alvo social central: a classe operária**

Durante a ditadura, ficaram famosas as explicações dadas por Delfim Netto, ministro da Fazenda: “É preciso primeiro aumentar o ‘bolo’ para depois

reparti-lo”. Adotou-se uma política salarial de arrocho: o salário mínimo real, apesar de cair menos do que no período entre 1964 e 1966 (em que houve uma diminuição de 25%), baixou mais de 15% entre 1967 e 1973. Para fazer passar esse ataque às condições de vida dos trabalhadores, a repressão política se abateu sobre a esquerda organizada e a guerrilha, mas teve um alvo social central: a classe operária, o que foi exemplificado nos assassinatos de Manoel Fiel Filho, Olavo Hansen, Santo Dias e outros ativistas operários. Um relatório encarregado pela casa-matriz da maior montadora automobilística brasileira, a Volkswagen, concluiu pela cumplicidade dos dirigentes da filial brasileira da multinacional com a repressão ditatorial, afetando, inclusive com a morte, muitos trabalhadores da empresa, segundo o “Grupo de Trabalhadores da Volks”, que apresentou em 2015 um documento a respeito ao Ministério Público Federal: uma amostra da violência ditatorial cometida contra a classe trabalhadora dentro de um quadro geral em que 308 mil pessoas foram “fichadas” pelos órgãos de segurança do Estado, segundo revelaram os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI).

A crise da ditadura militar brasileira se escancarou em 1974, quando, economicamente, ficou evidente o colapso do “milagre brasileiro” e, politicamente, a Arena foi derrotada



**Soldados e um preso político no Estádio Nacional de Santiago do Chile, improvisado como centro de detenção e tortura (24/9/1973)**

pelo MDB nas eleições parlamentares na maioria das capitais e nas grandes cidades: o MDB fez quase 73% dos votos, e elegeu 16 em 22 senadores. Logo depois, de 1975 a 1977, alguns sindicatos e as oposições sindicais começaram a se movimentar, reivindicando aumento de salário maior do que aquele concedido pela ditadura. As greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 e dos metalúrgicos da capital paulista no mesmo ano se difundiram pelo Brasil e em outras categorias. Elas foram o resultado do trabalho de preparação realizado anos antes pelos operários mais combativos. Os trabalhadores novamente se tornavam protagonistas da vida política brasileira, agora engajados diretamente na luta contra a ditadura. A nossa Adusp nasceu no meio dessa movimentação.

Paralelamente, se multiplicavam as mobilizações estudantis em todo o país, fazendo com que, em 1977, a polícia invadissem a Universidade de Brasília (UnB) e a PUC-SP, onde prendeu 1.700 estudantes. Os conflitos no campo se multiplicavam, com uma participação crescente de organizações católicas,



Cerimônia reúne os ditadores Augusto Pinochet, do Chile, e Alfredo Stroessner, do Paraguai, articuladores do “Plano Condor”



Após golpe militar, general Videla assume presidência da Argentina, ladeado pelo almirante Massera e pelo brigadeiro Agosti (29/3/1976)

o que concluiria com a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em inícios da década de 1980, a ditadura brasileira iniciou sua contagem regressiva.

Entre eleições indiretas e, finalmente, diretas; entre anistias auto-concedidas pelos próprios agentes da repressão, como no caso do Brasil, ou concedidas depois do julgamento das Juntas Militares (como no caso da Argentina); governos de direita, centro, esquerda e até neofascistas (Milei, Bolsonaro, Bukele), transcorreram os 40 anos posteriores à redemocratização do nosso continente. A pior

consequência das ditaduras foi, claro, o assassinato de dezenas de milhares de militantes e lideranças populares. Com eles vivos, nossa história teria sido diversa nas últimas décadas. Sua morte realizou parte dos objetivos das ditaduras e de seus sustentadores externos. A estrutura econômico-financeira de nossos países, herdada do período ditatorial, não foi alterada nas suas linhas essenciais, em que pesem novas políticas sociais e a retirada de milhões de patamares de vida inferiores à pobreza absoluta, um resultado sempre provisório, como o demonstra o crescimento rampan-

te da pobreza e da fome na outra orgulhosamente bem-alimentada Argentina. Para erradicar a pobreza e a fome de modo definitivo, e para proteger o nosso meio ambiente cada vez mais ameaçado, a experiência das últimas décadas demonstra que é necessário acabar com aquela estrutura.

O último relatório da Cepal definiu a situação econômica latino-americana como uma fase de “estagnação neocolonial secular que inibe qualquer projeto de desenvolvimento independente para melhorar as condições de vida da população”, sublinhando como o modelo herdado do colonialismo, baseado na economia extrativa, conduziu o subcontinente a um pântano de baixo crescimento difícil de reverter, na ausência de mudanças profundas na estrutura produtiva. O relatório indica como, na América Latina e no Caribe, a taxa média de crescimento anual para a década 2015-2024 foi de apenas 0,9% e que há uma necessidade absoluta de “estimular o crescimento para responder aos desafios ambientais, sociais e laborais que enfrenta atualmente”. Como crescer e distribuir com orçamentos cada vez mais consumidos pelas dívidas com o grande capital financeiro? Que tipo de crescimento? Através de que meios, econômicos, sociais e políticos? É a pergunta que a história põe para as atuais gerações. O perigo neofascista está aí para demonstrar quão precárias foram nossas conquistas democráticas. Nos jovens que gritam “ditadura nunca mais”, sem ter nunca conhecido alguma ditadura militar, ou seja, nos jovens que aprendem com a experiência da história, está nossa melhor esperança de futuro.

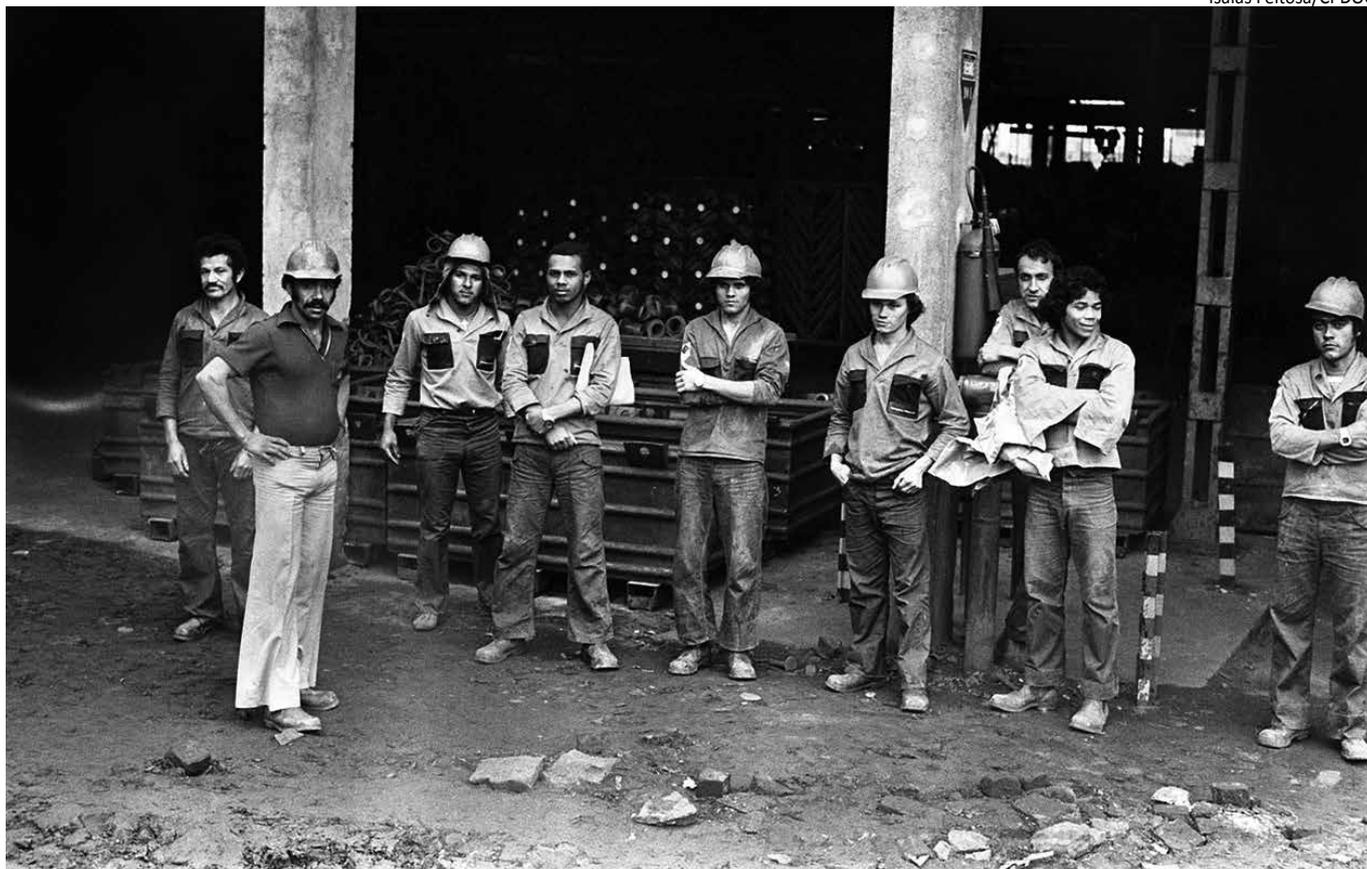
## Nota

1 Professor titular de História Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP).

# CLASSE TRABALHADORA, GREVES E REPRESSÃO SOB A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Fernando Sarti Ferreira<sup>1</sup>

*Em 1979 é difícil encontrar um ramo da economia que não tenha sido chacoalhado pelas greves. Operários, médicos, servidores públicos, professores, jornalistas, vigilantes, boias-frias, lavradores, bancários, trabalhadores da TV Tupi, trabalhadores do Jockey Clube, coveiros, garis, são algumas das categorias que recorreram à greve como forma de protesto social. Setores da classe média e também o amplo e heterogêneo universo de trabalhadores manuais se alinharam à ação sindical dos trabalhadores industriais. A rebelião liderada por sindicatos operários rompeu o controle da ditadura sobre a sociedade civil*



Operários em greve na metalúrgica Villares, de São Bernardo do Campos, em 1978

Nos estertores da história do famigerado Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP), um dos mais famosos torturadores do DOI-CODI, o então delegado assistente da Superintendência Regional de São Paulo da Polícia Federal, Aparecido Laerte Calandra<sup>2</sup>, solicitou a Cauby Mendes de Moraes, encarregado do Setor de Informações do Deops, um levantamento relativo a todas as greves registradas nos arquivos da polícia política entre 1964 e 1983. É difícil imaginar o que se passava na cabeça de Calandra. As greves, eventos cruciais para o processo de transição democrática, viviam um momento de refluxo no ano de 1983, por mais que a década de 1980 ainda fosse marcada pela recorrência desse tipo de protesto social. O pedido foi feito em junho de 1983, três meses depois de o departamento ter sido extinto pelo governador biônico José Maria Marin (1982-1983).

No tocante ao número de greves realizadas, a “lista de Calandra” apresenta as seguintes cifras:

Ano	Greves	Ano	Greves	Ano	Greves
1964	1	1971	7	1978	94
1965	0	1972	0	1979	401
1966	10	1973	3	1980	190
1967	9	1974	11	1981	61
1968	14	1975	1	1982	130
1969	1	1976	6	1983	4
1970	6	1977	9	Total	958

Fonte: elaboração própria a partir de Deops-SP-43-Z-000-4996

A maior parte das greves registradas ocorreu no Estado de São Paulo, com destaque para seus subúrbios industriais do ABCD e Osasco. À primeira vista, é possível observar uma certa dinâmica das greves, relacionando-as

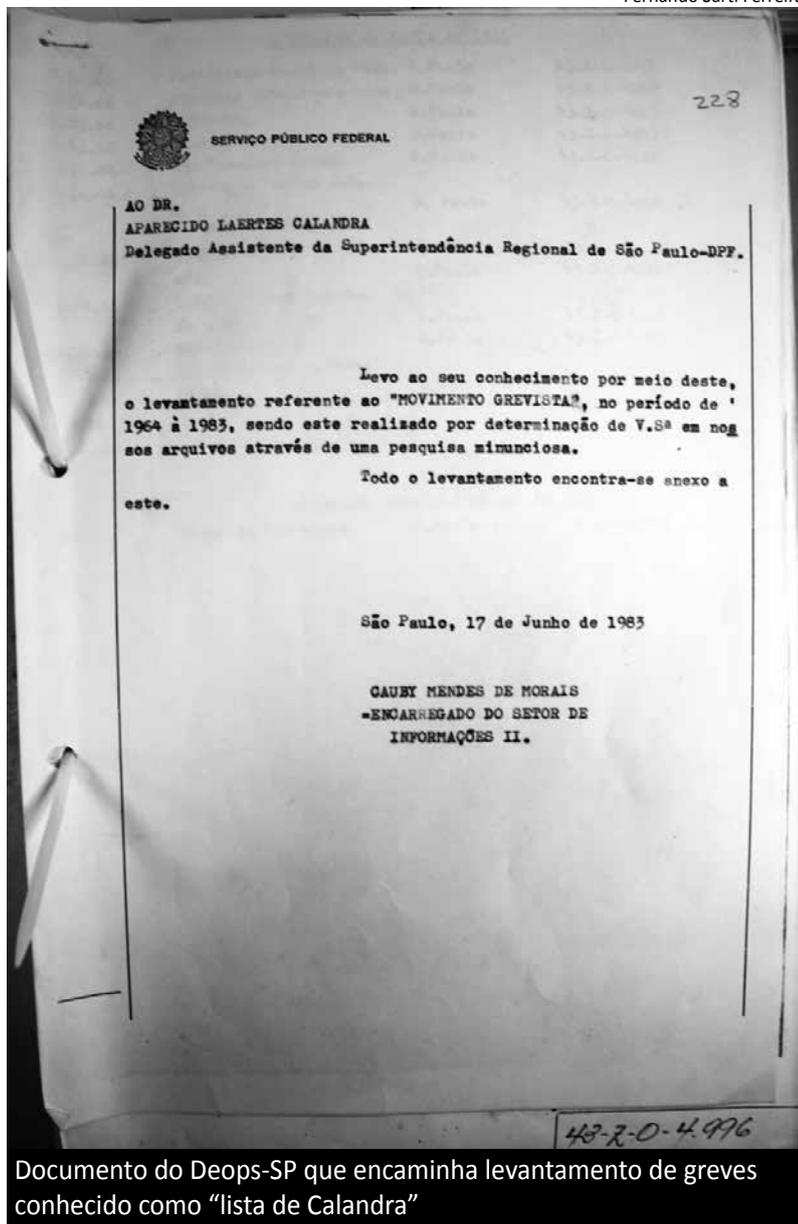
aos processos políticos e econômicos mais gerais do período. Há poucas mobilizações após o golpe e a intervenção nos sindicatos entre 1964 e 1965. Em seguida, ocorreu um período de crescimento até 1968, ano das greves em Osasco e Contagem. O refluxo nas mobilizações obedeceu ao fechamento do regime após o Ato Institucional nº 5 e seguiu durante a presidência do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A política “milagreira” de Antônio Delfim Netto, a que muitas vezes se atribuiu à responsabilidade por uma espécie de esteio e consentimento dos brasileiros com a ditadura, não tem como ser dissociada da maturação e pleno funcionamento dos aparelhos de terrorismo de Estado. Cabe lembrar o papel de Delfim Netto, não só como “milagreiro” da economia, mas também como uma espécie de gazofilácio da Operação Bandeirantes. Ao fim, os números são elucidativos sobre a dimensão da explosão do protesto social a partir de 1978, sendo seu auge o ano de 1979.

O levantamento, contudo, deve ser matizado. Ou seja: alguns desses números não correspondem exatamente à ocorrência de uma greve, mas à simples menção desta palavra em documentos do arquivo policial. Nos debruçamos sobre algumas ocorrências registradas no sombrio ano de 1971. Na lista Calandra foi registrada em 18/7/1971 uma “Greve de Operários de Osasco”, nos remetendo ao documento depositado no Arquivo Geral sob o código alfanumérico 50-Z-009-36.292. Este documento trata do interrogatório ao qual foi submetido um militante do Partido Operário Comunista (POC), na data assinalada, quando o preso mencionou a greve de Osasco de 1968. Outro registro do ano de 1971, por sua vez, traz outro tipo de situação que, se não faz referência direta a uma greve, pode indicar outro tipo de agitação trabalhista ocorrida durante o ápice da repressão. O relatório sobre o plantão no Deops durante a madrugada do dia 26/3/1971 (50-Z-129-8.709) nos informa que, naquela noite, uma equipe de agentes se deslocou até uma fábrica na Vila Leopoldina para averiguar a ocorrência de uma paralisação. Sem encontrar ninguém nas imediações da fábrica, os policiais apenas relataram que as vidraças do estabelecimento estavam quebradas. Seria este um caso desesperado de protesto social? Como analisou Edgard Carone sobre a ação dos trabalhadores sob outra ditadura: “Não existe passividade e a reação, neste momento da ditadura, se dá na medida das oportunidades”<sup>3</sup>.

## **Registrada com algum detalhamento pelo Deops, série de “greves tartaruga” realizadas nas montadoras de automóveis do ABC de agosto a setembro de 1974 revela a retomada das ações coletivas da classe trabalhadora industrial**

Por sua vez, conforme avançamos pela década de 1970, a lista torna-se um profícuo guia, ao mesmo tempo em que as oportunidades para a ação coletiva dos trabalhadores parecem crescer. Em 1974, por exemplo, a lista registra a “Greve Tartaruga – A.B.C.”, cujo documento referenciado (50-Z-341-1096) faz um importante registro da ação dos trabalhadores ainda sob o jugo do Terrorismo de Estado. Em 12/9/1974, o delegado assistente da Seccional ABC, Firmiano Pacheco Netto, enviou para o delegado-chefe do Serviço de Informações, Romeu Tuma, um detalhado relatório intitulado “A ocorrência de greves tartaruga na região ABC, além de outras manifestações de menor significação, se vistas isoladamente” (50-Z-341-1.112). Das vidraças da Vila Leopoldina em 1971 para o ABC em 1974, o relatório destaca uma diferença fundamental: não se trata mais de ocorrências de menor importância, pois foram o resultado da ação coletiva.

Segundo o relatório, havia desde agosto sinais de irritação por parte dos trabalhadores da Volkswagen, da General Motors, da Ford e da Mercedes Benz em relação aos salários. Como tentativa de conter a insatisfação, as direções destas indústrias resolveram antecipar o dissídio coletivo e conceder um aumento de 10% nos salários a partir de outubro daquele ano. A ação foi rechaçada pelos trabalhadores. Na General Motors, os comunicados internos referentes à antecipação dos salários “[...] foram rasgados e alguns apareceram com palavras obscenas à margem, tais como: ‘BELA MERDA’” (destacado assim no original). Na Volkswagen, naquele mesmo dia, quinze trabalhadores da funilaria e pintura reuniram-se com a chefia do seu departamento exigindo aumento de salários. Em consequência, ocorreram dois picos de paralisações parciais do trabalho nas montadoras.



Documento do Deops-SP que encaminha levantamento de greves conhecido como "lista de Calandra"

No dia 26 de agosto, segunda-feira, registrou-se a primeira paralisação. Após o almoço, cerca de vinte operários da General Motors demoraram 40 minutos para retornar ao trabalho. Quatro dias depois, 450 operários da empresa, em diferentes turnos e seções, paralisaram suas atividades por 30 a 40 minutos. Na semana seguinte, as paralisações voltaram a ocorrer, agora na Volkswagen. Na manhã do dia 5 de setembro, no setor de ferramentaria, aproximadamente 300 operários cruzaram os braços por até uma hora e meia. Na Chrysler, ao fim daquela tarde, vinte operários da estamparia paralisaram suas atividades por 45 minutos.

O segundo pico teve início no dia 11. Na Volkswagen, por volta das 22h00, 440 operários da seção de

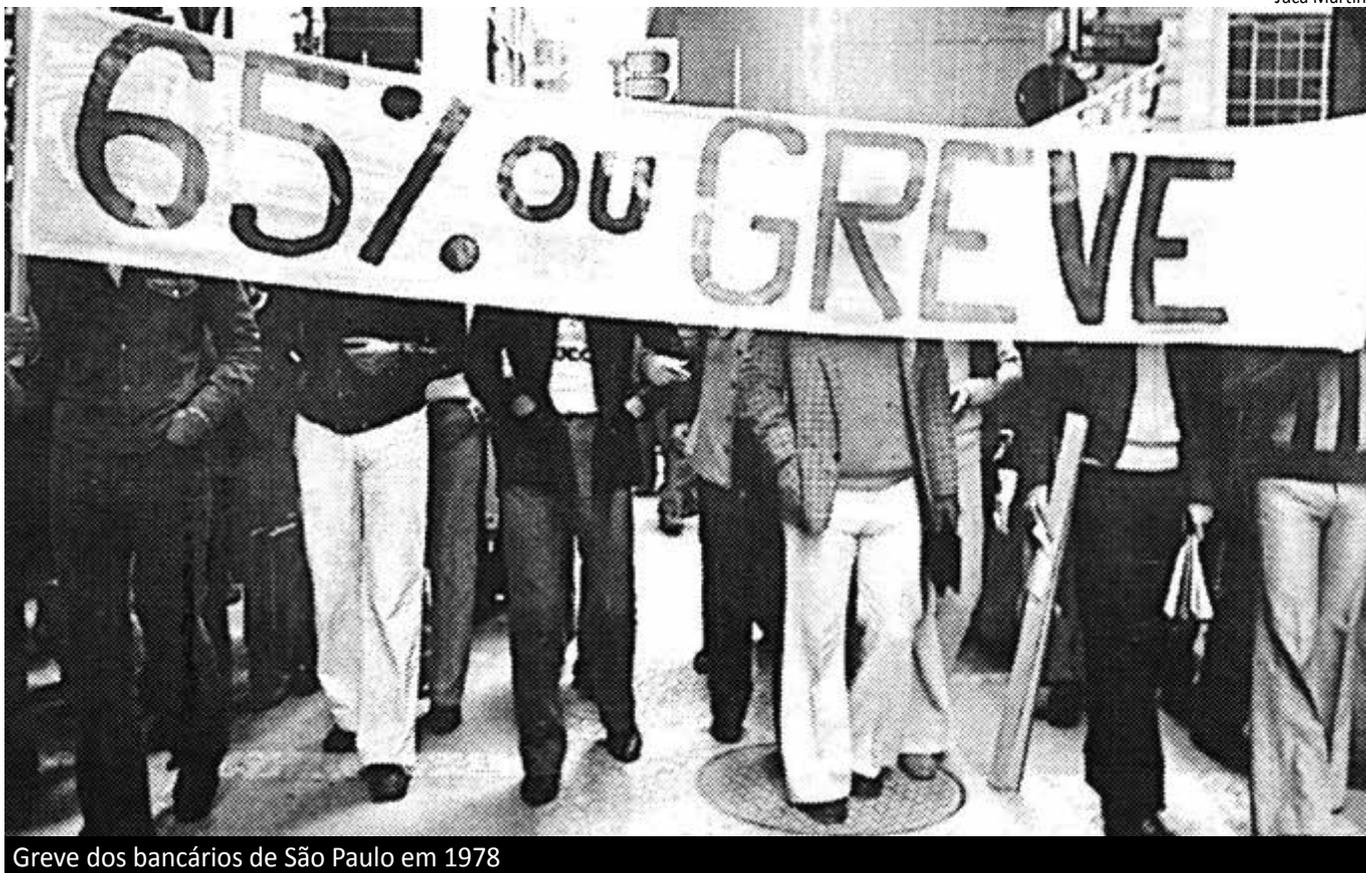
montagem final de veículos, ao retornarem do jantar, paralisaram suas atividades por 15 minutos. Ao mesmo tempo, cinco operários invadiram a sala da chefia "[...] apresentando reivindicações dos elementos da linha, enquanto estes em coro e em altos brados diziam: 'QUEREMOS AUMENTO'" (destacado assim no original). Segundo o delegado, a ação teria ocorrido depois da distribuição de boletins nos banheiros da fábrica criticando a antecipação. Na Ford, no mesmo dia, diversas seções paralisaram de 20 a 40 minutos, sendo que, na ferramentaria de manutenção, sessenta operários demoraram uma hora e quarenta minutos para voltar do jantar.

Os boletins distribuídos no banheiro da Volkswagen não foram encontrados pela segurança da empresa, mas nos banheiros da Mercedes Benz foram apreendidos "3 ou 4 panfletos, manuscritos, à tinta, com os dizeres: 'EU ESTOU PASSANDO FOME, MAS PRECISO DE AUMENTO NÃO DE ESMOLA. VOCÊ ESTÁ CONTENTE COM OS 10% OU SERÁ PRECISO FAZER GREVE?'".

Ao fim de setembro, segundo os relatórios do Deops, 2.240 operários teriam tomado parte nas "greves tartaruga" das montadoras de São Paulo.

**Em 1978, e mesmo em 1977, a lista de Calandra registrou greves que extrapolaram o operariado. Nesses anos foram registradas greves de estudantes, professores e médicos. Em 1979, por sua vez, é difícil encontrar qual categoria profissional ou ramo da economia que não foi chacoalhado pelas greves**

Apesar de ser muito conhecido o papel dos trabalhadores industriais, e especialmente dos metalúrgicos, no ciclo



Greve dos bancários de São Paulo em 1978

de greves ocorrido no fim dos anos 1970, outro aspecto que nos chama a atenção na listagem de greves elaborada pelo Deops é que em 1978, e até mesmo em 1977, a lista Calandra registrou algumas greves que extrapolaram o operariado. Nesses anos foram registradas greves de estudantes, professores e médicos. Em 1979, por sua vez, é difícil encontrar qual categoria profissional ou ramo da economia que não foi chacoalhado pelas greves. Operários, médicos, servidores públicos, professores universitários e da educação básica, estudantes, jornalistas, vigilantes particulares e de bancos, boias-frias, trabalhadores de usinas de cana-de-açúcar, lavradores, bancários, trabalhadores da TV Tupi, autônomos, empresas de cinema, trabalhadores em pedreiras, carroceiros, trabalhadores do Jockey Clube, coveiros, feirantes, enfermeiros, garis, até mesmo estudantes do Mackenzie, são algumas das categorias que recorreram à greve como forma de protesto social, sem contar a articulação e desdobramento desses movimentos nos bairros com a criação dos movimentos contra a carestia e outras demandas populares. Depreende-se dessa profusão de mobilizações que não só setores da classe média se alinharam com a ação sindical dos trabalhadores industriais, como também todo amplo e

heterogêneo universo de trabalhadores manuais. Rompeu-se o controle da ditadura sobre a sociedade civil brasileira com uma rebelião liderada pelos sindicatos operários.

A partir de 1980, as greves começam paulatinamente a se restringir novamente aos círculos operários. É verdade que ainda há greves de médicos, estudantes e professores, mas voltam a predominar na lista empresas, endereços e categorias industriais. Entre 1978 e 1982, há também importantes variações em relação à localidade das greves, sendo ao longo dos anos cada vez mais presentes mobilizações no interior do Estado. É possível que a Lei de Anistia e o fim do bipartidarismo, ao abrirem novos flancos de expressão para a contestação política à ditadura, tenham circunscrito novamente aos circuitos operários a ação sindical?

Professores e bancários abraçaram este instrumento, estando até hoje entre as categorias que recorrem a essa modalidade de protesto. Também foram categorias que se notabilizaram pelo violento ataque que suas condições de trabalho sofreram no fim do século XX, seja pela precarização (professores), seja pela automação (bancários)<sup>4</sup>. Ou seja: são categorias cujo processo de proletarização já

---

se insinuava naquele momento, deixando claro que sua comunidade de destino estava mais próxima à do operário fabril do que a dos grupos dominantes.

**O projeto “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, coordenado pelo CAAF da Unifesp, apoiado pelo IIEP e financiado pelo Ministério Público Federal, é iniciativa fundamental na reconstrução de uma perspectiva popular sobre o período ditatorial**

A “lista de Calandra” foi obtida no contexto da realização do projeto “A responsabilidade de empresas por

violações de direitos durante a Ditadura”, coordenado pelo Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) e financiado pelo Ministério Público Federal com recursos provenientes do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Volkswagen do Brasil (para acessar o informe público: <https://bit.ly/ichf-informe>).

O Intercâmbio Informações Estudos Pesquisas-IIEP, uma das mais importantes instituições dedicadas à preservação da memória operária de São Paulo, foi um dos parceiros desta investigação, dando seguimento ao trabalho realizado há anos por memória, verdade, justiça e reparação para as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros perseguidos pela ditadura. As iniciativas do CAAF e do IIEP são fundamentais para a reconstrução de uma perspectiva popular sobre o período e, quem sabe, uma forma de enraizar socialmente a condenação ao regime, uma vez que estas pesquisas revelam como dois dos principais projetos da ditadura, a superexploração do trabalho e a gestão militarizada da pobreza, são ainda uma realidade no país.

---

## Notas

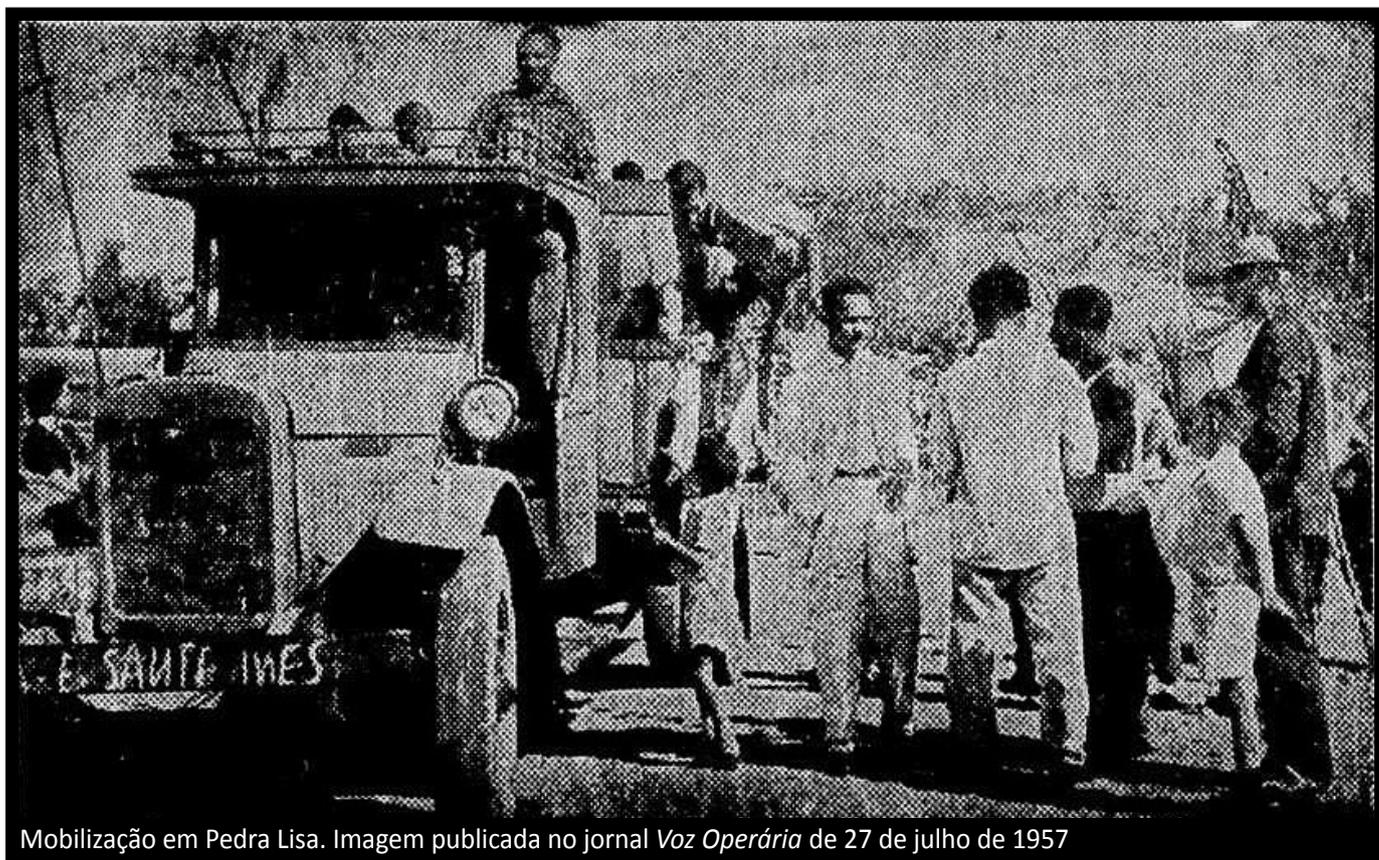
1. Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pesquisador colaborador na equipe do Projeto de Pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, coordenado pelo Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp).
2. Calandra foi um dos poucos torturadores a ser reconhecido e condenado pela justiça brasileira. Ver “Justiça condena três delegados a pagarem R\$ 1 milhão de reais por torturas e mortes na ditadura”, *Ponte Jornalismo*, 21/1/2023.
3. Carone, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, Rio de Janeiro e São Paulo: Difel, 1976, p. 124.
4. Aos professores, parece ter sido reservado o inferno no século XXI: precarização, somada à automação e ao controle ideológico.

# CAMPONESES, OPERÁRIOS E A TENTATIVA DE RESISTÊNCIA ARMADA AO GOLPE DE 1964 NA BAIXADA FLUMINENSE<sup>1</sup>

Gabriel Souza Bastos<sup>2</sup>

*Nós ficávamos, a minha família, meu pai, nesse rádio, eu com 14 anos, acompanhando as notícias, com a esperança de que ainda houvesse uma resistência no país. Mas tudo terminou naquela manhã de 2 de abril de 1964.*

(Silvio Tandler)<sup>3</sup>



Mobilização em Pedra Lisa. Imagem publicada no jornal *Voz Operária* de 27 de julho de 1957

---

*O artigo analisa uma tentativa abortada de resistência armada ao golpe de 1964, envolvendo um bloco político composto por associações de camponeses e sindicatos, especialmente petroleiros, na Baixada Fluminense. Através de análises documentais, jornalísticas e entrevistas, são destacadas a organização desse bloco político naquela conjuntura e as circunstâncias da resistência. O autor problematiza a suposição de amplo apoio popular ao golpe e conclui que essa possível resistência armada dependia da reação do presidente João Goulart ao golpe*

**A** possibilidade de resistência ao golpe de 1964 responde a uma alternativa histórica não concretizada que aguça o imaginário social de muitos brasileiros e brasileiras, diante do trauma coletivo daquilo que de fato se concretizou. Era possível interromper o movimento golpista? O que poderia ter sido feito?

Luiz Alberto Moniz Bandeira argumenta que o golpe poderia ter sido evitado se o presidente da República João Goulart “cedesse às pressões das forças conservadoras, se obedecesse às imposições econômicas, financeiras e políticas dos Estados Unidos, rompendo relações com Cuba, reprimindo o movimento sindical e demitindo os elementos considerados de esquerda”.<sup>4</sup> De forma semelhante, Marcos Napolitano argumenta que, ao perder o general Amaury Krueel como aliado, Goulart havia perdido praticamente o con-

trole sobre todo o Exército, restando apenas o III Exército no Rio Grande do Sul. “Krueel deixou claro para o presidente que ele apoiaria o governo se Jango afastasse dele os ‘comunistas’, o que equivaleria a reprimir os movimentos sociais e se afastar dos sindicatos [...]. Suicídio político puro, o qual, obviamente, ele não poderia aceitar.”<sup>5</sup> Jacob Gorender, por sua vez, compreende que até certo momento havia possibilidade de interromper o movimento golpista, caso houvesse unidade entre as forças de esquerda antes de sua concretização.<sup>6</sup> Quando de fato ocorreu, argumenta o autor, de um ponto de vista estritamente militar, o golpe poderia ter sido contido se uma contraofensiva imediata fosse realizada, o que não ocorreu, devido à falta de iniciativa do presidente da República.<sup>7</sup>

Ao desembarcar em Porto Alegre, em 2 de abril de 1964, Goulart se reuniu com Leonel Brizola e o general

Ladário Teles, que assumiu o controle do III Exército, para discutir possibilidades de luta. Após a conversa, Goulart compreendeu que a tentativa de resistência não passaria de uma aventura que resultaria em inútil derramamento de sangue<sup>8</sup>. Diante desse cenário, no momento que “dirigentes sindicais lhe pediram armas, [...] ele se negou a fornecê-las. Não queria assumir a responsabilidade por um massacre popular, especialmente no Rio de Janeiro, pois nos conduziria a uma situação mais caótica e de consequências imprevisíveis”.<sup>9</sup> A esse respeito, Gregório Bezerra, destacado dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conta em seu livro de memórias que procurou autoridades do estado de Pernambuco e sindicatos de diversas categorias para conseguir armas, mas não obteve êxito. Entretanto, havia grande número de trabalhadores rurais prontos para empunhá-las.

Nesse contexto, Bezerra se refere a algumas “concentrações de massa à minha espera”, aguardando que trouxesse armas, nos “engenhos de Catende, Palmares, Águas Pretas, Gamaleira, Ribeirão e alguns outros”<sup>10</sup>.

Na contramão da situação descrita por Bezerra, setores midiáticos da época, favoráveis ao golpe, disseminaram a ideia de ter havido ampla adesão popular ao movimento golpista. A título de exemplo, a “Edição Histórica” da revista *Manchete*, de abril de 1964 — composta apenas de imagens acompanhadas de legendas e poucos textos ao longo de toda a edição — exhibe fotos da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade no Rio de Janeiro, da sessão parlamentar no Congresso Nacional que depôs João Goulart e de tropas, sugerindo um amplo respaldo popular ao golpe.

Contudo, essa suposição é controversa. Um dado relevante para esse debate são os resultados de pesquisas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) pouco antes do golpe de 1964, mas revelados apenas em 1989<sup>11</sup>. Uma dessas pesquisas, realizada entre junho e julho de 1963, aponta que o governo de Goulart tinha 76% de aprovação (35% consideravam “ótimo” ou “bom” e 41% “regular”), contra 19% de desaprovação (“mau” ou “péssimo”). Em outra pesquisa realizada pelo Ibope, entre 9 e 26 de março de 1964, isto é, poucos dias antes do golpe, 47% dos entrevistados responderam que votariam em Goulart caso ele pudesse candidatar-se à reeleição, contra 46% dos entrevistados, que não votariam. Em julho de 1963, esses índices eram de 37% (votariam) e 50% (não vota-

riam), indicando uma tendência de alta na popularidade de João Goulart.

Conforme apontado por Marilena Chaui, “a derrota é justamente aquilo que uma certa história não pode revelar nem interpretar porque só se mantém como ‘história’ pelo silêncio que impôs aos vencidos”.<sup>12</sup> Assim, o relato de Gregório Bezerra<sup>13</sup> desafia a ideia de que o golpe recebeu majoritário respaldo popular e reforça o seguinte questionamento: se o golpe foi tão aclamado, como explicar a presença de diversas concentrações de trabalhadores rurais no interior de Pernambuco dispostos a resistir com armas?

Esse questionamento se expande se observado fenômeno semelhante ocorrido na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Nessa região, lideranças de entidades de trabalhadores rurais também relatam um grande número de camponeses dispostos a pegar em armas para combater o movimento golpista, concentrados em duas distintas localidades no dia 1º de abril de 1964. Essas entidades camponesas estavam profundamente conectadas com sindicatos de diversas outras categorias, na Baixada Fluminense e em outras regiões do estado, tendo sido a presença do PCB um elemento fundamental para viabilizar essas articulações. Conforme relatos analisados, os camponeses dessas entidades estavam aguardando o fornecimento de armamento que seria entregue pelos petroleiros do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo (Sindipetro) de Duque de Caxias. Alguns dirigentes desse sindicato também relatam essa articulação. Contudo,

essa tentativa de resistência armada foi abortada antes mesmo que as armas fossem empunhadas.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é trazer uma contribuição a essa discussão, realizando uma análise histórica dessa tentativa abortada de resistência armada ao golpe. Serão analisadas as circunstâncias que frustraram essa ação, bem como as articulações que vinham se formando entre operários e camponeses da Baixada Fluminense, que possibilitaram a organização da tentativa de resistência armada ao golpe.

Assim, para atingir esse empreendimento de pesquisa, foram realizadas análises documentais e jornalísticas, bem como das memórias coletivas elaboradas por moradores da região, que testemunharam ou foram socializados pelas memórias desses acontecimentos.<sup>14</sup> Isso inclui entrevistas e interações durante o trabalho de campo, visando colocar em perspectiva as representações sociais da memória desses atores com as fontes documentais consultadas.

### **Questão agrária, campesinato e a conjuntura política de 1946-1964**

Apesar de diversas tentativas fracassadas para alterar, no Congresso Nacional, o artigo da Constituição de 1946 que previa, em caso de desapropriações, indenização, prévia, justa e em dinheiro,<sup>15</sup> no governo João Goulart foram realizadas algumas desapropriações em áreas de conflito.<sup>16</sup> Nesse período, na América Latina e no Caribe, a questão agrária vinha recebendo destaque no cenário político, como na Bolívia em 1952, quando uma revolução de camponeses e

mineiros resultou em uma reforma agrária que expropriou grandes latifúndios,<sup>17</sup> e na Guatemala, de 1952 a 1954, onde, através de uma aliança tática entre o presidente nacional-desenvolvimentista Jacobo Arbenz e os comunistas foi aprovado um projeto de reforma agrária que assentou mais de 100 mil famílias num período de 18 meses.<sup>18</sup>

A ação desses governos nacionais, através do aparato estatal para distribuição de terras a diferentes categorias de trabalhadores rurais, foi empreendida como resposta a massivas mobilizações camponesas e à ameaça de uma “revolução social” iminente.<sup>19</sup> Esse cenário se intensifica a partir de 1959 com a Revolução Cubana e sua reforma agrária, que se deu através de um projeto de desenvolvimento nacional que rapidamente transitou do nacionalismo democrático popular ao socialismo, devido à intolerância de frações da burguesia a reformas que redistribuíssem minimamente o excedente dentro dos limites do capitalismo e alterassem a sua utilização.<sup>20</sup> Essas experiências históricas se davam dentro dos marcos de projetos de desenvolvimento nacional e seus dilemas no contexto do capitalismo periférico e dependente.

No Brasil de Goulart, a reforma agrária era reivindicada por uma ampla base social organizada. A partir das reflexões de Tarrow,<sup>21</sup> sobre a centralidade que as oportunidades políticas têm para ações coletivas, a conjunção desses dois fatores no bojo da disputa pela reforma agrária — a iniciativa do Estado através das reformas de base e a mobilização camponesa em torno dessa pauta — não

só era capaz de alterar as correlações de força na conjuntura política, como também abria a possibilidade de inserção do campesinato como um ator relevante, anteriormente excluído do cenário político.

Apesar da diversidade de formas de organização do trabalho rural, entidades como as Ligas Camponesas, criadas em 1945, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), criada em 1954, o PCB e entidades da Igreja Católica organizavam diferentes segmentos de trabalhadores rurais em diversas regiões do país, sob três demandas: direito à organização sindical, direitos trabalhistas e reforma agrária, compreendida enquanto instrumento de justiça social e de superação do latifúndio, caracterizado como agente do atraso econômico e do subdesenvolvimento.<sup>22</sup> Esse período marca importantes saltos organizativos do movimento camponês, culminando em conquistas históricas, como a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra), em 1962 — com o propósito de lidar com questões fundiárias —, e de uma normatização da estrutura sindical no campo, através de portarias do Ministério do Trabalho, publicadas a partir de 1962, e sintetizadas no Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, possibilitando a criação de sindicatos exclusivamente de trabalhadores rurais.<sup>23</sup> Essa experiência da disputa por direitos e acesso à terra moldou socialmente esses atores, gerando linguagem e identidade próprias, tornando o campesinato um ator político de relevância nacional, em um processo que pode ser lido como de formação de classe.<sup>24</sup>

### **Movimento camponês, movimento sindical e conflitos por terra na Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960**

No estado do Rio de Janeiro, a atuação do PCB foi central para a organização de trabalhadores rurais em diversos municípios, tais como Cachoeiras de Macacu, Magé, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes. Desde a década de 1940, o partido vinha operando em diversas outras entidades, que atuavam junto de associações camponesas, tal como o Sindicato dos Tecelões de Santo Aleixo em Magé, fundado em 1941.<sup>25</sup> Ao longo dos anos 1950, o PCB exerce uma atuação central em diversas associações de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro, tais como a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, fundada em 1948, que atuava na Região de Pedra Lisa em Nova Iguaçu,<sup>26</sup> e a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, fundada em 1949, no distrito de Xerém, sob a liderança de José Pureza.<sup>27</sup> O objetivo central de ambas as associações era defender os trabalhadores rurais associados, em sua maior parte posseiros, das ações de grileiros na região.<sup>28</sup>

Cabe destacar que a categoria grileiro, assim como posseiro, é uma categoria relacional, que deve ser compreendida no contexto de conflitos por terras e como um grupo atribuído ao outro (e a si mesmo) determinada identidade. No contexto das décadas de 1950 e 1960, no estado do Rio de Janeiro, se trata de uma categoria atribuída aos agentes responsáveis por despejos de trabalhadores rurais, com o objetivo de se apropriarem das terras que estes — que normal-

mente se denominavam como posseiros — ocupavam e trabalhavam.<sup>29</sup>

A categoria grileiro, no contexto de conflitos por terra na Baixada Fluminense, se insere em matizes da questão agrária que não envolvem “fazendeiros” ou “latifundiários”, mas em circunstâncias onde a terra aparece como um capital especulativo, adquirida e utilizada como reserva de valor, podendo ser assim “grileiros” desde compradores irregulares de terras até grandes empresas que têm a intenção de expulsar posseiros. Em alguns desses casos, a terra tratada como capital especulativo se relaciona com outros capitais, como é o caso da atuação dos irmãos Coimbra Bueno, em Cachoeiras de Macacu, políticos influentes de Goiás, que adquiriram terras no município em 1954, através de sua empresa Agrobrazil Empreendimentos Rurais Ltda<sup>30</sup>; da Companhia América Fabril, uma grande fábrica de tecidos localizada em Magé;<sup>31</sup> e da família Guinle em Nova Iguaçu, que atuava no município com citricultura, criação de gado e venda de terras através da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, sendo também detentores de capitais de grandeza extraordinária, enormemente diversificados, com destaque para a Companhia Docas de Santos e o Banco Boavista.<sup>32</sup> Cabe destacar que alguns desses atores participaram das articulações políticas que culminaram no golpe de 1964, conforme será detalhado mais adiante.

Assim, ao longo da década de 1950 e início de 60, ocorreram diversos conflitos fundiários em diferentes municípios do estado, com destaque para as fazendas Piranema,

São Lourenço e Capivari em Duque de Caxias; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; nas áreas sob controle da Companhia Fazendas Reunidas Normandia e suas adjacências, em Nova Iguaçu; no Imbé, em Campos dos Goytacazes; nas terras sob controle da Companhia América Fabril, denominadas de “Gleba América Fabril”, em Magé; e no Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí.<sup>33</sup> Na Baixada Fluminense esses conflitos estiveram, no geral, relacionados à valorização imobiliária e à especulação, consequência da expansão de atividades industriais e de serviços onde hoje corresponde à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e também por conta de investimentos estatais em obras de saneamento, que já vinham sendo implementadas pelo governo federal na mesma região.<sup>34</sup>

Em 1952, em meio a conflitos entre posseiros e grileiros na Fazenda São Lourenço e ameaças de despejos na Fazenda Capivari — terras contíguas à Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Xerém —, a Comissão de Lavradores de Duque de Caxias transformou-se em uma associação com um objetivo de abrangência maior: a Associação de Lavradores Fluminense (ALF),<sup>35</sup> que se organizava através de “núcleos” em diversas localidades, isto é, diversas associações locais de lavradores,<sup>36</sup> tal como a Associação de Lavradores de Caxias. De maneira semelhante, em agosto de 1960, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em decorrência de adesão de outras categorias de trabalhadores rurais à associação, bem como por sua expansão de associados em Nova Iguaçu, passou a se chamar So-

ciidade dos Lavradores, Posseiros e Assalariados Agrícolas do Município de Nova Iguaçu.<sup>37</sup> Apesar de ambas entidades terem iniciado seus trabalhos como associações de atuação local que, em momento posterior, foram expandindo suas áreas de atuação, ambas se conectavam com mediadores do PCB, tais como Manoel Ferreira em Magé, José Pureza em Duque de Caxias e Bráulio Rodrigues em Nova Iguaçu<sup>38</sup>, que, por sua vez, se ligavam a estruturas organizativas de maior abrangência, como a Ultab. Tal entidade, desde sua fundação em 1954, vinha adotando uma política no sentido de incentivar a realização de encontros camponeses locais e estaduais, estimulando assim maior organização de trabalhadores rurais.<sup>39</sup>

Nesse contexto, foi criada, em 1959, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). No ano seguinte, foi fundada também a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj), sob forte influência do governo Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A Flerj fora fundada “para competir com a então recém-criada Falerj. A nova federação [...] tinha íntima ligação com a Federação dos Trabalhadores Cristãos”.<sup>40</sup> Mais tarde, em 1963, a Falerj logrou obter carta sindical, fundando assim a primeira federação sindical de trabalhadores rurais no estado do Rio de Janeiro, a Federação de Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos,<sup>41</sup> com direção composta por José Pureza, Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira de Lima. Na medida em que o movimento camponês estadual foi se solidificando, reunindo associações em torno da Falerj a

partir de 1959 – formalizando assim articulações que já estavam sendo realizadas – e, posteriormente, com a fundação da Federação sindical, havia grande dinâmica política entre as lideranças das associações locais. Houve grande rotatividade nos cargos de direção da Falerj, envolvendo quadros políticos de associações de trabalhadores rurais de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Cachoeiras de Macacu.<sup>42</sup>

A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa ilustra bem as dinâmicas de articulações políticas que possibilitaram a fundação e funcionamento da Falerj. Tal associação logrou obter diversas vitórias, tanto para os posseiros que eram seus associados quanto para camponeses de outras regiões, em conflitos em que esteve envolvida em parceria com outras associações de trabalhadores rurais e também com colonos do Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí, passando muitas vezes por articulações que envolviam a Falerj, Flerj, a imprensa progressista que os apoiava, sindicatos e partidos políticos, tais como PCB, PTB e o Partido Social Democrático (PSD).<sup>43</sup> Esse apoio mútuo resultou, muitas vezes, em desapropriações do governo estadual favoráveis às entidades camponesas, gerando núcleos de colonização agrícola nas áreas desapropriadas.<sup>44</sup>

Os documentos dos órgãos de repressão anexados ao requerimento de anistia de Bráulio Rodrigues da Silva indicam que, apesar de viver na Região de Pedra Lisa e ter se tornado referência do movimento camponês local, Bráulio mantinha relações e atividades políticas com movimen-

tos sindicais de outras localidades da Baixada Fluminense e da Região Serrana.<sup>45</sup> Outros documentos anexados nesse mesmo requerimento e seu livro de memórias<sup>46</sup> indicam que era ele o responsável por conectar a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa com o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Tecelões de Petrópolis. Ademais, conectava a Falerj com o prefeito de Cachoeiras de Macacu, o petebista Ubirajara Muniz, cujo prontuário demonstra “relações com Manoel Ferreira de Lima e Bráulio Rodrigues da Silva (respectivamente então presidente e secretário da Falerj) e com os sindicatos dos Operários Navais, dos Rodoviários e da Construção Civil”.<sup>47</sup> Além dessas conexões, cabe destacar que a ocupação do Imbé, em Campos dos Goytacazes, em 1963, também foi marcada pelo apoio da Falerj,<sup>48</sup> que conseguia articular-se com operários navais de Niterói e ferroviários de Campos dos Goytacazes.<sup>49</sup>

Em Duque de Caxias, importantes lideranças camponesas, além de atuarem em outras lutas por terra na Baixada Fluminense, interagiam com o movimento sindical da FNM, sensibilizados com a questão da reforma agrária naquela conjuntura, realizando uma aliança camponesa e operária.<sup>50</sup> A título de exemplo, Laerte Bastos, liderança camponesa local e filiado ao PCB,<sup>51</sup> “começou a luta ‘ali na FNM’, em cujas proximidades comprou um sítio, ‘mas queria mesmo era entrosar no movimento’”<sup>52</sup>. As articulações entre associações camponesas e estruturas sindicais também passavam pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores de Duque

de Caxias. Além de entidades sindicais de diversas categorias, compunham esse conselho a “Delegacia dos Trabalhadores da Indústria e do Petróleo, delegado Silas Conforto, e Associação dos Lavradores de Duque de Caxias, presidente Francisco José da Silva”<sup>53</sup>. Com a inauguração da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) em 1961, Silas Conforto, membro do PCB, se tornaria vice-presidente da primeira diretoria eleita do Sindipetro de Duque de Caxias, fundado em fevereiro de 1962, após se desvincular do Sindipetro-RJ.<sup>54</sup>

Conforme indicado por fontes jornalísticas e documentais, o Sindipetro Duque de Caxias tinha relações políticas consolidadas com entidades camponesas da Baixada Fluminense, tendo apoiado as associações de Magé e Duque de Caxias contra ameaças de despejo de lavradores em ambos os municípios;<sup>55</sup> participado de comício junto a associações camponesas de diversos municípios e diversas entidades sindicais, em solidariedade a lavradores ameaçados de despejo;<sup>56</sup> prestado auxílio a uma ocupação de terras, organizada pelas associações de trabalhadores rurais;<sup>57</sup> e participado de comício em Duque de Caxias nas vésperas do golpe, junto de diversas outras entidades sindicais, parlamentares, cooperativas e entidades de trabalhadores rurais<sup>58</sup>. Podemos atribuir, em grande medida, essa articulação em decorrência da filiação de lideranças camponesas — tais como Bráulio Rodrigues, José Pureza e Manoel Ferreira — ao mesmo partido de Silas Conforto, vice-presidente do Sindipetro de Duque de Caxias e membro do comitê estadual do PCB.<sup>59</sup> Nesse sindicato,

o partido era uma força política bastante representativa, contando com cerca de 120 membros.<sup>60</sup>

Ademais, cabe destacar que foi na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro — com o qual Bráulio mantinha articulação política com a associação de Pedra Lisa — que a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) comemorou seu aniversário de dois anos em 25 de março de 1964, em episódio conhecido como “Revolta dos Marinheiros”. A AMFNB mantinha relações políticas com diversos sindicatos,<sup>61</sup> incluindo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica de Duque de Caxias.<sup>62</sup> Esse sindicato representava os trabalhadores da Fábrica de Borracha Sintética (Fabor), onde havia 98 membros do PCB<sup>63</sup> e onde atuava Dinarco Reis Filho, figura importante na tentativa de resistência armada aqui analisada.

### **Métodos de defesa armada em conflitos por terra no pré-1964**

É importante notar que os conflitos por terra vinham escalonando de tal forma que os métodos de defesa armada por parte dos lavradores vinham sendo cada vez mais comuns — para além das estratégias jurídicas e de negociação política com autoridades estatais apoiadas por mobilizações populares, que já vinham ocorrendo. Esse tipo de resistência se colocava em um cenário em que determinadas intervenções estatais a favor das entidades de trabalhadores rurais não surtiam mais efeito prático, no sentido de interromper a ação violenta dos grileiros, e eram entendidas pelos trabalhadores co-

mo formas de autodefesa. Foi o caso da Região de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, em agosto e dezembro de 1956<sup>64</sup> e em 1960;<sup>65</sup> nas fazendas São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, e São Lourenço, em Duque de Caxias, em 1961;<sup>66</sup> em Itaguaí, no Núcleo Colonial Santa Alice, em 1961 e 1962;<sup>67</sup> e em Capivari, em 1963, em Duque de Caxias.<sup>68</sup>

Na maioria dos casos, tratava-se de conflitos para evitar despejos, deflagrando-se contra policiais militares e homens armados a serviço de grileiros, utilizando-se os lavradores de armas de caça, revólveres e até mesmo facões, enxadas, pedaços de pau e pedras. Entretanto, Manoel Antônio da Costa, lavrador que esteve envolvido no conflito armado da Fazenda São Lourenço, conta que o deputado federal Tenório Cavalcanti<sup>69</sup> prestou auxílio, mediando fornecimento de armas de um arsenal da Marinha, mas que não chegaram a ser utilizadas no confronto.<sup>70</sup> Vale mencionar que a AMFNB, fundada no ano seguinte, segundo membro dessa associação, prestava “ajuda direta e indireta para os camponeses do Estado do Rio de Janeiro, que invadiam latifúndios. Dávamos orientação de autodefesa e trabalhávamos junto à polícia para que não fossem atacados”.<sup>71</sup>

Ademais, Manoel ainda relata ter participado de um “Curso de Guerrilha”. “Quem estava comandando era Francisco Julião. [...] É um curso lá de Cuba. [...] Nós fizemos (o curso) em Magé [...] numa fazenda que tem lá perto, lá perto de Santo Aleixo [...]. (Esse curso) foi antes da Trinchiera (de São Lourenço)”. Perguntado sobre em que condições a liderança

pernambucana das Ligas Camponesas havia estado no Rio de Janeiro, ele responde que “isso aí eu não sei te explicar por quê”.<sup>72</sup>

Naquela época, pelo menos de maneira pública, Julião não se posicionava a favor da tática de guerrilha<sup>73</sup>, tendo, inclusive, diversos atritos com o chamado “setor armado das Ligas Camponesas”.<sup>74</sup> Apenas em 1962, meses depois das “Trincheiras de São Lourenço”, é que Francisco Julião fundaria o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ou Movimento 21 de Abril, com o objetivo de dirigir todas as tendências das Ligas, inclusive o setor armado.<sup>75</sup> Contudo, conforme argumentado por Teló,<sup>76</sup> é importante levar em conta a possibilidade de que o discurso público de Julião não era necessariamente condizente com o que ele realmente pensava a esse respeito, antes mesmo da fundação do MRT, chegando a mencionar sua convivência com a iniciativa de dispositivos do “setor armado”.<sup>77</sup>

De toda maneira, além de Manoel Antônio, participaram desse curso outros lavradores da região, incluindo Mauro Gorgonha e Félix Escobar, lideranças locais do PCB. Este último atuou na organização de camponeses em Xerém e, posteriormente, integrou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), tendo sido preso e desaparecido em 1971,<sup>78</sup> após participar de uma tentativa de recrutamento de camponeses em Duque de Caxias para se engajarem na luta armada.<sup>79</sup> Entretanto, conforme relatado por Manoel Antônio da Costa, José Pureza e Bráulio Rodrigues, ambos entre os principais articuladores da Falerj, não estiveram presentes, mas

Climério, “presidente do Sindicato da Petrobras”, esteve presente.<sup>80</sup>

Contudo, em decorrência de uma viagem de Bráulio a Cuba, representando a Falerj, onde conheceu pessoalmente o primeiro-ministro Fidel Castro, junto de Francisco Julião, que também fazia parte da comitiva brasileira, em 29 de dezembro de 1964 um delegado da Delegacia da 15ª Região Policial, em Nova Iguaçu, concluiu que Bráulio teria feito por lá um curso de guerrilha.<sup>81</sup> A viagem, que ocorreu em 1961,<sup>82</sup> de acordo com Gorender, teria alterado a percepção de Francisco Julião e do grupo dirigente das Ligas, no sentido de que a “via da luta de guerrilhas subiu ao primeiro ponto da agenda”.<sup>83</sup>

As circunstâncias do curso de guerrilha apontado por Manoel Antônio da Costa, bem como a suposição dos órgãos de repressão sobre Bráulio ter realizado curso de guerrilha em Cuba, merecem maior aprofundamento. De toda maneira, ocorreu dentro de um processo em que as entidades de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense vinham desenvolvendo métodos cada vez mais frequentes de defesa armada.

Nesse contexto, embora o PCB estivesse adotando uma linha de luta institucional, afastado da via armada, Bráulio Rodrigues, ao comentar o curso de guerrilha mencionado por Manoel Antônio da Costa, diz que havia uma divisão no partido entre militantes mais e menos “revolucionários”.<sup>84</sup> Isso ocorria de maneira simultânea ao processo político que levaria ao “racha” do partido em 1962, originando o PCdoB,<sup>85</sup> ocasião em que Bráulio se desfilou, não permanecendo em partido algum,

mas ainda cooperando politicamente com ambos partidos.<sup>86</sup> De toda forma, José Pureza, ao comentar a linha pacífica do PCB, diz que “isto não queria dizer ‘dar a outra face’. Ação de jagunços se enfrentava, nós obedecíamos ao que o camponês dissesse”.<sup>87</sup> Esses elementos indicam que a Falerj, apesar de dirigida pelo PCB, apoiava as ações armadas sendo “empurrada” pela base.<sup>88</sup>

### O golpe de 1964 e a tentativa de resistência

Não é de se surpreender que entre os articuladores do golpe figurassem negociadores de diversos setores da economia, entre eles, especuladores imobiliários que disputavam o controle de terras com posseiros na Baixada Fluminense. Muitos destes se organizavam no bloco político constituído pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que, articulados com oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), foram capazes de disputar a opinião pública, culminando na ação militar golpista em abril de 1964.<sup>89</sup>

É o caso de Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, políticos influentes de Goiás que disputavam terras com posseiros em Cachoeiras de Macacu.<sup>90</sup> Enquanto o primeiro figurava na lista de “ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES”, conforme apontado por Dreifuss,<sup>91</sup> “seu irmão Jerônimo [...] teve papel ativo na articulação do golpe de 1964”.<sup>92</sup> Também na obra de Dreifuss,<sup>93</sup> entre as ligações econômicas com o IPES, “são citadas as companhias e grupos: Coimbra Bueno e Cia. Ltda. (empresa de enge-

nharia e urbanismo), Agrobrasil S.A., British-Americano Tobacco e Fundação Coimbra Bueno”.<sup>94</sup>

As atividades do IPES também recebiam apoio da família Guinle por via da Companhia Docas de Santos e Banco Boavista, contando com a participação de membros ativos desse bloco político e de associados e colaboradores do IPES via Banco Boavista,<sup>95</sup> com destaque para Cândido Guinle de Paula Machado, enquanto contribuinte do IPES via Banco Boavista e Cia. Docas de Santos.<sup>96</sup> Carlos Guinle, um dos tios de Cândido Guinle de Paula Machado, também era associado ao IPES.<sup>97</sup>

Cândido e seus irmãos foram os principais herdeiros do tio Guilherme Guinle, que faleceu sem filhos em 1960, herdando os principais negócios da família, como a Cia. Docas de Santos e o Banco Boavista.<sup>98</sup> Guilherme Guinle também era presidente da Cia. Fazendas Reunidas Normandia.<sup>99</sup> Esses irmãos também foram herdeiros do tio Arnaldo Guinle, que faleceu em 1963, fundador da Cia. Fazendas Reunidas Normandia,<sup>100</sup> empresa que vinha disputando terras com posseiros em Nova Iguaçu desde o início da década de 1950.

Uma vez que estes e outros membros das elites políticas de todo o Brasil, bem como os principais meios de comunicação, se concentravam no Rio de Janeiro, capital federal até 1960, a luta pela terra em suas imediações antes do golpe de 1964 era uma “caixa de ressonância” para todo o país.<sup>101</sup> A título de exemplo, as disputas por terra entre posseiros e os irmãos Coimbra Bueno em Cachoeiras de Macacu ganhavam destaque nos jornais, impactando as elites,

que se sentiam ameaçadas pelas reformas de base, em especial a reforma agrária.<sup>102</sup>

Dentro dessa perspectiva, a compreensão das mobilizações camponesas enquanto possíveis focos de preparação de guerrilhas é um tema presente nas páginas do Inquérito Policial Militar (IPM) 709, que investigou o PCB.<sup>103</sup> Trata-se de uma leitura que, além dos elementos mencionados, é também reflexo dos então recentes acontecimentos em Cuba. O documento expõe nítida preocupação com um cinturão de conflitos por terra nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. Em trabalhos anteriores,<sup>104</sup> alguns dos principais conflitos fundiários ocorridos entre 1948 e 1964 foram estudados, indicados no mapa a seguir:<sup>105</sup>

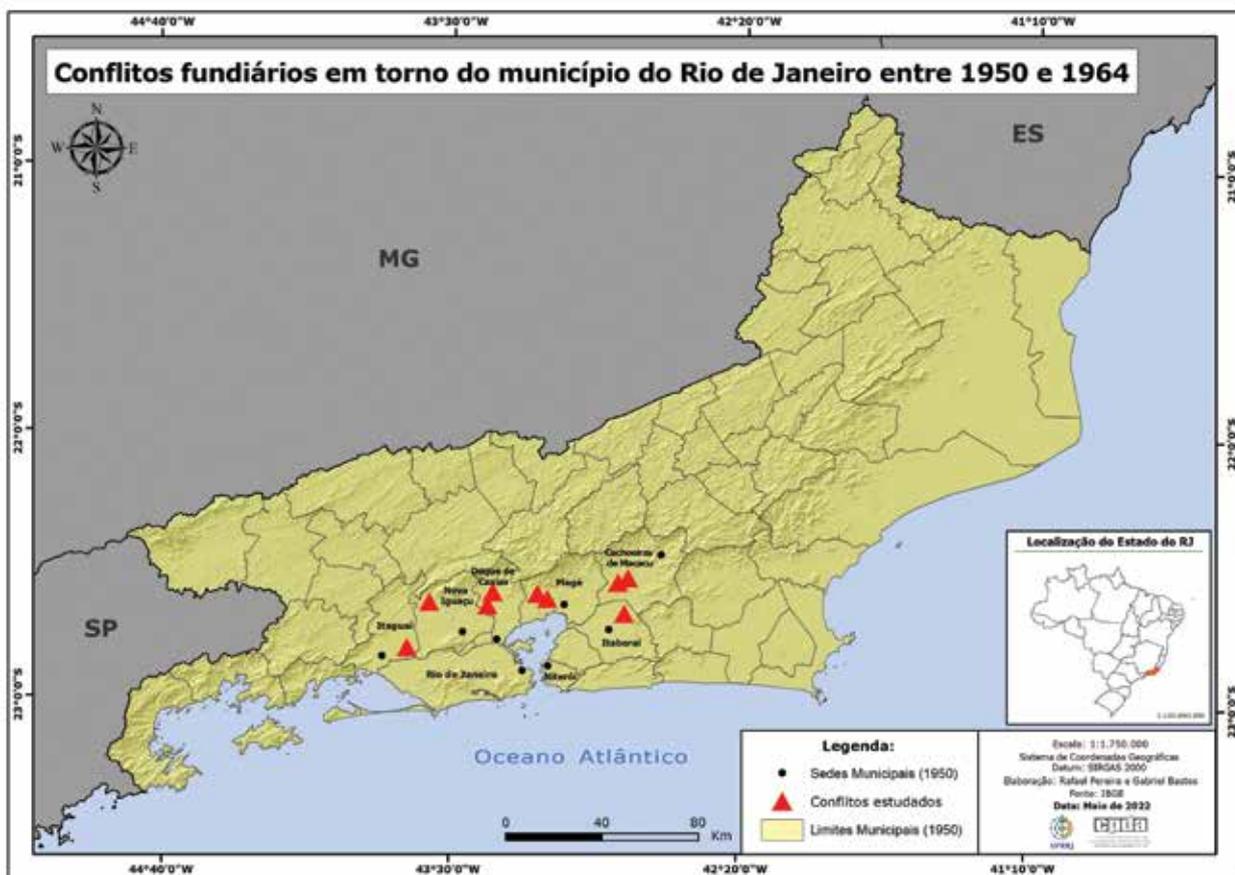
Quando o golpe ocorreu, a situação dos posseiros da Baixada Fluminense e de suas lideranças se tornou crítica. Como narra Bráulio Rodrigues da Silva:

*Eu estava em Pedra Lisa, aguardando um outro movimento que viria, aguardando uma contrarrevolução que tinham nos prometido. Já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também. Nós tínhamos uma função muito importante no contragolpe.*

[...]

*Nós estávamos preparados. E íamos acompanhando pelo rádio também. Daí a pouco escutamos no rádio que o João Goulart tinha saído, que estava deixando o país. Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles. Não era coisa secreta, com um grupo só: era com todo mundo.*

— Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui porque nesta hora, agora que está acontecendo isso, vão vir grileiros, vão vir assassinos, jagunços [...] para fazer justiça com as mãos deles em cima de nós, principalmente em cima de mim e nos demais companheiros que estão aqui na direção.



[...] Pois não deu outra: saí e em 40 minutos ou mais um pouco, chegou um monte de gente procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era polícia, não era nada. Eram justamente pessoas de que eu falei, ligadas a grileiros, que aproveitavam o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país.<sup>106</sup>

Ademais, logo após a chegada dos homens armados mencionados por Bráulio, uma tropa do Exército, contando com tanques de guerra, ocupou a Região de Pedra Lisa, buscando lideranças camponesas e armas em várias casas e na sede da associação.<sup>107</sup> Conforme apontado anteriormente, Bráulio havia se desfiliado em 1962, mas manteve contato com PCB e PCdoB no sentido de realizar cooperação política. Laerte Bastos, membro do PCB, tece afirmações semelhantes às de Bráulio sobre um “contragolpe”, descrevendo um plano de resistência armada que envolvia articulação entre o Sindipetro Duque de Caxias e trabalhadores rurais da Associação de Lavradores de Caxias:

**Laerte Bastos:** Na antevéspera, que foi [...] 1º de abril, nós estávamos reunidos, porque aí já tava a situação nacional perigosa, ameaçada, e tal, da ditadura, que acabou acontecendo né? Então, nós reunia umaimensidão de pessoas... Olha, nessa reunião que eu tô falando, devia ter assim, umas 500 pessoas, muita gente. Eu me lembro como se fosse hoje, uma multidão de gente, que foi uma reunião especial, porque nós já tava resistindo... Ah!

Nós tava mobilizado pra receber arma pra enfrentar a situação, por que já havia essa ameaça do golpe, entendeu?

Então a gente reuniu e eu disse: “Companheiros, nós estamos aqui aguardando as armas que vão chegar...”. E nós era ligado, agora vou lembrando... Ao sindicato da Petrobras!

**Entrevistador:** Lá tinha um cara chamado Silas Conforto né? Ele era do sindicato? [...]

**Laerte Bastos:** O Silas Conforto era um cara extraordinário, ele ligava com a gente, ele dava apoio, mandava até alimentação pra gente, entendeu? [...] Então, a gente tava com essa condição. Então fizemos essa reunião: “Nós temos que estar preparados, por que estamos ameaçados de um golpe, e nós estamos todos aqui, nós vamos receber armas aqui...”. Então, a conversa era essa com o Silas Conforto, que nós receberíamos armas, e nós ia pegar em armas mesmo, sem nenhuma dúvida. Aí foi quando veio o golpe. A última reunião que nós fizemos... Nessa reunião, do dia 31, veio através do Silas, não sei como é que foi, que nós tinha perdido, que os homens assumiram o governo, deram o golpe, [...] e nós não tinha mais possibilidade nenhuma. Aí foi uma tragédia... [...] Nós, esperando armas, nessa reunião que eu tô falando, tava a iminência de tal, mobilizamos as pessoas, tinha muita gente, mas muita gente mesmo... Então, a gente disse: “Companheiros, infelizmente não podemos resistir, não vem mais armas pra ninguém, e nós temos que debandar”. [...] Ah! Aí já tinha até deflagrado o golpe e o Exército veio de Juiz de Fora, comandado lá pelo general e entrou lá porque sabia que lá tinha uma resistência, né? Entrou lá de caminhão [...]. E eles vieram, e invadiram e tomou conta de tudo. Eu já não fui mais pra minha casa. Eu tive que já sair dali fugido.<sup>108</sup>

Conforme observado anteriormente, à época, as entidades camponesas da Baixada Fluminense estavam profundamente articuladas com outras entidades sindicais. A forma pela qual Laerte expõe a expectativa de fornecimento de armas por parte do Sindipetro Duque de Caxias indica que essa estratégia já vinha sendo planejada, porém, abortada na ocasião do golpe.

Em entrevista para o trabalho de Cruz,<sup>109</sup> Aristélio Travassos, que era membro do PCB e do Sindipetro Duque de Caxias, conta que ele e o então superintendente da Reduc foram “até o Rio de Janeiro pegar armas para resistir ao golpe. Mas quando chegamos com o caminhão cheio de armas na refinaria, fomos presos, os ‘esquerdistas’ não estavam mais lá para resistir ao golpe”.

A esse respeito, Dinarco Reis Filho, que em 1964 trabalhava na Petrobras, na Fabor, onde era secretário-geral do Comitê da Fabor e da direção nacional dos petroleiros do PCB (colegiado comandado pelo Comitê Central do partido), conta os motivos pelos quais as armas não foram entregues:

Estávamos trabalhando quando soubemos do levante armado. Imediatamente fizemos uma reunião do Comitê e entramos em contato com a Reduc. Eles já tinham se comunicado com o partido no Rio e a orientação era entrar em greve, o que foi feito imediatamente, paramos a fábrica e entramos em greve. Tentando nos preparar para a defesa armada, o pessoal da Reduc foi procurar apoio e armas no Corpo de Fuzileiros Navais, que ficava perto de Caxias e era comandado pelo almirante Aragão e nós fomos até o Sindicato dos Operários Navais,

em Niterói, pois diziam que eles tinham armas.<sup>110</sup> Mas, quando lá chegamos, vimos que as armas estavam nas mãos das tropas e estavam prendendo os dirigentes sindicais. Nesse momento [...], voltamos até a Petrobras em Caxias. [...] Conseguimos voltar para a Reduc. Quando eu tava voltando, tava chegando um caminhão com armas e munições. Nessa altura, a massa de trabalhadores já tinha ido embora, então tava só uma meia dúzia de militantes comunistas. Aí, “o que nós vamos fazer com tanta arma e munições?” A gente não podia voltar pela Rio-Petrópolis, porque tava arriscado dar de cara com as tropas e ser preso, com um caminhão cheio de armas. O que nós fizemos? Nós não, foi a direção da Reduc, porque eu não participei. Eles jogaram as armas e tudo num canal que tem lá na Petrobras.<sup>111</sup>

Após isso, o Exército ocupou a Reduc, tornando-se, de acordo com Silas Conforto, “um tipo de campo de concentração, uma coisa horrível”,<sup>112</sup> e o sindicato foi “violentamente invadido, foi tudo destruído: a biblioteca, o cinema, os instrumentos da orquestra sinfônica, o mimeógrafo, tudo desapareceu”.<sup>113</sup> Além de intervenção sindical, um IPM foi instaurado para investigar as ações de “comunistas” na empresa, resultando em exonerações em sua direção e cassações políticas.<sup>114</sup>

De toda maneira, pelo exposto na entrevista de Dinarco, o motivo pelo qual os dirigentes do Sindipetro Duque de Caxias tomaram a decisão de desistir da resistência foi a ausência de grande número de possíveis combatentes na refinaria. No caso de Aristélio, sua entrevista sugere que ele teria feito parte de um terceiro grupo, além dos apontados por Di-

narco, que foi buscar armas. Contudo, ao chegarem, o Exército já havia ocupado a Reduc antes mesmo que pudessem distribuí-las.

Todavia, na percepção de lideranças camponesas, a resistência ao golpe foi abortada por conta de uma decisão de quem lhes forneceria as armas, não daqueles trabalhadores rurais que estavam dispostos a empunhá-las. Tanto Bráulio quanto Laerte descrevem que, na ocasião do golpe, suas entidades camponesas estavam reunidas com um número expressivo de pessoas: “Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles”;<sup>115</sup> “nessa reunião que eu tô falando, devia ter assim, umas 500 pessoas, muita gente. Eu me lembro como se fosse hoje, uma multidão de gente”.<sup>116</sup> Em ambas as reuniões, tanto da Associação de Lavradores de Caxias quanto da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, os camponeses aguardavam o armamento para realizar uma resistência ao golpe.

Em Pedra Lisa, como dito anteriormente, Bráulio afirmava que “já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe”. Entretanto, José Eufrásio, que era membro do Conselho Fiscal da associação, se recorda da ocasião de maneira distinta: “Em Pedra Lisa, a Comissão da Associação não sabia o que fazer. Quando Jango se mandou, resolvemos ficar parados. Se o presidente fica, a gente podia resistir.”<sup>117</sup> Essa afirmação indica que pode ter havido um dilema, entre as asso-

ciações camponesas e o Sindipetro Duque de Caxias, entre resistir ou não, condicionado à reação do presidente João Goulart ao golpe.

### **Considerações finais: a disposição de camponeses de resistir ao golpe militar só foi possível em virtude da experiência anterior de formação de classe**

A tentativa de resistência armada ao golpe de 1964, por parte de camponeses e petroleiros na Baixada Fluminense, ilustra uma mobilização não concretizada que dependia de uma iniciativa maior de reação ao golpe por parte do presidente João Goulart. Todavia, “Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda”, isso porque “o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, [...] em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob aspectos do direito da propriedade e da força coercitiva do Estado”.<sup>118</sup> Porém, iniciar uma guerra civil, mobilizando o III Exército a partir do Rio Grande do Sul para resistir ao golpe, bem como apoiar movimentos guerrilheiros, não eram opções que faziam parte do repertório político de Goulart.<sup>119</sup>

Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, suposições de ameaça guerrilheira durante o governo Goulart, acusado de acobertá-las — tal como a suposição do IPM 709, que associava os conflitos por terra ao redor da cidade do Rio de Janeiro com possíveis focos de preparação de guerrilha —, são exageradas, e devem

ser entendidas dentro do contexto de Guerra Fria, após a Revolução Cubana. Alguns segmentos da esquerda faziam aposta mais radical, mas pouco foi realizado, “o que fica evidente na fraca reação ao golpe, que, com algumas exceções, não encontrou resistência relevante”.<sup>120</sup> Não por acaso, as localidades onde esses camponeses se situavam foram alvo de uma repressão militar muito dura, assim como na Reduc.

Ao mesmo tempo, a disposição dos trabalhadores rurais das entidades camponesas da Baixada Fluminense de resistir com armas ao golpe, articulados com entidades sindicais, traz à tona novos elementos sobre a parte da população que se opunha ao movimento golpista. Conforme Motta, “a derrubada de Goulart teve apoio de parte da sociedade, embora seja improvável que tenha sido majoritário. Por agora, basta dizer que os dados disponíveis não são conclusivos e indicam que o respaldo à queda de Jango tendeu a se concentrar nas classes médias superiores”.<sup>121</sup> Essa suposição se reforça se verificado que, ao se referir à Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em São Paulo, “o embaixador Lincoln Gordon observou em sua carta de 2 de abril de 1964 para Dean Rusk, o secretário de Estado americano: ‘A única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha’”.<sup>122</sup>

A disposição para uma eventual resistência armada por parte dos trabalhadores rurais, tanto na Baixada Fluminense quanto em Pernambuco, se apresenta como dados que corroboram essa tendência

apontada por Motta. As entrevistas indicam que, na Baixada Fluminense, havia um número expressivo de camponeses dispostos a resistir, embora sem armas, em situação semelhante à descrita por Gregório Bezerra em Pernambuco.<sup>123</sup> Em momento posterior ao golpe, embora não haja evidências suficientes para confirmar a preparação de uma guerrilha na Região de Pedra Lisa, representações sociais da memória indicam um clima político na época que reforça a disposição dos camponeses para resistir com armas ao golpe e à ditadura recém-instalada. Com efeito, essa disposição só foi possível em decorrência de uma experiência de formação de classe,<sup>124</sup> desenvolvida através de um processo de mobilização social camponesa desde os últimos anos da década de 1940.

Além disso, alguns aspectos da tentativa de resistência armada ao golpe na Baixada Fluminense merecem uma análise mais aprofundada. Conforme Bráulio Rodrigues da Silva, em seu livro de memórias, “nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também”.<sup>125</sup> Essa afirmação de Bráulio ressalta a necessidade de investigar se outras entidades de trabalhadores rurais participaram dessa tentativa abortada de resistência armada ao golpe, bem como as circunstâncias do envolvimento do PCB, dado que o partido não adotava essa estratégia.<sup>126</sup>

## Notas

- 1 Versão resumida de artigo originalmente publicado na *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis | v. 16 | p. 1-25 | 2024. e-ISSN: 1984-9222 | DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2024.e100327>.
- 2 Gabriel Souza Bastos é doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ) e mestre pela mesma instituição. Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é pesquisador bolsista DTI do CNPq. E-mail: [gabrielsoubastos@gmail.com](mailto:gabrielsoubastos@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1961-3635>.
- 3 *MILITARES da democracia – os militares que disseram não*. Direção: Silvio Tendler. Produção de Ana Rosa Tendler. Brasil: Caliban Produções Cinematográficas, 2014.
- 4 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. 8ª ed. rev. ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 420.
- 5 NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 64.
- 6 GORENDER, Jacob. “Era o golpe de 64 evitável?” In: TOLEDO, Caio (org.). *1964: visões críticas ao golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora Unicamp, 1997. p. 109-116.
- 7 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 66-67.
- 8 BANDEIRA, op. cit.
- 9 Ibidem, p. 342.
- 10 BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 529.
- 11 Comunicação de Antônio Lavareda no XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), 1989 apud BANDEIRA, op. cit., p. 351-552.
- 12 CHAUI, Marilena. “História a contrape-lo”. In: *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 12.
- 13 BEZERRA, op. cit., p. 529.
- 14 POLLAK, Michael. “Memória e identidade

- social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- 15 MEDEIROS, Leonilde. “A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964”. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, 1983.
- 16 MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflitos e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018b. No estado do Rio de Janeiro foram realizadas dez desapropriações. Dessas, duas na Baixada Fluminense.
- 17 VELTMEYER, Henry. “The Dynamics of Land Occupations in Latin America”. In: MOYO, Sam; YEROS, Paris. (org.). *Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America*. London, New York and Cape Town: Zed Books and David Philip, 2005. p. 285-316.
- 18 GLEIJESES, Piero. “The Agrarian Reform of Jacobo Arbenz”. *Journal of Latin American Studies*, v. 21, n. 3, 1989.
- 19 VELTMEYER, op. cit.
- 20 VASCONCELOS, Joana. *História agrária da Revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia*. São Paulo: Alameda, 2017.
- 21 TARROW, Sydnei. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- 22 MEDEIROS, Leonilde. “História dos movimentos sociais no campo”. Rio de Janeiro: FASE, 1989. MEDEIROS, Leonilde. “Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018a. p. 49-92.
- 23 RAMOS, Carolina. “A construção do sindicalismo rural brasileiro”. In: Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Aracaju: UFS, 2010.
- 24 MEDEIROS, Leonilde. “Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, 1995.
- 25 RIBEIRO, Felipe. “A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)”. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2015.
- 26 BASTOS, Gabriel. “Memória e resistência camponesa em tempos de repressão na Baixada Fluminense”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRJ, 2022. A “Região de Pedra Lisa” refere-se a uma região política, isto é, a área de influência política da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, onde foi consolidada sua base social de associados no período de 1948 a 1964. Essa região abrange as proximidades do bairro Pedra Lisa, situado atualmente em Japeri.
- 27 PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- 28 PUREZA, op. cit. GRZYNSZPAN, Mário. “Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)”. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFRJ, 1987. SILVA, Bráulio Rodrigues. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- 29 GRZYNSZPAN, op. cit.
- 30 BRITO, Ricardo. “Luta-se pela terra livre”: conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte. In: MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 205-243.
- 31 RIBEIRO, op. cit. TEIXEIRA, Marco Antonio. “Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé”. In: MEDEIROS, op. cit., 2018, p. 169-204.
- 32 BULCÃO, Clóvis. *Os Guinle: a história de uma dinastia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. FERREIRA, Álvaro. “Ocupações de terra e políticas agrárias no estado do Rio de Janeiro: a trajetória do assentamento de Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados)”. *Revista IDEAS*, v. 15, jan./dez. 2021.
- 33 MEDEIROS, op. cit.
- 34 GRZYNSZPAN, op. cit.
- 35 PUREZA, op. cit., p. 25-26.
- 36 Ibidem, p. 35-36.
- 37 BASTOS, op. cit.
- 38 SILVA, op. cit. RIBEIRO, op. cit. Pouco é contado, no livro de memórias de Bráulio, a respeito de sua relação com o PCB. Pureza, apesar de não mencionar a esse respeito em seu livro de memórias, era membro do comitê estadual do PCB, segundo o Serviço Nacional de Informação (SNI). ANTECEDENTES DE JOSÉ PUREZA E OUTROS – BR DFANBSB V8.MIC, GNC. CCC.83008793. Acervo Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.
- 39 MEDEIROS, op. cit., 1989.
- 40 MEDEIROS, op. cit., 2018a, p.66.
- 41 Mais tarde, em 1965, essa federação, por determinação legal, passou a ser chamada de Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag-RJ). Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio de Janeiro. Contag, 1975. Acervo NMSPP. Fetag-RJ 1964-1989. Caixa 15. Ibidem.
- 42 GRZYNSZPAN, op. cit., p. 141-142.
- 43 SILVA, op. cit. BASTOS, op. cit.
- 44 MEDEIROS, op. cit., 2018a, p.64. Conforme a autora, embora a primeira desapropriação tenha ocorrido em 1958, em Pedra Lisa, durante o governo de Miguel Couto Filho (PSD), foi no governo de Roberto Silveira (PTB) (1959-1961) que as desapropriações ganharam impulso. O governador propôs o Plano Piloto de Ação Agrária na Assembleia Legislativa, abordando conflitos entre grileiros e famílias de trabalhadores rurais em “terras abandonadas”. O projeto, que se tornou a Lei nº 3.951, autorizava um plano de colonização e aproveitamento de terras devolutas, incluindo medidas como cadastro territorial, tombamento de propriedades particulares e estudos para apontar a possibilidade de colonização e organização de núcleos agrícolas.
- 45 ANAPAP. Requerimento de Anistia de Bráulio Rodrigues da Silva à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar. 2004-Maio 2005.
- 46 SILVA, op. cit., p. 39-40.
- 47 BRITO, op. cit., p. 222.
- 48 NEVES, Delma. “Posseiros e comunistas: reparações diferenciais de direitos humanos”. In: MEDEIROS, op. cit., 2018. p. 287-326.
- 49 PUREZA, op. cit.
- 50 RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 158.
- 51 BASTOS, Laerte. Entrevista concedida ao Projeto Memórias da Luta pela Terra e Moradia – ITERJ. Duque de Caxias, RJ, 2014. Acervo NMSPP.

- 52 MAIA, Aline. “O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações rufo-fabris em Duque de Caxias”. In: MEDEIROS, op. cit., 2018, p. 93-130. p. 111.
- 53 FILHO, Humberto. “Atividades sindicais em Caxias”. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, p. 4, 30 jun. 1961.
- 54 CRUZ, Iracema. “Ouro negro: sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954/1964)”. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRJ, 1997. Segundo a autora, o Sindipetro-RJ foi fundado em 1959, tendo sua diretoria inicial liderada pelo PCB. Com o objetivo de afastar a influência do PCB na Reduc, o superintendente da refinaria propôs dividir o sindicato, resultando na criação do Sindipetro Duque de Caxias. Contudo, a chapa apoiada por ele perdeu a primeira eleição para membros já envolvidos com o Sindipetro-RJ.
- 55 “SUSTADOS despejos de lavradores em Caxias”. *Luta Democrática*, p. 5, 12 jun. 1963.
- 56 CALDAS, Fernando. “Reformas mobilizam a Baixada Fluminense”. *Luta Democrática*, p. 5, 11 jun. 1963.
- 57 DONADEL, César; SANTOS, Luís. “Lavradores deixam a ‘Cidade dos Meninos’ e ocupam posição estratégica nos morros”. *Última Hora*, p. 2, 22 fev. 1964; APERJ; Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.
- 58 “5.000 pessoas reunidas no comício de Caxias”. *Última Hora*, p. 2, 9 mar. 1964.
- 59 ANTECEDENTES DE SYLLAS CONFORTO –BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_71004185\_d0001de0001. Acervo Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.
- 60 FILHO, Dinarco Reis. Entrevista concedida ao Núcleo Piratininga de Comunicação. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C-7tqtsOILpM>.
- 61 DUARTE, Antônio. *1964: A luta dos marinheiros*. Natal: Diorama, 2009. p. 51, 65.
- 62 Uma vez que pouco antes do aniversário da associação, os marinheiros planejaram uma visita ao complexo petroquímico Presidente Vargas, o que foi considerado ato de insubordinação. CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: 1997. p. 51.
- 63 FILHO, op. cit.
- 64 APERJ, Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Edésio Carvalho da Rocha, notação 21.576. “DISPOSTOS os camponeses a defender suas terras”.
- 65 Jornal não identificado. In: Anapap, Acervo da Associação Nacional dos Anistiados Políticos Aposentados e Pensionistas. Requerimento de Anistia de Vantuil Dias Lacerda à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Mar. 2006 – Maio 2008.
- 66 LIMA, Ulisses. *Luta armada: Baixada Fluminense 1961*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1985. BRITO, op. cit., p. 219. MAIA, op. cit.
- 67 LIMA, op. cit., p. 96. SILVA, op. cit., p. 32. DECRETADA a prisão do executor do plano agrário estadual. *Última Hora*, p. 3, 25 jan. 1962. GRILEIROS desmoralizam o governo. *Terra Livre*, São Paulo, capa, fev. 1962.
- 68 GRYNSZPAN, op. cit., p. 213.
- 69 Tenório Cavalcanti, “o homem da capa preta”, foi um político influente na Baixada Fluminense, destacando-se por seu estilo político agressivo e violento. Portanto uma submetralhadora chamada de Lurdinha, assumiu aura de “mito”. Foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) em 1947, 1950, 1954 e 1958. Após o golpe de 1964, teve seu mandato cassado e direitos políticos suspensos. Verbetes biográfico CPDOC.
- 70 COSTA, Manoel. Entrevista de Manoel Antônio da Costa, concedida a Marcelo Ernandez. Duque de Caxias, RJ, 2004. Acervo NMSPP.
- 71 CAPITANI, Avelino. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: 1997. p. 31.
- 72 COSTA, op. cit.
- 73 MEDEIROS, op. cit., 1989.
- 74 Para mais detalhes, ver: MORAIS, Clodomir. “História das Ligas Camponesas do Brasil”. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*, v. 4: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 21-76.
- 75 Ibidem. Com inspiração foquista, o MRT instalava campos de treinamento de guerrilha em algumas fazendas compradas. GORENDER, op. cit., 1987, p. 47-48. Nesse sentido, Morais também menciona que havia um campo de treinamento guerrilheiro no estado do Rio de Janeiro, localizado na serra de Petrópolis no início da década de 1960. MORAIS, op. cit., p. 57.
- 76 TELÓ, Fabrício. *Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UFRJ, 2019. p. 61.
- 77 SALES, 2005 apud TELÓ, 2019, p. 61.
- 78 MAIA, op. cit., p. 123.
- 79 TELÓ, op. cit. CODARIN, Higor. “À revolução brasileira! O Movimento Revolucionário 8 de Outubro e os trabalhadores na luta armada (1969-1971)”. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre (org.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Salvador: Saggá, 2022.
- 80 COSTA, op. cit.
- 81 APERJ, Coleção Polícia Política, Prontuário-RJ de Bráulio Rodrigues da Silva, notação 22.147.
- 82 O documento anterior não diz exatamente em qual ano a viagem ocorreu, apenas que foi após a fundação da Falerj (1959). Mas, no processo de Bráulio, é dito reiteradas vezes que a viagem ocorreu em 1961.
- 83 GORENDER, op. cit., 1987, p. 38.
- 84 SILVA, Bráulio. Entrevista concedida em 2004. Acervo NMSPP.
- 85 Para mais detalhes: PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- 86 SILVA, op. cit., 2008, p. 41.
- 87 ARAÚJO, Frederico. “Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964”. Dissertação (Mestrado), UFRJ, 1982, p. 38.
- 88 TELÓ, op. cit., p. 160.
- 89 DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- 90 BRITO, op. cit.
- 91 DREIFUSS, op. cit., p. 513.
- 92 BRITO, op. cit., p. 216.
- 93 DREIFUSS, op. cit.
- 94 BRITO, op. cit., p. 215.
- 95 DREIFUSS, op. cit., p. 745.
- 96 Ibidem, p. 627, 637.
- 97 Ibidem, p. 293.
- 98 BULCÃO, op. cit.

- 99 DANTAS, Luiz. “A Normandia” de Guinle Irmãos - Nova Iguaçu. Niterói: Vasconcellos estabelecimento graphico, 1935.
- 100 BULCÃO, op. cit.
- 101 LERRER, Débora. “Memória, recalque e questão agrária no Brasil”. *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 43, n. 1, 2023.
- 102 Ibidem.
- 103 IPM DO PCB. Inquérito Policial-Militar nº 709. Relatório dos inquéritos. Brasília: STM/SeArq, 1966.
- 104 MEDEIROS, op. cit., 2018b. BASTOS, op. cit.
- 105 BASTOS, op. cit., p. 139.
- 106 SILVA, op. cit., 2008, p. 43.
- 107 Conforme relatado em diversas entrevistas e conversas informais no trabalho de campo, e no depoimento de José Eufrásio em: MORADORES DO IMBÉ. Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevista concedida a Eliane Cantarino O’Dwyer. 1981. Acervo NMSPP.
- 108 BASTOS, Laerte, op. cit. Foi mantida a locução original do entrevistado, de modo a valorizar a espontaneidade e riqueza do depoimento.
- 109 CRUZ, op. cit., p. 102.
- 110 À época do golpe, o almirante Aragão, oficial da Marinha conhecido por sua lealdade a João Goulart, comandava o Corpo dos Fuzileiros Navais. Segundo Antônio Duarte e Avelino Capitani, membros da AMFNB, José Anselmo — presidente da associação, conhecido por ter colaborado com o regime ditatorial e acusado de já ser um agente golpista infiltrado na associação antes do golpe — “tentaria organizar um batalhão com operários marítimos voluntários”, mas informou que eles “tinham muitas dificuldades de organização”. CAPITANI, op. cit., p. 64. Segundo Duarte, “Anselmo saiu com um grupo de pessoas, alguns civis e outros militares, segundo alguns, para organizar uma resistência com os portuários e manter contatos com as ‘Ligas Camponesas’ do estado do Rio, na região por onde voltariam as tropas do governo que haviam aderido ao golpe”. DUARTE, op. cit., p. 76.
- 111 FILHO, op. cit.
- 112 CRUZ, op. cit., p. 101.
- 113 Ibidem, p. 102.
- 114 Ibidem.
- 115 SILVA, op. cit., 2008, p. 43.
- 116 BASTOS, Laerte, op. cit.
- 117 MORADORES DO IMBÉ. Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevista concedida a Eliane Cantarino O’Dwyer. Campos dos Goytacazes, RJ, 2 set. 1981. Acervo NMSPP.
- 118 GORENDER, op. cit., 1987, p. 66.
- 119 BANDEIRA, op. cit.
- 120 MOTTA, Rodrigo. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 45.
- 121 MOTTA, op. cit., p. 50.
- 122 DREIFUSS, op. cit., p. 298.
- 123 BEZERRA, op. cit.
- 124 MEDEIROS, op. cit., 1995.
- 125 SILVA, op. cit. 2008, p. 43.
- 126 GORENDER, op. cit., 1987. PANDOLFI, op. cit.

# A ESALQ-USP E A GÊNESE DO “AGRONEGÓCIO”

Rodrigo Sarruge Molina<sup>1</sup>

Museu Luiz de Queiroz



Ditador Médici em visita à Esalq em 1971, acompanhado do general João B. Figueiredo (em segundo plano, de óculos escuros), então ministro-chefe do Gabinete Militar; do ministro Cyrne Lima (Agricultura); e do governador Laudo Natel

*Inaugurada em 1901 em Piracicaba, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz desempenhou papel crucial no apoio às políticas agrárias dos governos ditatoriais. Graças à intervenção do governo dos EUA, via USAID, e investimentos estatais brasileiros, a Esalq forneceu conhecimentos científicos e de extensão rural que contribuíram com a “modernização conservadora” do campo, modelo hoje conhecido como agronegócio — a produção agroindustrial capitalista baseada em latifúndios e monoculturas, destruição de biomas e intensa exploração dos trabalhadores rurais*

**A** Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq-USP) está localizada na cidade de Piracicaba. Trata-se de uma instituição idealizada em 1881 por iniciativa privada de um coletivo de burgueses organizados na “Brazilian Gentleman”, uma associação presidida pelo empresário Luiz de Queiroz. Esse empreendimento, após entrar em falência, foi estatizado pelo poder público paulista que inaugurou oficialmente, em 1901, a “Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz”, sob administração da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, para funcionar como uma escola de nível prático e secundário, o que conhecemos hoje como ensino médio técnico. No ano de fundação da Universidade de São Paulo, 1934, a escola deixou de ser administrada pela Secretaria da Agricultura e passou para o domínio da USP.

A seguir, faremos um salto histórico e iremos analisar a história da Esalq no contexto histórico da ditadura civil-militar de 1964 a 1985, um período histórico importante para gestar o agronegócio em nível nacional. A Esalq foi uma das bases desse processo de “modernização conservadora”, pois forneceu os conhecimentos científicos, educacionais e de extensão rural para a expansão da indústria no campo, ao mesmo tempo que foram mantidas as estruturas de origem colonial, como os latifúndios, a destruição dos biomas, o genocídio dos povos originários e a intensa exploração dos trabalhadores rurais.

Após o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, o Brasil passou a ser governado por uma aliança entre setores civis ligados ao capital internacional e as Forças Armadas, com o apoio de empresários e do governo dos Estados Unidos. Com o aumento das tensões da Guerra Fria na década de 1950 e após a Revolução Cubana de 1961, os Estados Unidos intensificaram sua intervenção na América Latina, promovendo uma série de golpes de Estado e governos ditatoriais.

Um dos focos dessas intervenções foi a Esalq, com significativa penetração da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) através de um acordo firmado em abril de 1963 e implementado em 1964, entre a *Ohio State University* (OSU) e a Esalq. O segundo item do acordo bilateral estipulava: “adaptar o ensino, a pesquisa e a educação do agricultor na Esalq ao modelo dos Land Grant Colleges norte-americanos” (Capdeville, 1991, p. 98).

Um dos principais objetivos do intercâmbio foi estabelecer um robusto programa de pós-graduação em Piracicaba. Com a injeção dos dólares da USAID e os cruzeiros da USP, foram adquiridos equipamentos de laboratório e outras facilidades (USP, 1964b). Em 1964, os agentes estadunidenses realizaram um estudo detalhado da situação agrícola do estado de São Paulo. Com base nessa análise, delimitaram as seguintes diretrizes gerais para o intercâmbio: desenvolvimento de um projeto piloto para o estado de São Paulo; capacitação de supervisores de fomento; revisão dos currículos da escola, com destaque para o recém-criado curso superior em economia doméstica (1966); e atenção especial ao curso de sociologia rural e extensão (USP, 1965).

## **A USAID instalou escritório no câmpus da Esalq. Os norte-americanos queriam influenciar os brasileiros por meio de programas educacionais e científicos atrelados a seus interesses: o receituário de Washington para barrar o socialismo era alavancar o capitalismo nos países periféricos**

Um escritório dos representantes dos Estados Unidos foi estabelecido no câmpus de Piracicaba, visando a organização de atividades internas da USP, assim como um plano que ia além dos limites da “Luiz de Queiroz”, estabelecendo ligações com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), instituições de ensino como a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (atualmente Universidade Federal de Viçosa), e, ainda, diversas divisões da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, além de fazendas, empresas e indústrias.

O grande objetivo dos estadunidenses era influenciar os brasileiros no aperfeiçoamento do sistema produtivo por meio de programas educacionais e científicos atrelados aos seus interesses, pois o receituário de Washington para barrar o avanço do socialismo era alavancar o capitalismo nos países periféricos, embora dependentes dos *yankees* nas diversas esferas, desde as econômicas até científicas (USAID/Esalq, 1964).

Para além dos estadunidenses, o Estado brasileiro desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da agroindústria brasileira, com o programa Proálcool sendo um exemplo de sucesso. Esses recursos foram direcionados principalmente para as ciências aplicadas, beneficiando diretamente os cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Economia Doméstica e pesquisas em Genética e Energia Nuclear.

Portanto, embora tenha ocorrido apoio financeiro de algumas empresas e a intervenção direta do governo dos Estados Unidos, no geral, a maioria das pesquisas foi sustentada pelo Estado brasileiro com recursos públicos. Esse processo resultou na privatização do Estado: o aparato “público” foi utilizado para beneficiar fazendeiros, empresários, financistas e industriais, com poucas exceções. Entre 1979 e 1982, aproximadamente 80% das pesquisas da “Luiz de Queiroz” foram financiadas com recursos públicos estatais do Brasil. Portanto, pode-se concluir que, sem o apoio do Estado e suas agências de financiamento de educação e ciência, o agronegócio como o conhecemos hoje não existiria (Molina & Sanfelice, 2018).

Essa influência da ditadura também se manifestava nas cerimônias de formatura da escola, que eram tradicionalmente frequentadas pelas elites brasileiras, especialmente a classe ruralista. Esse relacionamento entre ditadores, agricultores e acadêmicos é compreensível, pois, segundo Octavio Ianni (1979), entre os brasileiros a classe média foi a única que recebeu algum tipo de recompensa financeira da ditadura em troca de seu apoio ao golpe de 1964 e à sustentação política durante os 21 anos de governo (Ianni, 1979, p. 26).

**A comitiva de Geisel incluía 16 pessoas, que se reuniram para um banquete na residência do diretor Galli. A casa oficial do diretor da Esalq era uma grande mansão dentro do câmpus, servida por vários empregados. Uma espécie de “Palácio da Alvorada” da USP de Piracicaba**

Em 1971, o ditador Emílio Garrastazu Médici foi convidado pelos alunos da Esalq para ser o paraninfo da turma de agronomia, um evento amplamente divulgado pela imprensa da época como uma estratégia de propaganda do regime (*Jornal de Piracicaba*, 1971). Durante sua visita o general Médici aproveitou para inspecionar o Centro de Energia Nuclear na Agricultura, o Departamento de Genética e o Departamento de Silvicultura, sendo recebido por centenas de estudantes, dos quais 13 vestiam camisas do Projeto Rondon e exibiam faixas com mensagens como “Obrigado, Presidente da Juventude” (*Estadão*, 1971).

Outro visitante da Esalq foi o general Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás, que esteve no câmpus de Piracicaba em 19 de dezembro de 1973. A comitiva técnica de Geisel — que em março de 1974, após eleição indireta, viria a assumir a presidência do país — incluía 16 homens, entre políticos, militares e acadêmicos, que se reuniram para um banquete na residência do diretor Galli. A casa oficial do diretor era uma grande mansão dentro do câmpus, servida por vários empregados, funcionando como uma espécie de “Palácio da Alvorada” da USP de Piracicaba. Além de ser a residência do diretor e sua família, a mansão também abrigava diversas atividades acadêmicas e políticas (*Diário*, 1973).

Nessa ocasião, o secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Araujo Dias, afirmou para a imprensa que o objetivo da Esalq era formar profissionais da agricultura preparados para desempenhar funções no Brasil arcaico e no Brasil moderno, ou seja, preparar técnicos especializados para atuar na região centro-sul (a parte rica e moderna do Brasil, com máquinas e outros insumos) e capatazes “tradicionais” para trabalhar nas regiões “hostis” e pobres — como a Amazônia (*Jornal de Piracicaba*, 1973). Durante a visita de Geisel, foi organizada uma inspeção na pós-graduação, um dos principais alvos de investimentos do regime na Esalq. A visita focou os departamentos de Silvicultura, onde recebeu explicações sobre Engenharia Florestal; o Departamento Técnico Rural, onde conheceu as pesquisas relacionadas ao açúcar e ao álcool; o Departamento de Genética e o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA). Nesses programas de pós-graduação e institutos de pesquisa dentro da Esalq, os esforços se concentravam na formação de mestres e doutores com o objetivo de aumentar a produção científica, visando resolver problemas

específicos do país, o que era essencial para o crescimento econômico das empresas agrícolas nacionais e multinacionais instaladas no Brasil e alimentar novas universidades e institutos estatais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundada em 1973, que enfrentava uma escassez de mão de obra qualificada. Na época, de seus 830 pesquisadores, apenas 17% tinham pós-graduação (Demétrio; Vieira, 2004, p. 25).

## **A parceria entre a Esalq e os EUA formou muitos dos pesquisadores hoje ligados ao agronegócio. O objetivo era alinhar os brasileiros com a “Revolução Verde” e promover a modernização capitalista no campo, em especial quanto à extensão rural, como ocorreu no Cerrado brasileiro**

A seguir, traremos alguns exemplos da articulação das pesquisas da Esalq com o sistema produtivo agrícola da época, o que potencializou o agronegócio. Nessa época, a genética se destacou, como foi o desenvolvimento do “Super Milho-Centramex”, uma variedade de milho sintético que poderia ser cultivada repetidamente sem perda de produtividade e era mais resistente a doenças, aumentando a produtividade de todos os produtores agrícolas e reduzindo a necessidade de apoio agrônomico. As pesquisas beneficiavam diretamente milhares de empresas, famílias produtoras e cooperadas, que recebiam as sementes geneticamente modificadas e assistência técnica de estudantes e professores para sua aplicação no campo. (*Jornal de Piracicaba*, 1971).

Em 1966, foi inaugurado o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) no *câmpus* da USP de Piracicaba, compreendendo uma área de 9.800 m<sup>2</sup>. Os principais projetos de pesquisa focaram no desenvolvimento da agroindústria, realizando experimentos em culturas como soja, café, trigo, cana-de-açúcar e eucalipto. Essas pesquisas faziam parte do convênio internacional “Projeto BRA/71/556”, que funcionou no CENA até 1991. Era o único escritório da Agência Internacional de Energia

Atômica na América Latina que atuava fora das embaixadas (Leão, 1997, p. 87).

É importante reportar nesse breve artigo a presença da ideologia do “capital humano” que permeou toda a Esalq nesse período, exemplificada pelo curso de Economia Doméstica, inaugurado em 1967 com a ajuda de técnicos da USAID. No geral, o objetivo do curso era aplicar conhecimentos de ciência, tecnologia e arte para orientar as famílias brasileiras na “utilização racional de recursos materiais e humanos, buscando seu desenvolvimento harmônico num contexto físico, social, econômico e cultural”. O principal público do curso era do sexo feminino e um dos focos era a educação do consumidor (Campos, 1984, p. 34).

Paralelamente ao curso de Economia Doméstica, à ideologia do capital humano, à reforma universitária e ao pensamento conservador, a ditadura instituiu a “lei do boi” por meio do Decreto 5.465, de 3 de julho de 1968, que estabeleceu cotas nos cursos de agronomia para os filhos da classe ruralista. Essa lei destinou 50% das vagas nas instituições de ensino médio e superior da área de agricultura e veterinária, mantidos pela União, aos filhos do “Agro”<sup>2</sup> (Almeida, 2010).

Nessa perspectiva do agronegócio, foi criado na Esalq em 1970 o “Centro de Pesquisa em Economia Agrícola”, transformado em 1982 no “Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada” (Cepea) como parte do Departamento de Economia, Administração e Sociologia. Os primeiros financiadores que contrataram pesquisas no centro foram órgãos públicos como a Secretaria de Indústria e Comércio de São Paulo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). O principal financiador internacional foi o Banco Mundial, sob a liderança dos Estados Unidos. O Cepea é famoso nacionalmente por realizar pesquisas diárias sobre produtos agropecuários e seus derivados, visando a elaboração de indicadores de preços de produtos, insumos e serviços do mercado rural. Esses indicadores são referência para a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e para as publicações da Agência Estado (Grupo Estado), especializada em informações para o mercado financeiro. “Desde fevereiro de 1999, o Cepea está sediado no prédio construído ao lado do Pavilhão



de Engenharia da Esalq. A BM&F foi a principal patrocinadora desta obra, com contribuições significativas da Fapesp e do CNPq para o financiamento da estrutura física interna” (Cepea, 2016).

Caminhando para o fim desse breve texto, procuramos sintetizar a importância da Esalq para alavancar o processo de modernização conservadora do campo brasileiro e do famigerado agronegócio. Pudemos constatar em diversas pesquisas (Molina, 2022) que a Esalq desempenhou um papel importante ao fornecer conhecimento técnico para atender às demandas da economia nacional, que se desenvolvia com a crescente subordinação da agricultura à indústria. Assim, a instituição respondeu às determinações dos governos militarizados e do setor empresarial, formando profissionais para atuar nas áreas de educação, pesquisa científica e extensão rural e no mercado agroindustrial. Importante relembrar a presença dos Estados Unidos por meio da USAID, quando colocou Piracicaba em conexão orgânica

com a Universidade Estadual de Ohio (OSU), uma das instituições mais conservadoras dos Estados Unidos, especialmente na área de Ciências Sociais. É sabido que essa parceria entre a Esalq e o governo americano formou muitos dos pesquisadores que hoje estão ligados ao agronegócio. O objetivo era alinhar os pesquisadores brasileiros com a “Revolução Verde”, ou seja: preparar indivíduos para aceitar e promover a modernização capitalista no campo, especialmente do ponto de vista da extensão rural, como ocorreu no Cerrado brasileiro (Molina & Sanfelice, 2018).

Entre 1966 e 1980, a ditadura e a Esalq deram prioridade a encontros, congressos, palestras, simpósios, seminários e outras reuniões acadêmicas focadas na genética aplicada à agroindústria. Isso incluía a mutação genética de sementes, milho, soja, trigo e galinhas; tecnologias rurais, como a produção de açúcar, álcool e conservação de alimentos; e áreas como economia, sociologia e ciências sociais aplicadas, com o objetivo de

intervir na extensão rural e desenvolver a agroindústria. Também se dedicaram à administração de fazendas e complexos produtivos, ensino e pesquisa em ciências agrícolas e zootecnia, aplicando conhecimentos agrônômicos para a produção de animais e seus derivados, como na indústria de carnes (Molina & Sanfelice, 2018).

Apesar do uso de coerção física, a ditadura conseguiu, em muitos momentos, obter um considerável apoio de amplos setores civis das classes médias. Isso foi observado na Esalq, onde generais como Médici e Geisel eram homenageados pelos acadêmicos. O regime alcançou

esse apoio ao proporcionar benefícios, oportunidades de trabalho e a promessa de um “Brasil Potência”. Essas aspirações se concretizaram nas novas áreas de expansão agrícola nas regiões Centro-Oeste e Norte, mesmo que esse processo tenha sido violento e conservador, pois a promoção do agronegócio moderno perpetuou elementos de “atraso” da nossa sociedade, como a eliminação física das oposições políticas, o genocídio de camponeses, quilombolas e indígenas, além da manutenção e reprodução de uma estrutura agrária desigual, herdada dos tempos do Brasil colônia (Molina & Sanfelice, 2018).

---

## Referências

- ALMEIDA, S.M.L. Acesso à educação superior no Brasil: direito ou privilégio? *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 38, p. 169-185, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art13\\_38.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art13_38.pdf)>. Acesso em 1º/1/2016.
- CAMPOS, P.M. Economia doméstica. *Revista do Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz”*, São Paulo, 1984.
- CAPDEVILLE, G. *O ensino superior agrícola no Brasil*. Viçosa: Imprensa Universitária (UFV), 1991.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). *Portal*. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br>>. Acesso em 25/4/2016.
- DEMÉTRIO, C.G.B.; VIEIRA, M.L.C. *A pós-graduação na Esalq: 40 anos de história*. Ribeirão Preto: A. S. Pinto, 2004.
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEÃO, R.M. *Trinta anos em CENA*. São Paulo: Edusp, 1997.
- MOLINA, R. S., & SANFELICE, J. L. (2018). Ditadura e educação agrícola: a Esalq/USP e a “gênese” do agronegócio brasileiro. *Educação & Sociedade*, 39, 321-341.
- MOLINA, R.S. *Agro, ditadura e universidade: Esalq-USP e a modernização conservadora (1964 a 1985)*. Autores Associados, 2022.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Documento oficial da USP sob matrícula 50.063/1964*. Piracicaba, 1964a.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Documento oficial da USP sob matrícula 88.1.112.118*. Piracicaba, 1964b.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Documento oficial da USP sob matrícula 65.1.8788.1.0*. Piracicaba, 1965.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Documento oficial da USP sob matrícula 68.1.55287.11.4*. Piracicaba, 1968.
- USAID/ESALQ. “Relatório semestral entre a United States Agency for International Development – Ohio State University e a Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’”. Documento sob matrícula 65.1.8788.1.0, caixa 2.868. Piracicaba, 1964.

## Periódicos consultados

- Diário de S.Paulo*, São Paulo, edição de 21/12/1973. Arquivo do Museu “Luiz de Queiroz” (Esalq).
- Jornal de Piracicaba*, Piracicaba, edições de 29/7/1971 e 21/12/1973. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP).
- O Estado de S. Paulo*, São Paulo, edição de 31/7/1971. Arquivo do Museu “Luiz de Queiroz” (Esalq).

## Notas

- 1 Professor do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
- 2 Revogada no governo Sarney pela lei 7.423/1985.

# DITADURA MILITAR E USP, ALGUNS APONTAMENTOS<sup>1</sup>

Pedro Estevam da Rocha Pomar<sup>2</sup>

Reprodução



Gil apresenta-se na Escola Politécnica, dois meses após assassinato de Alexandre Vannucchi: show “Cálice” foi histórico

*As universidades brasileiras rapidamente se tornaram alvos do regime instaurado em abril de 1964, interessado em reprimir o movimento estudantil e calar as vozes da intelectualidade de esquerda. Dentre elas, foi a Universidade de São Paulo que, tendo fornecido muitos quadros — docentes e principalmente discentes — aos grupos clandestinos de esquerda, mais sentiu as consequências do Terrorismo de Estado praticado pelos militares, que resultou no assassinato de 47 pessoas a ela ligadas. Porém, a estrutura de poder da USP compactuou com a Ditadura. Ainda hoje, a Reitoria implanta vagarosamente as medidas de reparação indicadas em 2018 por sua Comissão da Verdade*

A Ditadura Militar (1964-1985) marcou profundamente as universidades brasileiras, que rapidamente se tornaram alvos do regime, interessado em reprimir o movimento estudantil e calar as vozes da intelectualidade de esquerda. Prisões de notáveis professores universitários, como Mário Schenberg, Villanova Artigas e Warwick Estevam Kerr, ocorreram já nos primeiros dias após o golpe militar, e logo foram instaurados os tristemente célebres Inquéritos Policiais-Militares (IPMs).

Em 1968, como resposta ao crescimento do movimento estudantil, os ataques da Ditadura Militar às universidades se intensificaram, antes e depois do Ato Institucional 5 (AI-5). No início dos anos 1970, os órgãos de repressão política passaram a contar com a contribuição das Assessorias Especiais de Segurança e Informação, as “AESIs”, instaladas nas próprias universidades e vinculadas à sinistra Divisão de Segurança e Informação do então Ministério da Educação e Cultura. Na USP, a AESI funcionou durante dez anos (1972-1982), exercendo diferentes papéis: triava e eventualmente vetava candidatas(as) a docente, colhia e repassava dados à chamada “comunidade de informações” sobre atividades “subversivas” na universidade e até interferia em disputas nas entidades estudantis, dando apoio a chapas politicamente alinhadas ao regime militar.

Momentos emblemáticos da relação entre o regime ditatorial e as universidades foram as invasões ocorridas na então Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo



Na UnB, Honestino Guimarães manifesta-se em assembleia estudantil

Agência Estado



Blindado do Exército durante a invasão do Crusp, 1968

(USP), já em 1964, por um contingente da Força Pública estadual, que depredou o histórico prédio da Rua Maria Antonia, além de prender um professor e seus alunos; na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 23 de setembro de 1966, episódio conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”; na Universidade de Bra-

sília (UnB) em 29 de agosto de 1968, e no Conjunto Residencial da USP (Crusp) em 17 de dezembro de 1968; e na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 22 de setembro de 1977.

Invasão em grande escala, com participação do Exército, foi a da UnB. “Sob o pretexto de cumprir mandados de prisão contra estudantes, as forças policiais e militares



Memorial erguido em 2011 pela Reitoria da USP, na Cidade Universitária do Butantã (imagem captada em 2023)



Daniel Garcia

Entidades representativas protestam contra decisão do reitor J.G. Rodas de excluí-las da composição da Comissão da Verdade da USP, em 2013

cercaram a universidade com viaturas e caminhões de choque. Centenas de soldados invadiram prédios e salas de aulas, com metralhadoras, fuzis e bombas de gás lacrimogênio. Um dos grandes alvos da operação foi a Federação dos Estudantes da

Universidade de Brasília (FEUB), considerada pela repressão como uma organização subversiva e paramilitar”, relatam Cristiano Paixão e Claudia Paiva Carvalho.

“As forças de segurança espancaram e prenderam o seu presi-

dente, Honestino Guimarães. Cerca de 300 estudantes foram mantidos presos na quadra de basquete da Universidade, que se transformou, segundo o relato dos próprios estudantes, em um campo de concentração. O estudante Waldemar Alves da Silva Filho foi baleado na cabeça e perdeu um olho”<sup>3</sup>. Honestino ficaria preso até novembro de 1968. Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) eleito no congresso de 1971, militante da Ação Popular (AP), foi novamente preso no Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), em outubro de 1973, não sendo mais visto desde então. Em 1996 o poder judiciário emitiu seu atestado de óbito<sup>4</sup>.

Na capital paulista, a invasão do Crusp no final desse mesmo ano de 1968, quatro dias após a decretação do AI-5, com participação do Exército e da Força Pública (em São Paulo, a Polícia Militar seria criada apenas



No salão do Instituto de Geociências (IGc-USP), governo federal declara anistia de Alexandre Vannucchi Leme e Ronaldo Mouth Queiroz, em 15/3 de 2013

em 1970), deixou sequelas que não seriam descobertas de imediato, como as torturas a que foram submetidos, no quartel-general do II Exército, os irmãos Jorge Rafael Forrastal e Juan Carrasco Forrastal, estudantes bolivianos da USP. Juan, que era hemofílico e portava uma perna mecânica, viria a suicidar-se em 1972 na Espanha, como resultado de intenso sofrimento psíquico decorrente das sessões de tortura.

Em certo sentido, a incursão militar no Crusp foi o marco inicial de um ciclo de barbárie e matança que faria da USP a universidade mais atingida pela Ditadura Militar. Nada menos que quarenta e sete pessoas ligadas à USP de alguma forma — estudantes, ex-estudantes, professoras e professores — foram assassinadas pelos órgãos de repressão entre novembro de 1968 e abril de 1976. A forte atuação na comunidade universitária de grupos clandestinos de oposição ao regime atraía a atenção do DOI-CODI<sup>5</sup> e de outros órgãos de repressão.

**Causou comoção e revolta o calvário de Alexandre Vannucchi Leme, estudante do então Instituto de Geologia e militante da ALN. Preso pelo DOI-CODI do II Exército em 16/3/1973, na tarde do dia seguinte já estava morto. Missa em sua memória na Sé, convocada por seus colegas, reuniu uma multidão em 30 de março de 1973**

Estudantes foram o segmento mais visado. O calvário de Alexandre Vannucchi Leme, o estimado “Mi-

nhoca”, estudante do Instituto de Geologia (hoje Instituto de Geociências) e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), causou comoção e revolta dentro e fora da USP. Preso pelo DOI-CODI em 16 de março de 1973, na tarde do dia seguinte já estava morto, devido às torturas sofridas de duas equipes de espancadores, “C” e “A”.<sup>6</sup> Uma missa em sua memória, na Catedral da Sé, convocada pelos alunos do

curso de Geologia, reuniu uma multidão em 30 de março de 1973, naquele que talvez tenha sido o primeiro protesto de massa contra os assassinatos praticados pelo regime.

Outro caso muito conhecido é o de Tito de Alencar Lima, o Frei Tito, religioso dominicano e aluno de Filosofia da USP que foi preso em 1969, na esteira do assassinato de Carlos Marighella pelo famigerado delegado Sérgio Paranhos Fleury. Submetido a atrozes torturas no DOPS e, já em 1970, na Operação Bandeirantes (OBAN), Frei Tito ficou profundamente abalado. Matou-se em 1974, quando se encontrava refugiado na França.

Helenira Rezende de Souza Nazareth, a “Preta”, ex-aluna de Letras na USP e guerrilheira do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), morreu sob tortura nas matas da região do Rio Araguaia, no sul do Pará, após trocar tiros com o Exército, matar um soldado em combate e ser ela própria atingida. Helenira, que foi atuante no movimento estudantil

# EMOÇÃO DE FAMILIARES MARCA ENTREGA DE DIPLOMAS HONORÍFICOS

Daniel Garcia



Beatriz e Miriam, irmãs de Alexandre Vannucchi, receberam o diploma honorífico a ele atribuído no IGc em 2023

Daniel Garcia



Manuella Mirella, presidenta da UNE, Iara Nazareth e Helenalda Rezende com diploma conferido a Helenira

Daniel Garcia



Felícia Reicher Madeira e Ruth Reicher, irmãs de Gelson, recebem diploma honorífico conferido pela FM

Daniel Garcia



Aluísio Ferreira exhibe diploma póstumo atribuído pela FFLCH à sua irmã Catarina Helena Abi-Eçab

Daniel Garcia



Angela Mendes após entrega do diploma atribuído a seu marido e companheiro de militância Luiz Eduardo Merlino

Daniel Garcia



Professora Nair Kobashi recebe diploma conferido pela FFLCH à sua amiga Suely Yumiko Kanayama

Daniel Garcia



Diploma póstumo atribuído a Antonio Carlos Cabral é entregue à sua irmã Tania Cristina Cabral

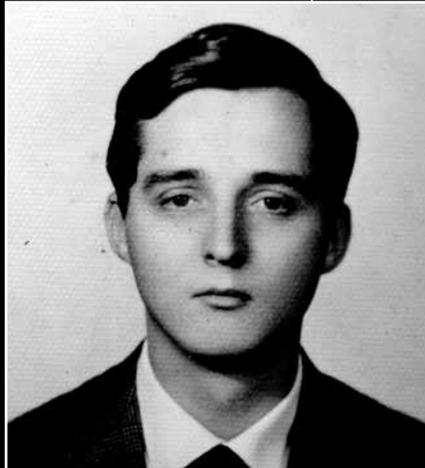
# DOCENTES DA USP ASSASSINADOS

Arquivo de família



Ana Rosa Kucinski (1942-1974)

Arquivo de família



Norberto Nehring (1940-1970)

Reprodução



Heleny Guariba (1941-1971)

da universidade, hoje é homenageada pela Associação de Pós-Graduandos(as) da USP-Capital, que incorporou o nome dela ao da entidade.

A Ditadura Militar assassinou seis docentes da USP: Norberto Nehring, da então Faculdade de Economia e Administração (1970), Heleny Ferreira Telles Guariba, da Escola de Arte Dramática (1971), Iara Iavelberg, do Instituto de Psicologia (1971), Luiz Carlos Almeida, do Instituto de Física (executado no Chile em 1973), Ana Rosa Kucinski, do Instituto de Química (1974) e Vladimir Herzog, da Escola de Comunicações e Artes (1975).

Herzog era diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo. A chocante morte nas mãos de torturadores do DOI-CODI do II Exército, em 25 de outubro de 1975, gerou indignação na sua categoria profissional. Liderados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 1.004 jornalistas de todo o país assinaram manifesto que exigiu do Exército

explicações sobre seu alegado “suicídio”. Na USP, o assassinato de Herzog foi o estopim de um movimento que levou à criação da Associação dos Docentes (Adusp) em 1976.

Ademais, no dia 31 de outubro de 1975, na Catedral da Sé, a missa ecumênica em sua memória, liderada pelo arcebispo dom Paulo Evaristo Arns, pelo pastor Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel, derrotou o aparato policial montado para evitá-la e representou um enorme protesto político, tornando-se um marco histórico na luta da sociedade brasileira contra o regime ditatorial.

Além das perdas irreversíveis causadas por assassinatos e suicídios decorrentes de torturas, a USP sofreu prejuízos acadêmicos de todo tipo: aposentadoria compulsória de docentes, cassação de direitos políticos, processos, perseguições internas etc. Cientistas de renome refugiaram-se em outros países e passaram a lecionar no exterior. Três exemplos entre

muitos: o sociólogo Florestan Fernandes, a historiadora Emilia Viotti, o fisiologista e biomédico Thomas Maack. Outros, como o parasitologista Samuel Barnsley Pessoa, preferiram migrar para outro local de trabalho dentro do país, no caso dele trocando a Faculdade de Medicina pelo Instituto Butantã e dizendo preferir as serpentes verdadeiras a outras.

**Somente em 2014 o Instituto de Química pede desculpas à família de Ana Rosa Kucinski — cruelmente demitida pela congregação por “abandono de emprego”, em 1975, quando já havia sido assassinada pelo Exército — e inaugura um monumento em homenagem à professora**

# PELA DITADURA MILITAR

Reprodução



Lara Lavelberg (1944-1971)

Reprodução



Luiz Carlos de Almeida (1948-1973)

Instituto Vladimir Herzog



Vladimir Herzog (1937-1975)

Findo o regime ditatorial, aprovada a Lei de Anistia em 1979, ainda assim não foi automática a reintegração de docentes cassados(as). Vilanova Artigas, um dos expoentes da arquitetura nacional, exercia na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) funções de “regente de cátedra” (equivalente a professor catedrático) quando cassado em 1969, mas retornou como simples “auxiliar de ensino”, no mesmo esplêndido prédio que ele próprio projetou. Durante anos a FAU dificultou que prestasse concurso como professor titular. Só ocorreu em 1984, “às vésperas de sua aposentadoria compulsória e poucos meses antes de sua morte”.

Nos anos de 2010 em diante, no decorrer da gestão do reitor J.G. Rodas e paralelamente à criação e ao início das atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a USP pela primeira vez experimentou um processo de debates internos sobre as cicatrizes deixadas pela Ditadura Mi-

litar. Buscava-se constituir a Comissão da Verdade da universidade, ou CV-USP. As negociações com o reitor avançaram no sentido de um formato quadripartite, que contemplaria representações dos três segmentos (docentes, estudantes e funcionalismo técnico-administrativo) e da Reitoria.

Adusp, Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) e Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) “Alexandre Vannucchi Leme” chegaram a indicar seus representantes na futura CV-USP, entre os quais a professora Marilena Chauí. Porém, repentinamente, Rodas rompe com as entidades de representação e nomeia unilateralmente os integrantes da CV-USP, a começar pelo presidente, o afamado professor Dalmo Dallari, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Mas logo Dallari deixaria o cargo (sem sair, porém, da comissão), dada a absoluta falta de estrutura para a enorme investigação que seria preciso fazer, sendo

substituído pela professora Janice Theodoro, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

É nesse período, ainda, que a USP constrói um monumento na Praça do Relógio, em homenagem às vítimas fatais da Ditadura Militar. Ocorrem avanços pontuais, como uma grande homenagem do Instituto de Geociências (IGC) à memória de Alexandre Vannucchi Leme e de Ronaldo Mouth Queiroz, outro líder estudantil assassinado pelos órgãos de repressão, realizada em março de 2013, durante a 68ª Caravana da Anistia. Em 2014 o Instituto de Química (IQ) finalmente pede desculpas à família de Ana Rosa Kucinski — cruelmente demitida pela Congregação do IQ por “abandono de emprego”, em 1975, quando já havia sido assassinada pelo Exército — e inaugura um monumento em homenagem à professora. Para chegar-se a esse desfecho foi necessária enorme pressão da Adusp, Sintusp e movimento estudantil, ao longo de déca-



Diretor do IQ Luiz H. Catalani e vice-reitor V. Agopyan preparam-se para descerrar memorial dedicado a Ana Rosa Kucinski

das. Porém, de modo geral, o período ditatorial e suas vítimas continuaram deliberadamente esquecidos pela USP.

A CV-USP, que enfrentou grandes dificuldades materiais para levar a cabo suas investigações, precisando socorrer-se de bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para montar sua equipe de pesquisadores, publicou em 2018 relatório final, contendo revelações importantes. O documento aponta a cumplicidade de alguns reitores e diretores de unidades com o Terrorismo de Estado. Apesar disso, o Regimento Disciplinar da USP, que remonta a 1972, continua em vigor, e em pleno ano de 2024 cinco estudantes tornaram-se alvo de processo administrativo disciplinar (PAD), com possível pena de expulsão (“eliminação”) por haverem denunciado o genocídio cometido por Israel em Gaza.

A gestão do reitor Carlotti Jr. (2022-2025) decidiu dar início a um processo de reparação simbólica, cujo carro-chefe é o projeto denominado

“Diplomação da Resistência”, sugerido pela vereadora paulistana Luna Zaratini (PT) e pelo coletivo estudantil Vermelhecer. Conduzido pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), o projeto consiste em conceder diplomas póstumos àquelas e àqueles estudantes que a Ditadura Militar assassinou, atendendo assim a uma das recomendações da CV-USP, a de número 9. Trata-se de um evidente avanço, contudo apresenta limitações que a Reitoria finge ignorar.

A primeira delas é que o processo de diplomação *post-mortem* não é centralizado na Reitoria e depende de tramitação nas unidades onde as vítimas estudavam. São diplomas de graduação oficiais, que precisam ser aprovados pelas respectivas congregações após o devido rito processual, sempre demorado. A segunda é que as pessoas que foram trucidadas e executadas pelos centros de tortura e extermínio montados pelos militares mas que, antes disso, conseguiram concluir seus respectivos cursos

não recebem homenagem alguma, pois, como explicou singelamente a PRIP ao *Informativo Adusp Online*, já receberam “seu diploma”.

**Embora anunciado, diploma honorífico da FFLCH que seria atribuído a Antonio Benetazzo não foi entregue em 26/8. Pior ainda, a Reitoria excluiu da homenagem, por haver concluído a graduação em filosofia e obtido o diploma (em 1965), a dramaturga e guerrilheira Heleny Guariba, assassinada na Casa da Morte de Petrópolis em 1971**



Professor Bernardo Kucinski ao lado do memorial erguido no IQ-USP (2014)



Professor Ciro Correia fala em nome da Adusp na homenagem do IQ à família da professora Ana Rosa Kucinski (2014)

Catarina Helena Abi-Eçab, Fernando Borges de Paula Ferreira, Francisco José de Oliveira, Helenira Resende de Souza Nazareth, Isis Dias de Oliveira, Jane Vanini, João Antonio Abi-Eçab, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Maria Regina Marcondes Pinto, Ruy Carlos Vieira Berbert, Sergio Roberto Correa, Suely Yumiko Kanayama e Tito Alencar Lima (Frei Tito).

Não ocorreu, na ocasião, entrega de diploma a Antonio Benetazzo, artista plástico, estudante de filosofia e militante da ALN e depois do Movimento de Libertação Popular (Molipo), que foi esquecido na listagem inicial da Reitoria e, depois de corrigido o erro, passou a encabeçar a lista de 15 nomes divulgada por semanas antes da cerimônia. Contudo, por motivos que permanecem insabidos, na ocasião a FFLCH não atribuiu a Benetazzo o prometido diploma. Embora o *Informativo Adusp Online* tenha apontado esse desliz, o *Jornal da USP*, publicação oficial da Reitoria, insistiu em manter a errônea manchete da matéria online publicada em 27 de agosto, “USP diploma 15 estudantes que foram mortos durante a ditadura militar”.

Igualmente grave, além de vexatória, foi a decisão de excluir das homenagens a dramaturga Heleny Ferreira Telles Guariba, guerrilheira ligada à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e que, capturada pelo DOI-CODI do I Exército, no Rio de Janeiro, viria a ser torturada e assassinada na Casa da Morte de Petrópolis, em 1971. Heleny graduara-se em filosofia na FFLCH e chegou a dar aulas nessa unidade, antes de lecionar na Escola de Arte Dramática, vinculada

A primeira rodada do projeto “Diplomação da Resistência” ocorreu em 15 de dezembro de 2023, quando o IGc concedeu diplomas póstumos a familiares de Alexandre Vannucchi Leme e a amigos de Ronaldo Mouth Queiroz. A segunda rodada, porém,

só veio a ocorrer em 26 de agosto de 2024, quando foram diplomados 14 estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Familiares, amigos e lideranças estudantis receberam os diplomas conferidos a Carlos Eduardo Pires Fleury,

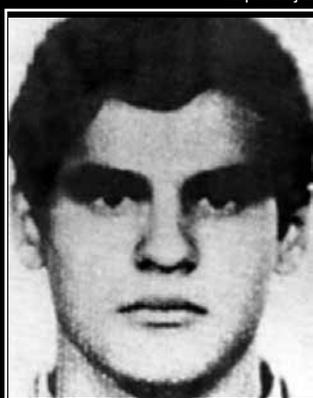
# ESTUDANTES DE GEOCIÊNCIAS, FFLCH, MEDICINA, PSICOLOGIA E ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES ASSASSINADOS PELAS FORÇAS ARMADAS

Reprodução



Antonio Benetazzo  
(1941-1972)

Reprodução



Antonio C. N. Cabral  
(1948-1972)

Reprodução



Aurora Furtado  
(1946-1972)

Reprodução



Boanerges Massa  
(1938-1972)

Acervo de Mariliana Abi-Eçab



Catarina Abi-Eçab (1947-  
1968) e João Abi-Eçab  
(1943-1968)

Reprodução



Fernando Borges Ferreira  
(1945-1969)

Reprodução



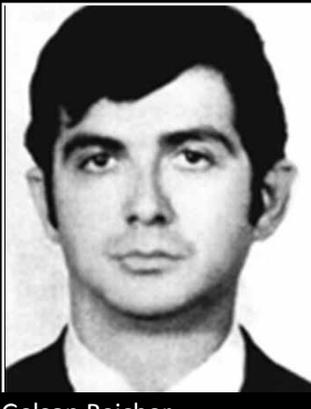
Francisco José de Oliveira  
(1943-1971)

Memórias da Ditadura



Frei Tito Alencar  
(1945-1974)

Reprodução



Gelson Reicher  
(1949-1972)

Reprodução



Helenira Rezende  
(1944-1972)

Acervo de Adriana Dias



Ísis de Oliveira (1941-1972)

Reprodução



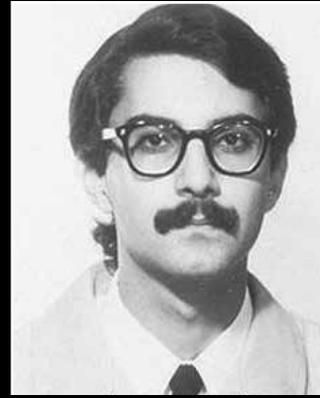
Jane Vanini (1945-1974)

Arquivo Londres 38



Maria Regina Marcondes  
Pinto (1946-1976)

Reprodução



Luiz Eduardo da Rocha  
Merlino (1947-1971)

Reprodução



Ronaldo Mouth Queiroz  
(1947-1973)

Reprodução



Nelson de Souza Kohl  
(1940-1973)

Reprodução



Ruy Carlos Vieira Berbert  
(1947-1972)

Reprodução



Sérgio Roberto Correa  
(1941-1969)

Reprodução



Suely Yumiko Kanayama  
(1948-1974)

Roberto Nakamura



Alexandre Vannucchi Leme  
(1950-1973)

à Escola de Comunicações e Artes (ECA). Seu nome chegou a constar da listagem de pessoas cuja memória seria homenageada mediante diplomação, inicialmente divulgada pela Reitoria. No entanto, pelo fato de ter sido diplomada em 1965, ela foi excluída da relação. Não ocorreu à burocracia da USP a possibilidade de lhe conferir, por exemplo, um título póstumo de doutora *honoris causa*, ao qual certamente faria jus por suas brilhantes contribuições à dramaturgia brasileira. Mas ela sequer foi citada na solenidade.

A terceira rodada de entrega de diplomas honoríficos ocorreu dois dias depois, em 28 de agosto, na Faculdade de Medicina (FM). Foram conferidos diplomas *post mortem* às irmãs de Antonio Carlos Nogueira Cabral e de Gelson Reicher, que foram presos, torturados e assassinados pelo Exército em 1972, quando tinham 23 anos. Ambos militavam na ALN. Cabral presidiu o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC) e Reicher foi diretor da entidade. Ambos envolveram-se com o Grupo de Teatro da Medicina (GTM), que Reicher dirigiu de 1969 até 1971.

Pela mesma razão que levou a Reitoria a excluir Heleny da “Diplomação da Resistência”, o evento da FM deixou de homenagear o médico e guerrilheiro Boanerges de Souza Massa, ligado ao Molipo. Diplomado pela faculdade em 1965, Massa foi preso em Goiás em 1971 ou 1972, e oficialmente declarado como desaparecido pela Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 1997.

No dia 23 de outubro, a Escola de Comunicações e Artes (ECA)

homenageou a memória de Nelson de Souza Kohl, aluno do curso de Artes Cênicas e militante do Partido Operário Comunista (POC), que interrompeu seus estudos quando passou a ser perseguido pelo aparato repressivo ditatorial e deixou o país, em 1971, refugiando-se inicialmente na Argentina e depois no Chile. Teve prisão preventiva decretada em 1972, sendo posteriormente condenado, à revelia, a dois anos de prisão. Foi assassinado em Santiago, em setembro de 1973, após ter sido sequestrado, por militares da Força Aérea chilena, da casa em que residia com a esposa.

No Instituto de Psicologia (IP), realizou-se em 30 de outubro a diplomação honorífica de Aurora Maria Nascimento Furtado, militante do movimento estudantil que atuou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e depois na ALN, assassinada pela Ditadura Militar aos 26 anos, em 1972, após ser brutalmente torturada na “Invernada de Olaria”, delegacia da polícia civil ligada ao Esquadrão da Morte. A trajetória de Aurora e seu sofrimento na tortura foram narrados no romance *Em Câmara Lenta* (1977), escrito na prisão por Renato Tapajós. Iara Iavelberg, militante da VPR que foi estudante e docente do IP, também foi lembrada e homenageada na ocasião.

O descuido da universidade com a memória de Antonio Benetazzo foi finalmente sanado em 1º de novembro de 2024, quando de homenagem realizada no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU), com a presença de duas familiares: sua irmã, Itália Bene-

tazzo, e sua ex-companheira Maria Aparecida Horta. Benetazzo também foi aluno da FAU, como apontado pela CV-USP. Assim, na ocasião, foram conferidos a ele os diplomas honoríficos de arquiteto e de filósofo (este emitido pela FFLCH), recebidos respectivamente por Itália e Maria Aparecida. Benetazzo completaria 83 anos naquela data, registrou o *Jornal da USP*.

Apesar do avanço nas diplomações, restam por cumprir diversas recomendações importantes da CV-USP, a começar pela já citada adequação do Regimento Geral, “quanto a sanções disciplinares para o corpo docente e o corpo discente, a fim de compatibilizá-lo com a gestão democrática do ensino, princípio integrante da Constituição Federal”, que é a recomendação de número 5 e cujo descumprimento motivou críticas da aluna Laura Panassol na cerimônia realizada na FM e do aluno André Kohan na solenidade realizada no IP.

Outras providências recomendadas: “Ato de Desagravo em homenagem a todos e a todas da comunidade acadêmica que sofreram violências físicas e morais durante a Ditadura Militar” (**número 1**); constituição de um “Grupo de Trabalho permanente que dê continuidade ao levantamento de informações em arquivos, à análise dos dados e à tomada de depoimentos”, ou seja, a retomada da investigação iniciada pela CV-USP (**2**); que sejam encaminhadas ao Ministério Público “informações e documentos coletados por esta Comissão que indiquem a prática de ilícitos penais, administrativos ou civis” contra estudantes e funcioná-

rios da USP, para que haja apuração e “a devida responsabilização” (6); criação de “Observatório Permanente em Defesa dos Direitos Humanos, composto pluralmente por docentes e discentes” (11); que seja solicitado

“reconhecimento, pelas Forças Armadas, especialmente pelo II Exército [hoje Comando Militar Sudeste], de sua responsabilidade institucional diante das violações de direitos humanos que ocorreram no âmbito

da Universidade, uma vez que a documentação comprovou a relação entre funcionários da Universidade e a cúpula das Forças Armadas e do II Exército na violação dos aludidos direitos” (13).

---

## Referências

- BARBO, Sérgio. “Estudantes da USP mortos pela ditadura são homenageados 60 anos depois do início do regime”. Pública, 27/8/2024.
- CHRISPINIANO, José; PICANÇO, Marcy; GONZALEZ, Marina. “Filha bastarda da USP, Aesi desempenhou diferentes papéis na repressão interna”. *Revista Adusp* 33 (2004).
- COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. Verbetes “Alexandre Vannuchi Leme”.
- COMISSÃO DA VERDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. “Relatório Final”, 2018.
- GONZALEZ, Marina. “Assassinato de Alexandre Vannucchi Leme gerou protestos da sociedade”. *Revista Adusp* 34 (2005).
- INFORMATIVO ADUSP 380 (2014). “IQ anula demissão de Ana Rosa Kucinski e pede desculpas à família da professora”.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Meio século depois, USP concede diplomas póstumos a Alexandre Vannucchi Leme e Ronaldo Mouth Queiroz, assassinados pela Ditadura Militar”, 22/12/2023.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Seis anos depois, a USP ainda ignora doze das 14 recomendações de sua Comissão da Verdade, e as outras duas avançam vagarosamente”, 3/5/2024.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “FFLCH e PRIP excluem dramaturga e guerrilheira executada Heleny Telles Guariba da lista de ex-estudantes que serão homenageados em 26/8; justificativa é de que ela ‘recebeu seu diploma’”, 15/8/2024
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Cerimônia na FFLCH homenageou 14 ex-estudantes que a Ditadura Militar executou, mas a Reitoria esqueceu-se de diplomar Antonio Benetazzo!”, 5/9/2024.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Na homenagem da Medicina a Antonio Cabral e Gelson Reicher, estudantes exigem fim do ‘regime disciplinar’ da Ditadura ainda em vigor na USP”, 13/9/2024.
- INFORMATIVO ADUSP ONLINE. “Instituto de Psicologia confere diploma póstumo a Aurora Furtado, assassinada pela Ditadura Militar, em cerimônia tocante que também lembrou Iara Iavelberg”, 14/11/2024;
- KUCINSKI, Bernardo. “A Reunião da Congregação”. *Revista Adusp* 52 (2012).
- MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA (site). Verbetes “Alexandre Vannuchi Leme” e “Aurora Maria Nascimento Furtado”.
- PAIXÃO, Cristiano; CARVALHO, Claudia Paiva. “50 anos da invasão da Universidade de Brasília: a luta por democracia ontem e hoje”. UnB, 31/8/2018.
- QUEIROZ, Julia. “USP diploma 15 estudantes que foram mortos durante a ditadura militar”. *Jornal da USP*, 27/8/2024.
- RODRIGUES, Camila. “Ditadura matou 47 pessoas ligadas à USP, entre alunos e docentes”. *Revista Adusp* 53 (2012).
- SANSÃO, LUIZA. “Torturas do Exército levaram aluno Juan Forrastal ao suicídio”. *Revista Adusp* 53 (2012).
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. “UnB concede diploma de geólogo a Honestino Guimarães”, 7/6/2024.
- VICENTINI, Beatriz. “Ataque à FAU abalou arquitetura brasileira e gerou crise na vanguarda”. *Revista Adusp* 66 (2022).

---

## Notas

- 1 Versão revista e ampliada de texto publicado originalmente na edição 73 (fevereiro de 2024) da revista *Universidade&Sociedade*, do Andes-Sindicato Nacional (pp. 174-192).
- 2 Jornalista, editor da *Revista Adusp*.
- 3 “50 anos da invasão da Universidade de Brasília: a luta por democracia ontem e hoje”. Publicado em 31/8/2018 no site da UnB.
- 4 Vide verbete “Honestino Monteiro Guimarães”, no site Memórias da Ditadura. No dia 7 de junho de 2024, o Conselho Universitário da UnB anulou a decisão que expulsou Honestino Guimarães da UnB (tomada em 1968) e aprovou, por aclamação, a concessão do diploma de geologia *post mortem*.
- 5 Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna. Cada CODI, comandado por um general, chefe do Estado-Maior do respectivo Exército (no caso de São Paulo, II Exército, hoje Comando Militar do Sudeste), tinha seu DOI, comandado por um major ou tenente-coronel. O DOI-CODI do II Exército, situado na rua Tutóia, na capital paulista, foi o maior centro de torturas da Ditadura Militar e por lá passaram milhares de presos(as) políticos(as). Pelo menos 50 foram assassinados.
- 6 Vide respectivo verbete no site da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (Alesp).

# NORBERTO NEHRING, 83

Marta Nehring<sup>1</sup>

Arquivo de Marta Nehring



Norberto e a esposa Maria Lygia Quartim de Moraes ( "la")

*“Você é um professor de economia da USP, com formação técnica de químico industrial, estuda de noite e trabalha na Pfizer para sustentar a sua pequena família. Tem uma bela carreira pela frente mas declina do convite para prosseguir a formação na França, para a qual te é oferecida uma bolsa de estudos. Prefere continuar sendo um militante ativo da ALN”. “Na última vez em que nos vimos era março de 1970, estávamos em Havana, você tinha 29 anos e eu seis”. “Em abril o pessoal do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro te homenageou com a Medalha Chico Mendes. Parabéns, pai. A luta continua”.*

**E**m setembro você fez 83 anos. Ainda não foi dessa vez que a gente conseguiu conversar, nem eu te chamar de pai. Teria sido um grande passo na nossa relação, Norberto. Até que somos parecidos fisicamente, dizem que eu tenho o mesmo hábito de levantar os olhos ironicamente, inclusive uso um *emoji* com essa expressão nas minhas trocas de mensagem por Whatsapp (precisamos dedicar um tempo da nossa conversa, no dia em que ela acontecer, para eu te contar sobre um aparelho chamado celular). Desde criança encarei o revirar de olhos e outros traços de comportamento como um espelho necessário, e procurei moldar-me à tua semelhança. Dizem que é o natural entre pais e filhos, porém nossa relação é de outra natureza, e hoje eu questiono o quanto essa semelhança foi forjada pela forma como as outras pessoas te enxergam, Norberto.

Por ocasião dos teus 83 anos, teria sido proveitoso tirar a limpo essa e outras questões e quem sabe finalmente ter a minha própria opinião sobre quem você é. Na última vez em que nos vimos era março de 1970, estávamos em Havana, você tinha 29 anos e eu seis. Antes de pegar o avião que te levaria por uma longa rota de volta ao Brasil, você procurou me inculcar a disciplina de fazer exercícios diários para o meu pé torto, não sujar as cores da aquarela e nunca rezar para um Deus crucificado. O pé cresceu tortinho, mas dá para conviver, a aquarela teve um fim ignorado e rezar, eu não rezo não. Só acendo vela p'ro santo com uma displicência cúmplice. Espero que você não se incomode com esse pequeno deslize, é que estamos vivendo o fim de um mundo que tarda demais em acabar.

O episódio da tua volta ao Brasil tem aspectos a serem esclarecidos. Você é um professor de economia da USP, com formação técnica de químico industrial, estuda de noite e trabalha na Pfizer para sustentar a sua pequena família. Tem uma bela carreira pela frente mas declina do convite para prosseguir a formação na França, para a qual te é oferecida uma bolsa de estudos. Prefere continuar sendo um militante ativo da ALN. Faz algumas ações com o Sérgio Ferro e outros companheiros, nas quais se inclui explodir o aviãozinho da Praça 14 Bis. Contam que você sempre achou isso ridículo, explodir o coitado do aviãozinho. Considera o roubo da dinamite da pedreira bem mais interessante. A gente mora num pequeno apartamento no bairro do Itaim, e com frequência Toledo, o Velho, aparece para uma visita. Anos depois eu soube que

o nome dele é Joaquim Câmara Ferreira, e que foi um herói também da guerra civil espanhola.

**Em Cuba você faz treinamento militar, minha mãe e eu moramos num hotel. Clandestinamente você vem nos visitar, escondido na própria clandestinidade. Você se prepara para retomar a luta no Brasil, quando o Delfim Netto passa o chapéu para botar de pé a OBAN, que depois vai virar DOI-CODI e onde você é assassinado no 24 de abril de 1970**

O motivo da tua prisão, em 1968, não tem a ver com o avião nem com a pedreira: você participa de um grupo tático de explosivos na cidade de Marília, no qual há um agente infiltrado que te entrega para a polícia. Minha mãe e eu descobrimos o nome desse cara num documento, quando abriram os arquivos do DOPS. Meu avô, pai da minha mãe, é chamado para depor e encontra no corredor do DOPS o Tuma, um conhecido da colônia árabe da rua 25 de Março. Você é uma das primeiras pessoas a revelar que o Tuma é a eminência parda do DOPS, e quando veio a abertura meu avô deu alguns depoimentos a respeito, publicados em jornal.

Voltando à tua história, você declina da bolsa na França e dá um jeito de fugir para Cuba enquanto corre o processo. Nesse momento o Fleury não foi ainda convocado para comandar a chacina. Lembro de você secretamente me visitar no dia no meu aniversário, em 20 de janeiro, antes de partir para a Ilha. Me chamam para uma surpresa e lá está você, de camisa vermelha, esperando para me abraçar, enquanto a festinha de criança rola na sala. Lembro do teu sorriso, mas não consigo recuperar, na memória do meu corpo, o calor do teu abraço.

Em Cuba você faz treinamento militar, minha mãe e eu moramos num hotel. Clandestinamente você vem nos visitar, escondido na própria clandestinidade. Você se

prepara para retomar a luta no Brasil, no momento em que o Tuma já convocou o Fleury, e o Delfim Netto passa o chapéu junto ao empresariado golpista para botar de pé a Operação Bandeirante, a OBAN, que depois vai virar o DOI-CODI e onde você é assassinado no 24 de abril de 1970. Mas antes de abril, ainda em Cuba, nos vemos. Estou sentada na mureta do Malecón com minha mãe e uns companheiros cubanos, estamos à sua espera e os companheiros me alertam que você virá disfarçado. Eles riem, parece tudo uma grande brincadeira. Tem bastante gente andando por ali, vem um homem negro fortão e eles brincam dizendo que é você. Vem um anão, a mesma coisa... e assim passa a tarde até que você aparece de cabelo pintado. Fico decepcionada e não gosto da cor do cabelo.

Não me lembro da nossa despedida, em Cuba. Sei que você fica um tempo na Tchecoslováquia antes de voltar ao Brasil, troca cartas com a minha mãe. Nós duas nos preparamos para viajar para a França, onde se asilou um tio, também guerrilheiro. Já estamos com as poucas malas prontas quando, na noite do 24 de abril, eu tenho uma febre muito forte, e me levam para o hospital. As paredes são de azulejo verde-água, e há um vidro que separa a enfermagem da sala onde as pessoas aguardam por atendimento. Eu uivo de medo quando a enfermeira se aproxima para me dar uma injeção. Do outro lado do vidro as pessoas me olham, consternadas. Eu me debato, tentam me segurar, não conseguem. Estou em pânico, é inexplicável e terrível. Não se sabe qual doença foi essa que me pegou na noite em que você foi assassinado, e me deixou no hospital por um par de dias.

**Você é executado sob tortura, condenado à morte sem julgamento como todos os guerrilheiros presos que fizeram treinamento militar em Cuba. Um caixão com teu corpo sai da OBAN no dia seguinte. Você é enterrado com identidade falsa e só 3 meses depois a família é chamada para reconhecer teu corpo. Não é permitida a autópsia**



Norberto com a filha Marta, então com 5 anos (1969)

Você teve uma vida curta, tão curta que não consigo sequer imaginar como teria sido a minha própria vida se eu tivesse tido a ocasião de te chamar de pai. Quanto à tua morte, te vejo descendo do avião no aeroporto Santos Dumont e sendo reconhecido ao passar na alfândega, tentando despistar a polícia depois de aterrissar em São Paulo, sentindo-se acuado, com medo, muito medo. A São Paulo na qual você cresceu se transformou numa ratoeira cruel, assombrada por policiais e milicos. A minha avó, tua mãe, está na casa dela, você sabe onde moram teus irmãos e amigos, onde moram os familiares da tua mulher, onde mora meu padrinho Juca, que até hoje fala de você sempre que pode. Não vai procurá-los, não vai pedir ajuda, faltará nos pontos: decidi enfrentar o medo sozinho. Será que nesse momento você lembra do teu pai? Você tem 3 anos e a tua mãe está grávida do terceiro filho, teu pai é um jovem empresário com negócios no Rio, o avião no qual ele se encontra mergulha para a morte ao aterrissar na baía da Guanabara. Em algum momento, na garoa fria de abril, você aceita que será preso e barbaramente torturado. A dor física te dá pânico, você se prepara para resistir. O problema é a saudade das pessoas que você ama. Nessas horas teria sido melhor não ter ninguém? Na iminência de ser preso, escreve numa caderneta uma carta para mi-



A autora do artigo, Marta Nehring, aos 60 anos (2024)

na mãe e registra a senha combinada. É um verso da peça “Sonhos de uma noite de verão”, de Shakespeare: *the course of true love never did run smooth*.

Você é executado sob tortura, condenado à morte sem julgamento como todos os guerrilheiros presos que fizeram treinamento militar em Cuba. Um olheiro da ALN avisa o Toledo que um caixão com

teu corpo sai da OBAN no dia seguinte à tua morte. Você é enterrado com identidade falsa no cemitério da Vila Formosa e só 3 meses depois a família é chamada para reconhecer teu corpo. Não é permitida a autópsia. Você é sepultado no mesmo jazigo onde está teu pai, nesse ano de 1970 no qual minha mãe e eu estamos exiladas na França. Nunca perguntei quem estava presente no dia do enterro, no cemitério São Paulo. Só fui visitar teu túmulo quando já era maior de idade. Era um jazigo simples, com uma cruz de pedra, coberto por grama e dois pés de azaleias. Em tempos recentes foi reformado pelos meus primos-irmãos, agora se veste da importância do granito preto.

Por décadas eu guardei nos meus documentos um atestado de óbito no qual estava dito que você havia se enforcado com uma gravata fantasia, num hotel de nome Piratininga. No inquérito fajuto que a polícia monta para atestar o suicídio não há foto anexada. O endereço do hotel é próximo à rodoviária, que na época ficava na praça defronte à estação Júlio Prestes, ao lado do DOPS. Visito o local em busca de alguma pista, de algum testemunho. Estou grávida da minha filha mais velha, Cleo — que re-

cebe esse nome em homenagem ao nome que você queria para mim, Clio (a musa da história). Quero que ela saiba quem é esse Norberto a quem ela não chamará de avô. O hotel pegou fogo e virou um cortiço.

Em 1995 a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos é promulgada, precisamos montar um dossiê sobre o teu caso. Em companhia do meu avô e da minha mãe, vou até São José dos Campos encontrar o delegado que investigou o teu caso em 1968, na primeira vez em que você foi preso. Ele foi afastado quando o Fleury assumiu o comando do DOPS, quer saber se entregaram o teu corpo. O homem se queixa por ter sido incluído na lista de torturadores, ele que foi exonerado por se recusar a colaborar com os psicopatas. Reencontro pessoas que militaram com você, em busca de encontrar uma testemunha, um sobrevivente ao massacre perpetrado pela repressão que tenha estado com você na derradeira masmorra onde foi assassinado. No IML de São Paulo, encontro duas fichas com a *causa mortis*: numa você morreu enforcado, na outra afogado. Conseguimos provar a farsa do suicídio, mas não as circunstâncias exatas da tua morte. Quem foram teus torturadores? Quem matou meu pai?

Hoje o nome Norberto Nehring está gravado em quatro equipamentos públicos. Os três primeiros são o Monumento aos Desaparecidos Políticos do Parque Ibirapuera, uma cela do Memorial da Resistência e o Memorial aos Membros da Comunidade USP Vítimas do Regime da Ditadura Militar. A quarta homenagem é a mais legal: uma turma corajosa da FEA-USP batizou com teu nome o Espaço de Vivência do Centro Acadêmico. Eles queriam mesmo era renomear a biblioteca da faculdade, que continua sendo Acervo Delfim Netto — o mesmo canalha que no pós-golpe coletou dinheiro para pagar teus assassinos. E assim chegamos a 2024, ano em que você completaria 83 anos se estivesse vivo. O ar da cidade está obscurecido pela fumaça dos incêndios que assolam grande parte do Brasil, e as noites são quentes, tão diferentes das madrugadas frias que marcaram teus últimos dias de vida em abril de 1970. Eu fiz 60 anos e tua neta mais jovem, Sofia, está com 27. Em abril o pessoal do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro te homenageou com a Medalha Chico Mendes de Resistência. Parabéns, pai. A luta continua.

## Notas

- 1 Marta Nehring é cineasta, coautora de *15 Filhos*.

# O IMPULSO PARA OS NEGÓCIOS NA UNIVERSIDADE

Érico Lopes Pinheiro de Paula<sup>1</sup> e Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo<sup>2</sup>

Arquivo/Câmara dos Deputados



Comissão Especial da Câmara dos Deputados debate futuro Marco Legal de CTI (2015)

*A tônica das reformas nas políticas de ciência e tecnologia reside nos objetivos de **desburocratizar e flexibilizar**. Tal é o sentido dos novos marcos legais para o setor, que alteram não apenas leis anteriores mas a própria Constituição Federal: além de acrescentar o “I” de inovação ao conteúdo dessas normas, modificam as possibilidades de utilização de recursos públicos alocados no sistema de pesquisa. Mas o caminho da desburocratização e flexibilização para propiciar maior “inovatividade” na economia não é tão evidente — estudos recentes apontam até tendência de queda nos indicadores de P&D e Inovação*

A promulgação do novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) – MLCTI (lei 13.243/2016, regulamentada pelo decreto 9.283/2018) está ancorada em um movimento legislativo iniciado há pelo menos uma década e que visa facilitar o compartilhamento de recursos financeiros, materiais e humanos das instituições públicas de pesquisa (no Brasil, principalmente, as universidades públicas<sup>3</sup>), com vista ao desenvolvimento de inovações em empresas privadas que competem nos diversos mercados de bens e serviços. Aspectos desse movimento, que autores como Oliveira (2018) denominam “inovacionismo acadêmico”, foram examinados (Paula, 2021), a partir das audiências públicas organizadas pelo Congresso Nacional entre 2013 e 2015 para discussão do projeto de lei (PL) 2.177/2011 do MLCTI<sup>4</sup>. O trabalho resultou em uma crítica dos argumentos utilizados pelas principais entidades influentes no processo de tramitação do PL, ao demonstrar como premissas e conclusões contidas nos discursos operavam, invariavelmente, no campo do pensamento (neo)liberal.

Foram analisadas as falas de alguns dos principais defensores acadêmicos do inovacionismo nas universidades e nas agências de apoio e fomento — por exemplo, em audiência pública de 24/3/2013, os debatedores representaram as seguintes entidades: Assessoria de Captação de Recursos da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); e Assessoria Jurídica da Agência USP de Inovação (Auspín).

Este texto visa trazer à discussão iniciativas incorporadas ao cotidiano das universidades públicas, recentemente, à luz dos termos colocados em disputa antes e depois da promulgação da lei 13.243/2016. O desenvolvimento desta análise passa por recuperar argumentos utilizados no debate legislativo desde 2013, para contrapô-los a documentos e práticas institucionais da Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI), entidade privada que se relaciona com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O exercício pretende encontrar as aspirações e as conquistas de grupos que disputaram o caráter público das universidades neste período.

## Alerta da Auspín para “riscos” contidos na versão original do Marco Legal de CT&I levou instituições a abrirem mão de revogar a Lei da Inovação e outras

O ambiente político conturbado de 2015-16 contrastava com o clima amistoso e consensual dos acordos para aprovação do MLCTI (Paula, 2021). Desde o PL nº 2.177 protocolado em 2011 na Câmara dos Deputados, passando pelas 16 audiências públicas ocorridas entre 23/4/2013 e 18/11/2015, os discursos dos representantes institucionais traziam os seguintes elementos em debates sem grandes disputas: Conceito de Inovação, Regime Diferenciado de Compras, Risco Tecnológico, Prestação de Contas, Biodiversidade e Regime de Dedicção Exclusiva (RDE).

Embora nos debates houvesse amplo consenso sobre os ditos “entraves burocráticos”, bem como sobre as virtudes do empreendedorismo acadêmico, alguns contraditórios chamam a atenção. No dia 23/4/2013, por exemplo, discursaram os representantes do Consecti, do MCTI e da Auspín com contribuições de cunho jurídico, orbitando os temas: classificação de recursos para inovação como investimento; desobrigação de uso do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv)<sup>5</sup>; e necessidade de uma emenda à Constituição para efetuar as mudanças necessárias — o que de fato veio a ocorrer, com a promulgação da Emenda Constitucional 85/2015. Na ocasião, a oradora da Auspín dizia estar ali “na condição de professora, de pessoa que estuda a matéria e tem muita vivência nessa matéria”. Em sua fala foi quem mais se opôs ao conteúdo do PL, expressando dúvidas sobre a nova legislação, sugerindo que a revogação da Lei de Inovação (lei 10.973/2004), que parecia prestes a ocorrer naquele momento, não seria a melhor estratégia.

Defendia que as leis, “assim como bons vinhos”, podem melhorar com o tempo. A legislação em vigor (Lei do Bem, Lei da Inovação) poderia ser aprimorada incrementalmente, evitando novas controvérsias e debates desnecessários. Declarou ainda ser contrária à criação de um regime diferenciado de compras, pois “os problemas com as licitações não são gerais e não é para tudo”. Enfatizou a importância de uma identidade jurídica clara para a pesquisa em CT&I, que deveria ser compreensível para todos, não apenas para advogados e pesquisadores. Sugeriu ainda que se buscasse

a simplicidade e a desburocratização, alinhando-se com o que chamava de “necessidades específicas da pesquisa”.

Em síntese, perante a sólida coalizão organizada no Congresso Nacional para aprovação do MLCTI, a dissidência da oradora se continha na estrutura e nas ambições representadas no PL. Contudo, permaneceu adepta do consenso de que a inovação *per se* seria o motor do desenvolvimento (econômico e social), enquanto a universidade deveria se desburocratizar (“flexibilizar”) para promover a inovação, recebendo investimentos privados e compartilhando recursos financeiros, materiais e humanos. Não obstante, e convenientemente para os liberais, sabendo ser grande o “risco tecnológico”, as empresas não conseguiriam financiar toda a estrutura necessária para o salto almejado. Nesse caso, maior liberdade para usar o fomento e a infraestrutura pública acadêmica (incluindo técnicos administrativos e docentes) foram as “flexibilizações” reivindicadas.

Destaca-se nesse ponto que os alertas apresentados pela representante da Auspin contribuíram para negociações que produziram três efeitos de modificação no PL: 1) foi retirada da agenda a revogação das leis anteriores, o que excluiu do projeto a qualidade de “código”, 2) provocou-se a promulgação da EC 85/2015 e 3) foram retiradas do MLCTI as questões de biodiversidade — motivando a promulgação da lei 13.123/2015, Lei de Acesso à Biodiversidade. Essa divergência entre o olhar jurídico e as aspirações traduzidas no texto político serve para ilustrar que os resultados da inovação no Brasil nunca entusiasmaram depois de promulgada a Lei da Inovação, por exemplo. Ao contrário, mesmo depois do MLCTI, se comparado seus resultados aos obtidos por outros países, o Brasil continua a dar exemplo de que inovação não depende apenas de “aproximação” entre agentes ou de “flexibilizações” na fiscalização dos órgãos de controle. A desindustrialização do país também contribuiu para resultados aquém do esperado (Oliveira, 2014).

## A pretexto de fomentarem a pesquisa e a inovação, as fundações “de apoio”, como a FAI (UFSCar), pautam a agenda das universidades públicas



Para discutir na prática algumas mudanças trazidas para o ambiente acadêmico pelo inovacionismo da última década, convém observar como amostra as atividades de uma fundação de apoio. Os Relatórios de Atividades da FAI (2022 e 2023), fundação de apoio da UFSCar, revelam algumas tendências, mesmo considerando-se as especificidades da instituição.

A FAI é uma entidade privada supostamente sem fins lucrativos, fundada em 1992 por docentes da UFSCar para “facilitar” a pesquisa e extensão ao permitir que pesquisadores dediquem seu tempo plenamente às atividades do(s) projeto(s), deixando a cargo da fundação “[...] desde a redação das propostas, passando pelo uso dos recursos, até a prestação de contas”. Aqui aparece um claro motivo para a desconfiança de que a pauta universitária tem influência das fundações “de apoio”, já que os serviços elencados incluem todo o detalhamento das propostas, indicando ações e itens “viáveis” e outros itens de conteúdo — o que implica a capacidade de veto do que é considerado inviável.

Neste tocante, importa observar o relatório das atividades para o ano de 2023, onde se encontra maior detalhamento dos projetos gerenciados pela fundação. O documento registra que três cursos de especialização oferecidos pela FAI e “certificados” pela UFSCar, com cobrança de mensalidades, geraram uma receita total superior a R\$ 4 milhões (p. 51). Para ilustrar a natureza dos cursos, uma consulta ao site da fundação apresenta como cursos em andamento no ano de 2023: MBA em Gestão de TI e Computação em Nuvem<sup>6</sup>, Master Business Engineering, além de MBA Finanças EaD e MBA Economia e Negócios<sup>7</sup>.

Outro dado significativo no relatório é que dos R\$ 170 milhões captados em 2023 pela FAI os maiores montantes foram direcionados ao Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), com R\$ 37 milhões, e principalmente ao Centro de Ciências Agrárias (CCA), com quase R\$ 89 milhões (p. 52). Nos dois exemplos pontuais fica exposto o predomínio do financiamento para as tecnologias de informação e o agronegócio.

O diagnóstico de Gama e Severo (2022) serve de farol para o fato de que a magnitude dos recursos influencia interesses e realizações acadêmicas, direcionando seu conteúdo e ritmo, e gerando desigualdades entre as diferentes áreas de conhecimento acadêmicas. Nesse caso, recursos provenientes de acordos com lógica mercadológica, provenientes de agentes privados. Como observado por Mancebo, Maués e Chaves, “[...] é preciso que se tenha claro que a demanda mercadológica pelo conhecimento não se refere a qualquer produção tecnológica e científica, mas àquela que direta ou indiretamente possa incrementar a concorrência intercapitalista. Do mesmo modo, a consciência da importância estratégica das instituições de educação superior e da necessidade do seu incremento, advogada mundialmente, também não é neutra e desinteressada, mas apresenta profundas conexões com a competitividade econômica, com a possibilidade da produção de um conhecimento que dê apoio ao processo de acumulação, ou à garantia da ordem, ao controle social e à legitimação do próprio sistema” (2006, p.50, ênfase adicionada).

Exemplo de realização impulsionada por legislação (MLCTI) e por ideologia (inovacionismo), o relatório das atividades de 2022 da FAI comemora a estruturação de um “novo programa de fomento para a UFSCar - o Núcleo de Apoio à Indissociabilidade entre [sic] Inovação, Pesquisa, Ensino e Extensão (NAIPEE)”. Segundo a fundação, esse é um esforço que visa atender a “um conjunto de necessidades da UFSCar”. Vale a pena se ater a quais são essas necessidades (estratégicas) e em que medida impactam a rotina da comunidade universitária. As necessidades de comunicação são elencadas, diagnosticadas em função do déficit de “visibilidade às suas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação”. Além de colocar a inovação dentro das atividades a serem comunicadas obrigatoriamente pela universidade, parece ser alienígena na rotina do cientista a atividade de comunicar resultados à sociedade e dialogar com a comunidade científica, sendo necessário incorporar estratégias de *marketing* ao *ethos* acadêmico.

Outra demanda institucional reprimida seria a “utilização de ferramentas, como o Scival e o Handle”, na tentativa de facilitar o trabalho de “análise do desempenho em pesquisa”. Certamente, encontrar os índices de produtividade acadêmica tem seu papel na construção de um processo de avaliação das políticas, nacionais e institucionais. Porém, na lógica inovacionista a busca pelos números de desempenho serve mais a propósitos de maximização do capital simbólico da universidade e maximização dos lucros no relacionamento com as empresas (Oliveira, 2018), gerando recompensas para as áreas mais “capazes” de captar recursos — o que gera um ciclo de realimentação baseada em mérito não propriamente acadêmico, novamente descolado da ideia tradicional de *ethos* acadêmico e que acaba premiando as áreas mais demandadas pelos negócios do mercado.

Devido às limitações de espaço deste texto, vale destaque para duas últimas iniciativas voltadas aos pesquisadores e aos egressos da UFSCar no relatório. Na primeira delas, a fundação ressalta como realização do ano de 2022 “o desenvolvimento de indicadores e métricas voltadas para o desempenho acadêmico e impacto social da UFSCar”. O trabalho baseou-se em entrevistas concedidas por cientistas, vindo a compor peças publicitárias dentro das chamadas “Vitrine do Conhecimento” e “Vitrine das Tecnologias” — algo já conhecido na USP como “Portal Solus”.

Em outro vetor a fundação informa que realizou a contratação da plataforma Alumni para estruturar uma rede social que permite colocar em contato e monitorar a carreira dos profissionais formados na instituição (também nos moldes praticados pela USP). Apesar de ser ferramenta útil para análise dos impactos sociais da universidade e para a manutenção de laços entre a comunidade universitária e os egressos, realizar essa assinatura por meio da fundação de apoio pode significar a intenção de esvaziamento dos setores administrativos envolvidos com o registro e o acompanhamento dos currículos e dos estudantes com objetivos de monitoramento, avaliação e formulação de currículos na academia, trocando-os pela “visibilidade de mercado”.

**Conclusão: o debate sobre as reformas é centrado em maneiras de desburocratizar e flexibilizar — ignorando as consequências disso para as instituições de CTI**

O esforço para transformar o sistema público de pesquisa brasileiro em um elemento importante para a inovação em produtos e serviços pode ser remetido ao final dos anos 1990, quando começam o que Pacheco (2003) identificou como reformas na política nacional de C,T&I. O sentido dessas reformas era superar o que, na visão desse e de outros autores atuantes na política, eram problemas crônicos do sistema brasileiro: a distância entre a produção acadêmica e as necessidades do setor produtivo e do setor público; a falta de coordenação entre as iniciativas; o baixo investimento em áreas estratégicas, especialmente o investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e a falta de um marco legal e tributário adequado à superação desses problemas. Mais de vinte anos depois, a tônica dessas reformas continua baseada em dois objetivos: desburocratizar e flexibilizar. Tal é o sentido dos novos marcos legais para o setor que alteram não apenas leis anteriores relacionadas à matéria, mas a própria Constituição Federal, através de emendas constitucionais, as quais, além de acrescentar o “I” de inovação ao conteúdo desses textos, modificam as possibilidades de utilização de recursos públicos alocados no sistema de pesquisa.

O debate sobre as reformas é centrado em maneiras de desburocratizar e flexibilizar — passando longe da reflexão sobre as consequências disso para as instituições do sistema de CTI, ou mesmo se o objetivo dessas políticas, que é gerar externalidades positivas oriundas da maior produção de inovações em empresas, se materializa de fato. Todavia, o caminho natural da desburocratização e flexibilização para uma maior “inovatividade” na economia não parece tão evidente, ao menos se considerarmos estudos recentes que apontam até para uma tendência de queda nos indicadores relacionados à P&D e Inovação — por exemplo, o estudo de De Negri (2021), “Redução Drástica na Inovação e no Investimento em P&D no Brasil: o que dizem os indicadores da Pesquisa de Inovação 2017”.

A leitura do debate recente, contraposta às práticas institucionais de uma fundação de apoio universitária, indica que o consenso acrítico sobre as possibilidades de uma maior aproximação entre universidades e empresas (ou, “o canto da sereia”) segue bastante forte, influenciando de maneira acentuada o ambiente de produção de conhecimento acadêmico sem necessariamente alterar significativamente os índices de produtividade no país.

---

## Referências bibliográficas

- DE NEGRI, F. et al. “Redução drástica na inovação e no investimento em P&D no Brasil: O que dizem os indicadores da Pesquisa de Inovação 2017”. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Nota Técnica 60, DISET, abril/2020.
- FAI. “Relatório de Atividades 2022”. UFSCar: São Carlos. 2023.
- \_\_\_\_\_. “Relatório de Atividades 2023”. UFSCar: São Carlos. 2024.
- FUFSCAR. “Relatório de gestão 2022”. Reitoria: São Carlos. 2023.
- GAMA, D. S. da; SEVERO, R. C. B. S. “O avanço neoliberal nos editais de seleção de projetos de ensino, pesquisa e extensão no Instituto Federal Catarinense”. *Revista Educação e Políticas em Debate* [S. l.], v. 12, n. 1, p. 514–530, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v12n1a2023-65309.
- MANCIBO, D., MAUÉS, O., & CHAVES, V. L. J.. (2006). “Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente”. *Educar em Revista*, (28), 37–53.
- OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. “Inovação e neoliberalismo: a experiência brasileira”. Universidade e Pesquisa. São Paulo: Expressão Popular, p. 39–59, 2014.
- OLIVEIRA, MB de et al. “O inovacionismo no Brasil: uma ideia fora do lugar”. In: *Simposios inovadores: memoria del 56º Congreso Internacional de Americanistas*. Universidad de Salamanca, 2018, p. 120–127.
- PACHECO, Carlos Américo. “As Reformas da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil” (1999–2002). Comissão Econômica para América Latina e Caribe–Cepal, Campinas, p. 3–68, 2003.
- PAULA, E.L.P. “Entre a sereia e o vigário: discursos sobre Ciência, Tecnologia & Inovação no campo científico brasileiro”. Tese de Doutorado, UFSCar, 2021.

---

## Notas

- 1 Érico Lopes Pinheiro de Paula é graduado em Ciências Sociais (Unesp) e Pedagogia (USP), mestre em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) sediado na UFTM.
- 2 Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo é graduado em Administração Pública (Unesp), mestre e doutor em Política Científica e Tecnológica (Unicamp), com pós-doutorado no Instituto Superior Técnico (IST) de Lisboa. Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) da Universidade Federal do ABC (UFABC). Foi pró-reitor adjunto de Extensão Universitária e Cultura da UFABC (2015–2018).
- 3 De acordo com Escobar (2019), dados da Relatório da empresa Clarivate Analytics revelaram que 15 universidades públicas brasileiras foram responsáveis por 60% da produção científica nacional entre 2013 e 2018, e que a maior parte das colaborações com a indústria é também encabeçada por esse tipo de instituição.
- 4 Que, uma vez aprovado, tornou-se a lei 13.243/2016.
- 5 Siconv é uma ferramenta integrada e centralizada para informatizar e operacionalizar as transferências de recursos da União a entidades públicas e privadas, segundo informações disponíveis em: <https://siconv.com.br/>.
- 6 Este curso presencial tem 460 horas de duração, iniciou-se em março de 2020 e terminou em fevereiro de 2022. Cada aluno pagou 24 parcelas de R\$ 825, totalizando assim R\$ 19.800 por aluno.
- 7 Lista disponível em <https://sistemas.fai.ufscar.br/cursoevento/Listar>

# “EMPREENDEDORISMO” BILIONÁRIO, A FACE REAL DA “INOVAÇÃO” NA USP

Pedro Estevam da Rocha Pomar<sup>1</sup> e Paulo Hebmüller<sup>2</sup>

Daniel Garcia



Fachada da agência que elaborou a “Política de Inovação” da USP (Resolução 8.152/2021)

*Em 2023, os cursos pagos e projetos de assessoria oferecidos por docentes da USP por meio de fundações privadas “de apoio” e organizações similares geraram uma receita total de R\$ 514 milhões. Nos últimos cinco anos, esse mercado privado rendeu mais de R\$ 1,9 bilhão. Seus participantes amealharam 90% desse montante, e a USP 10%. Esta é a universidade que introduziu no estatuto, como “quarto pilar” em inusitada ampliação do tripé ensino-pesquisa-extensão, os gêmeos “inovação-empendedorismo”, e que inclui empresários nas bancas que selecionam bolsistas para o exterior*

Nos últimos dez anos, a Universidade de São Paulo foi submetida por sucessivas gestões reitorais a uma intensa e ampla remodelação, que fez dela uma espécie de “campo de provas” do projeto neoliberal. Historicamente, o papel precursor na ofensiva neoliberal sobre a USP coube às fundações privadas autoproclamadas “de apoio”, que surgiram já nas décadas de 1960 (Vanzolini) e 1970 (FIPE, ou Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; Fealq, ou Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz), multiplicaram-se nas décadas de 1980 e 1990 e prosperaram com amplo apoio do PSDB no âmbito federal (governos de Fernando Henrique Cardoso) e no plano estadual.

A “flexibilização” do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), adotada em 1988 pela gestão José Goldemberg, forneceu aos pioneiros do “empreendedorismo acadêmico” o aval de que precisavam para se dedicar a rentáveis atividades privadas, ao liberar para tais fins oito horas semanais, das 40 horas que caracterizam o RDIDP. Na prática, porém, a “flexibilização” sempre funcionou como um alvará de amplo espectro, conferindo assim plena liberdade ao envolvimento de docentes, especialmente das chamadas “áreas técnicas” ou “profissionalizantes”, em atividades privadas remuneradas. Não raro em detrimento de sua dedicação à USP e ao corpo discente regular de suas unidades.

Impulsionadas pela “flexibilização” do RDIDP, praticada sem controle ou fiscalização da Reitoria; contempladas com generosos contratos sem licitação celebrados com o governo federal e

com o governo estadual; e, paralelamente, lançando-se no atraente segmento de cursos pagos do tipo *master of business administration* (“MBA”), as fundações privadas, que atualmente são trinta na USP, consolidaram-se em diferentes unidades de ensino, e estão presentes na maioria dos câmpus da capital e do interior (em Ribeirão Preto, Piracicaba, São Carlos e Bauri). Auspiciosos convênios firmados por elas com a universidade permitem que os diplomas oferecidos ao final dos cursos pagos sejam “certificados” pela USP, conferindo-lhes assim, com esse “selo”, respeitabilidade e visibilidade comercial.

Graças ao beneplácito da Reitoria, à institucionalização do conflito de interesses praticado nas unidades, à conivência de governos e do poder judiciário, sem esquecer a aquiescência da mídia comercial, essas organizações privadas criadas por docentes em posições de mando conduziram um vasto, e infelizmente exitoso, processo de mercantilização da universidade, muito antes do advento do “Marco Legal de Ciência e Tecnologia” (emenda constitucional 85/2015, lei 13.243/2016 e decreto 9.283/2018). Dirigentes e “coordenadores de projetos” dessas fundações privadas já quase não dependem dos salários a que fazem jus como docentes da USP. Muitos tornaram-se prósperos empresários, como disse à *Revista Adusp*, mais de vinte anos atrás, o professor Laercio Durval Giuzi, especialista em recursos humanos, referindo-se a seus colegas da então Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) que coordenavam projetos remunerados na Fundação Instituto de Administração (FIA), privada, on-

de ele próprio atuou, até entrar em litígio com a entidade (cardíaco, ele faleceu alguns anos depois).

Parênteses: a FIA, como já apontou a *Revista Adusp*, é um *case* de sucesso. Chegou a ter previdência própria, quase 500 funcionários e um escritório de *lobby* em Brasília. A previdência já não existe, o corpo funcional é mais enxuto, mas a fundação adquiriu ampla sede própria e criou, com o aval da gestão J.G. Rodas-Hélio Nogueira, em 2011, uma instituição de ensino superior chancelada pelo Ministério da Educação (MEC): a “Faculdade FIA de Administração e Negócios”, ou FIA Business School. Nada mal para quem era, em seus primórdios, uma “fundação de apoio à USP”. A FIA apresenta-se hoje como “entidade cooperada com a USP”, seja isso lá o que for.

As “irmãs” da FIA, que são a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e a conhecida FIPE, desdobraram-se igualmente em instituições de ensino superior, fato que desnuda cabalmente a falácia do assim chamado “apoio à USP”. A “Faculdade Fipecafi” surgiu também em 2011. A “Escola de Ensino Superior da FIPE”, por sua vez, foi credenciada no MEC em novembro de 2022. Parece metamorfose, mas, parafraseando artigo recente, “são só negócios”. Em resumo: docentes da FEA, hoje denominada Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, terminaram por constituir três instituições privadas de ensino superior. *E la nave va.*

Fechemos o parênteses. Haveria e há muito ainda que falar sobre fundações privadas ditas de apoio, mas

o que importa, por ora, é apontar seu papel fundamental no processo de privatização endógena da USP, sua atuação na condição de “pelotão precursor” da cultura mercadológica na universidade. Apesar das inúmeras distorções que provocam, porque sua natureza e agir são profundamente contraditórios com a universidade pública, as fundações privadas tornaram-se parte da institucionalidade da USP. Foram naturalizadas, num processo tipicamente neoliberal, e abriram caminho para a onda seguinte, que consiste na pregação do “empreendedorismo” e na febre do “inovacionismo”, expressão esta cunhada pelo professor Marcos Barbosa de Oliveira em seus escritos sobre o tema.

**Criada em 2005, a Agência USP de Inovação (Auspín) só passou a se fazer notar na gestão M.A. Zago. Em 2018, na gestão V. Agopyan, a Auspin passou a convidar docentes para assistir a palestras risíveis, tais como “Empreendedorismo pelas lentes de Hollywood”, “Como lidar com a procrastinação”, “O que você pode fazer pela auto-estima?”**

Um marco cronológico relevante na genealogia da onda do empre-

endedorismo foi a criação da Agência USP de Inovação (Auspín), já em 2005. Em 2008, a Auspin promoveu a 1ª “Olimpíada USP de Inovação”, cujo lema foi “Da ideia ao produto, da academia para o mercado”. Síntese ainda melhor do espírito auspiniano foi a propiciada pela 2ª “Olimpíada USP de Inovação”, realizada em 2011, a saber: “Faça acontecer: transforme a ciência em negócio”. A conversa principia pela inovação mas desemboca, sempre, no empreendedorismo ou na sua materialização mais sublime, que são as *startups*. Paulatinamente, ganhou espaço esse discurso de incentivo ao empreendedorismo, apresentado como uma espécie de *alter ego* da inovação.

O advento da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, em 2014, parece ter sido o estopim que conferiu maior protagonismo à Auspin. O reitor M.A. Zago tomou posse decidido a “colocar ordem na casa”, cortando gastos supostamente desnecessários, perseguindo o Hospital Universitário (HU), o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC) e as creches, mas disposto em especial a impulsionar o projeto de conversão acelerada da USP em uma universidade de mercado, adaptando-a mais e mais aos paradigmas neoliberais. Foi nesse cenário que a Auspin ganhou foros de ator institucional expressivo.

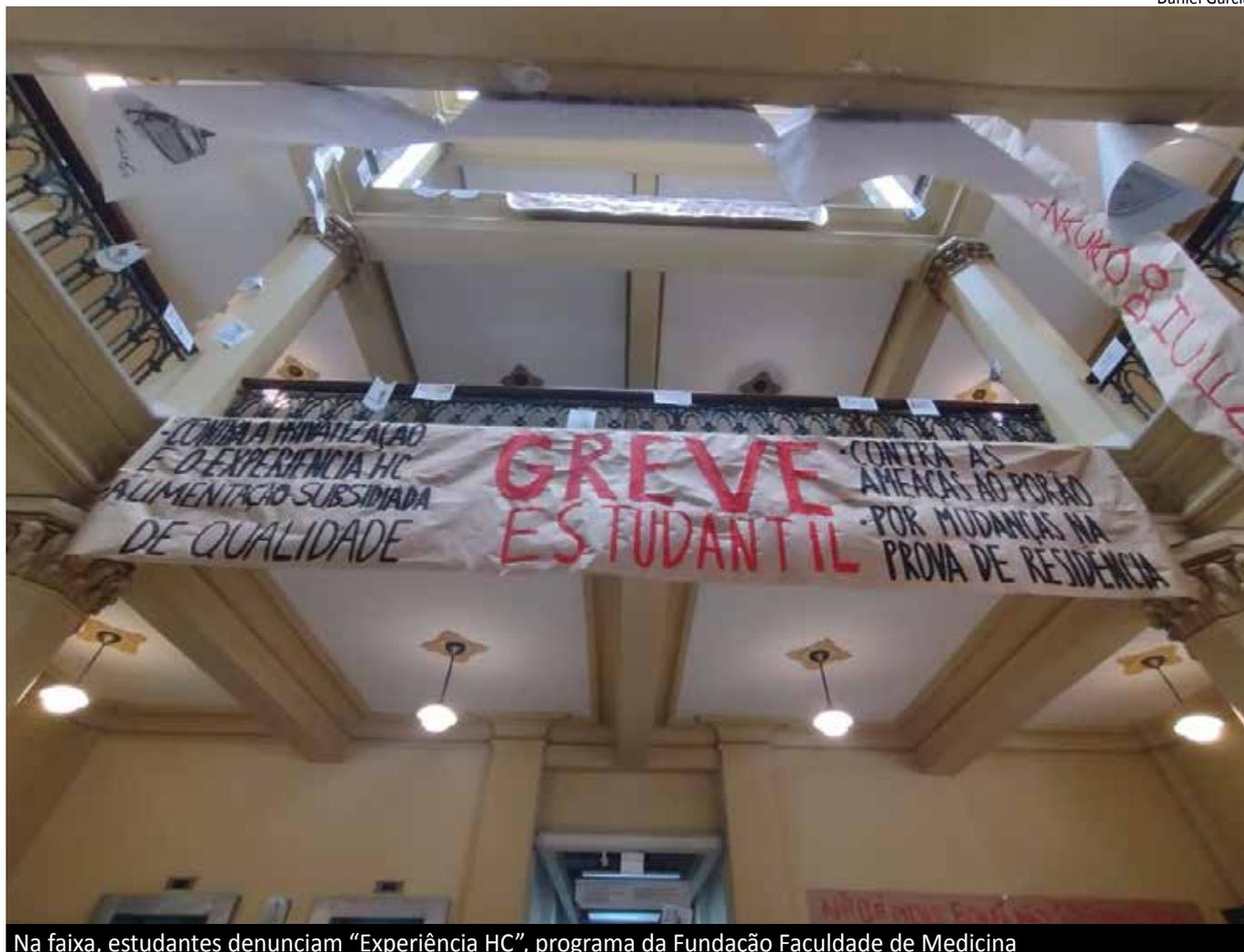
Quando M.A. Zago, inclinado a radicalizar o processo de avaliação do corpo docente, deu início a um processo de reforma das normas internas e de reconfiguração da Comissão Permanente de Avaliação (CPA), em 2016, a versão original da “nova CPA” previa, na composição da sua Comis-

são Plenária, a presença do coordenador da Auspin, ao lado de vice-reitor, de pró-reitores(as), dos(as) integrantes das câmaras de Avaliação Institucional (CAI) e de Atividades Docentes (CAD), da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA) e do presidente da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (Aucani). Posteriormente, a Auspin e a Aucani foram retiradas desse seleto rol. De qualquer modo, *la nave va*.

Em 2018, sob a gestão V. Agopyan-A. Hernandez, a Auspin esparrou-se e passou a assediar o corpo docente da universidade. Em matéria intitulada “Na universidade, culto ao ‘empreendedorismo’ e à ‘inovação’ esconde interesses privados”, publicada em julho daquele ano, o *Informativo Adusp* registrou o que estava acontecendo. Evidentemente, os participantes não se limitavam à Auspin ou às fenomenais *startups*. Havia e há outros *players*.

“É cada vez mais comum, para os membros da comunidade USP, deparar[em]-se com mensagens em sua caixa de *e-mail* institucional cujos títulos contenham as palavras ‘empreendedorismo’, ‘inovação’ e, principalmente, ‘Santander’. No mês de maio, por exemplo, a Agência USP de Inovação (Auspín), autora destes *e-mails*, convidou todos para as diversas palestras sobre *internet of things*, *design thinking*, *blockchain* e *fintechs* que compunham a ‘Semana IBM’”, relatou a publicação da Adusp.

“Eventos como esses são sediados na Arena Santander, espaço inaugurado em março de 2017 pelo então reitor M. A. Zago, seu vice e atual reitor Vahan Agopyan, o presidente do Santander no Brasil Sérgio Rial [...]. A



Na faixa, estudantes denunciam “Experiência HC”, programa da Fundação Faculdade de Medicina

Arena Santander tem oferecido, regularmente, palestras com títulos pitorescos, tais como ‘Empreendedorismo pelas lentes de Hollywood’ (14/6), ‘Como lidar com a procrastinação’ (19/6), ‘O que você pode fazer pela auto-estima?’ (26/6) e até ‘Empreendedorismo nas faculdades brasileiras: algumas ideias da Suíça’ (28/6)”, observou. “Segundo o *Jornal da USP*, a curadoria dos eventos ficou a cargo da Auspin, coordenada pelo professor Antonio Carlos Marques”.

A matéria do *Informativo Adusp* prosseguiu comentando a relação entre a USP e o banco espanhol, iniciada em 2001 e abordada em detalhes na edição 62 da *Revista Adusp*: “Os

reitores da USP sempre foram protagonistas neste inusitado relacionamento entre universidade pública e banco privado: em 2009 a reitora Suely Vilela foi garota-propaganda de um comercial do banco logo retirado do ar e em 2016 o reitor Zago presidiu a Rede Universitária Ibero-Americana de Incubação de Empresas (RedEmprendia), um dos braços da ‘Divisão Global Santander Universidades’”. Acrescentou que em 2018 o reitor Agopyan compareceu ao IV Encontro Internacional de Reitores Universia (iniciativa do Santander), na Espanha, onde participou do painel “Fomento e ativação do empreendedorismo universitário”.

Ainda em 2018, a Pró-Reitoria de Pesquisa e a Auspin anunciaram, no *Jornal da USP*, o projeto “USP+Empresas”, que abria a possibilidade de que “grandes empresas”, “startups e pequenas e médias empresas” e até mesmo “setores do governo” realizassem parcerias com a universidade, envolvendo transferência de conhecimentos para a iniciativa privada mediante a contrapartida de doações ou pagamento em dinheiro. A publicação incluía um guia institucional de seis páginas acompanhado por um curto vídeo, com o objetivo de orientar as interessadas. Segundo o vídeo, noventa contratos foram fir-

mados em 2017. “O ‘Guia de Colaboração USP+Empresas’ é, até agora, o material institucional que mais abertamente declara o interesse da gestão Vahan Agopyan-Antonio Hernandez em tornar a USP uma universidade voltada para ampla e intensa colaboração com a iniciativa privada”, anotou à época o *Informativo Adusp*.

Em maio de 2019, a Reitoria publicou no *Diário Oficial do Estado* duas medidas que facilitaram maior interação entre capitais privados e a USP, porque permitem tanto o “compartilhamento” de laboratórios, equipamentos e materiais com empresas privadas (Resolução 7.661), como o afastamento de docentes e de funcionários técnico-administrativos “para colaborar com empresa de base tecnológica ou para constituir empresa dessa espécie” (Portaria GR 7.389). As medidas derivaram do chamado “Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação” e do decreto estadual 62.817/2017, que permitem uma apropriação sem precedentes, pelo setor privado, do patrimônio público e do conhecimento produzido por instituições públicas de pesquisa (federais e estaduais).

A Auspin, por seu turno, persistiu numa trajetória mais pautada pelo ramerrame do empreendedorismo do que por um esforço acadêmico para verdadeiramente liderar e estimular “inovações” de cunho científico ou tecnológico. Em 2019, por seu intermédio, a USP decidiu participar da “Semana Global de Empreendedorismo” (SGE), uma iniciativa de cunho privado descrita como “um movimento mundial iniciado em

2007 com o objetivo de fortalecer e disseminar a cultura empreendedora, conectando, capacitando e inspirando pessoas”. Levado a cabo na Cidade Universitária do Butantã, o evento contou com a participação da Auspin, que se deu “de maneira totalmente acrítica, para não dizer antiacadêmica”, como apontou o *Informativo Adusp*.

Uma das palestras da SGE, a cargo de docente da Escola Politécnica, teve como título “Transforme seu TCC em uma *startup*”, o que suscitou alguns questionamentos. “Quais serão as implicações práticas, acadêmicas e éticas de uma recomendação desse tipo aos estudantes que estão concluindo a sua graduação? Eles serão prevenidos, por exemplo, de que 70% das *startups* criadas têm vida efêmera?”, indagou o *Informativo Adusp*.

### **A Resolução 8.152/2021 (“Política de Inovação”) dispõe que “a inovação e o empreendedorismo são partes fundamentais e indissociáveis dos processos de ensino, pesquisa e extensão universitária”, axioma que constitui uma das aberrações aprovadas pelo Conselho Universitário**

Muito bem. Ao final de sua gestão, o reitor Agopyan decidiu colocar em votação e conseguiu aprovar, na reunião de novembro de 2021 do

Conselho Universitário, uma resolução sobre “Política de Inovação” proposta pela Auspin — agora sob a coordenação de Luís Henrique Catalani, do Instituto de Química. A Resolução 8.152/2021, todavia, quase nada fala de inovação que vá além de frases de efeito. No item 2 da Política de Inovação, “Valores”, a inovação é definida como “o processo que parte de uma ideia e termina com impacto na sociedade, seja ele social, cultural, ambiental ou econômico” (subitem 2.1), síntese que deixa muito por explicar. Logo a seguir, porém, tem-se que “a inovação e o empreendedorismo são partes fundamentais e indissociáveis dos processos de ensino, pesquisa e extensão universitária” (subitem 2.2), axioma que constitui uma das diversas aberrações aprovadas naquele momento pelo Conselho Universitário e que constitui uma clara agressão ao conceito de universidade pública expresso no tripé “ensino, pesquisa, extensão”, este sim tido como indissociável.

A proposta original da Auspin era tão teratológica que até a Procuradoria Geral da USP, normalmente dócil aos desígnios privatistas da Reitoria, insurgiu-se e solicitou diversas alterações de mérito, apontando ilegalidades. Mesmo assim, a versão depurada que chegou ao Conselho Universitário e foi aprovada determina que a USP “publicará regulamentação específica e planejamento de curto, médio e longo prazos, com objetivos, metas e ações para: 1) a gestão do Núcleo de Inovação Tecnológica; 2) a gestão da propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e do empreendedorismo; 3) a orientação das ações insti-

tucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual; 4) a estratégia de atuação institucional no ambiente produtivo local, regional, nacional e internacional; 5) o empreendedorismo, por meio da gestão de incubadoras e da participação no capital social de empresas que explorem Propriedade Intelectual da Universidade; [...] 7) o compartilhamento e a permissão de uso por terceiros de seus laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual; 8) o estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de tecnologias com inventores independentes, empresas e outras instituições; 9) a participação, a remuneração, o afastamento e a licença de servidor ou empregado público nas atividades decorrentes da inovação e empreendedorismo” [...].

Certamente para atender ao parecer da Procuradoria Geral, a futura regulamentação deverá levar em conta igualmente “a gestão de conflitos de interesses nas relações da USP com empresas nascentes que tenham como sócios cotistas pessoas com vínculo com a USP (docentes, servidores técnico-administrativos, discentes ou pós-doutorandos)”, o que vem a ser um contraponto saudável numa norma interna que beira a insanidade.

Decorridos três anos da aprovação da matéria pelo Conselho Universitário, não há sinal de tal regulamentação (a qual, aliás, segundo a Resolução 8.152/2021 deverá ser formulada pela própria Auspin). Por outro lado, antes da votação realiza-

da naquele colegiado não houve na comunidade universitária qualquer debate preparatório, de natureza institucional, sobre a proposta de “Política de Inovação” ou sobre questões correlatas. Na reunião de novembro de 2021, embora alguns participantes tenham manifestado fortes objeções à proposta da Auspin, o reitor ignorou pedido assinado por 23 conselheiros para retirá-la de pauta — e colocou-a em votação sem permitir a apresentação de destaques.

“O caráter orientador e totalizante do que se compreende por inovação e empreendedorismo avança no tripé ensino, pesquisa e extensão”, declarou na ocasião Marcos Neira, então diretor da Faculdade de Educação (e hoje pró-reitor adjunto de Graduação), para quem “o item ‘Criação de Empresas’ praticamente re-desenha a missão da universidade”. Adrián Fanjul, então representante da Congregação da FFLCH (e hoje diretor dessa unidade), externou que o texto, além de desnecessário, “conflita com a regulamentação interna sobre avaliação institucional e docente”, uma vez que o planejamento da Política de Inovação “deve contemplar as ações e métricas de avaliação” (artigo 2º, §2º, “a”) e, ainda, recomenda-se “que as atividades de inovação e empreendedorismo sejam valorizadas quando das avaliações para a progressão da carreira de docentes e servidores técnicos e administrativos” (Anexo, subitem 3.1.2).

Não resta dúvida de que a Resolução 8.152/2021 é um duríssimo golpe na concepção de universidade “pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada”. Vejamos por exemplo o item 3 do Anexo, “Dire-

trizes”, cujo subitem 3.1.7 determina que “a USP pode utilizar seus ativos, tais como: infraestrutura, capital intelectual, Propriedade Intelectual, registrável ou não, como: I – investimento direto; II – compra de opções de participação; ou III – mútuo conversível, em empresas que explorem suas tecnologias, sendo preferencialmente adotada uma das duas últimas opções (II e III), sempre com participação societária minoritária”. O subitem 3.3.3 reza que é “recomendável o fomento ao empreendedorismo, com a previsão de criação de empresas nascentes (*spin-offs*), quando da elaboração dos projetos de pesquisa”.

A questão é retomada em detalhes no subitem 3.5, “Criação de Empresas”. Ali afirma-se o seguinte: “É prioridade da USP fomentar e incentivar a criação de empresas nascentes (*spin-offs*) com base nos resultados de suas pesquisas e trabalhos de discentes (3.5.1)”; “a USP incentivará a participação de seus discentes, docentes e servidores técnicos e administrativos no capital social de empresas nascentes que explorem tecnologias resultantes de suas pesquisas, observada a legislação em vigor (3.5.2)”; “a USP, e/ou suas unidades, podem constituir ou participar de fundos de investimento que invistam em empresas que explorem suas tecnologias, observada a legislação em vigor” (3.5.5).

Igualmente assustador é o teor do subitem 3.2, “Ensino”: “É recomendável que a inovação e o empreendedorismo permeiem as disciplinas do currículo acadêmico, atividades extracurriculares e projetos de discentes, tanto na graduação como na

pós-graduação”; “é recomendável que os estudantes de cada curso tenham acesso a disciplinas específicas sobre inovação e empreendedorismo”; “nos projetos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mestrado, doutorado e pós-doutorado, aspectos de empreendedorismo e inovação devem ser valorizados”.

## **A USP liberou para empresas “de base tecnológica” parte do câmpus de Ribeirão Preto, em lotes de até 4 mil m<sup>2</sup> nos quais elas poderão instalar unidades de P&D ou até “plantas de produção”, e comercializar “produtos, insumos e processos”, por meio de contratos de vinte anos de duração e pagando apenas uma taxa mensal**

No afã de difundir o empreendedorismo entre estudantes, em sintonia com o subitem “Ensino” da “Política de Inovação”, a Auspin passou a divulgar uma relação de mais de 150 “disciplinas empreendedoras”, denominação totalmente imprópria, só compatível com o dialeto empregado pela alta burocracia da USP. Em e-mail enviado em janeiro de 2023 ao corpo discente, a Auspin divulgou links de acesso a uma “lista de disciplinas empreendedoras USP [sic] para graduação e pós-graduação”, a

saber: “disciplinas de empreendedorismo intensamente multidisciplinares [sic!], uma ótima oportunidade para desenvolver suas habilidades e criar iniciativas inovadoras de caráter prático, com impacto social e econômico”.

Logo em seguida à aprovação da Resolução 8.152/2021, a Pró-Reitoria de Pesquisa da USP passou a chamar-se Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) e conta, agora, com dois cargos de pró-reitor(a) adjunto(a), um de Pesquisa e outro de Inovação. É difícil aquilatar se essas mudanças trouxeram, ou não, consequências práticas. Mas outras novidades no âmbito institucional, ocorridas já na gestão reitoral Carlotti Jr.-Maria Arminda, iniciada em 2022, merecem ser mencionadas. Por delegação da Reitoria, a Superintendência de Gestão Ambiental (SGA), que é órgão executivo e não uma unidade de ensino ou de pesquisa, ofereceu 28 bolsas de pós-doutorado, vinculadas ao “Programa USP Sustentabilidade”. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), outro órgão de caráter administrativo, passou a oferecer disciplinas, entre as quais uma intitulada “Formação de Cientista Empreendedor”.

Neste cenário de “vale tudo” institucional, outro componente digno de nota é a formação de “condomínios” e “distritos” de inovação. No câmpus de Ribeirão Preto, a gestão Agopyan-Hernandes criou o “Condomínio da Inovação do Supera Parque”, projeto resultante de uma parceria com a respectiva prefeitura municipal e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do governo estadual, dentro do câmpus da USP. É uma modalidade de parque

tecnológico e distrito industrial promovida diretamente pela universidade, que cede às empresas interessadas, por até quarenta anos, glebas do câmpus para a instalação de cadeias de produção que se pretende sejam virtuosas, do ponto de vista tecnológico, pela mera proximidade física com as unidades de pesquisa da USP!

Quem duvidar pode consultar matéria publicada em 26 de setembro de 2022 no *Jornal da USP*, órgão oficial da Reitoria, sob o título “Condomínio de inovação na USP em Ribeirão Preto inscreve novas empresas”, complementado pela linha fina “Empresas de caráter inovador e de base tecnológica devem passar por processo de concorrência e, se aprovadas, terão a concessão de lotes por 20 anos mediante uma taxa mensal”. Dalton Marques, gerente de Desenvolvimento Econômico do Supera Parque, declarou ao *Jornal da USP* que a “proximidade de empresas com o ambiente universitário possibilita a criação de um ecossistema de inovação e tecnologia sempre atual”; “estar perto desses ambientes facilita a transferência de conhecimento”; “uma das vantagens encontradas pelas empresas que se instalarem no local é, justamente, a proximidade com a universidade, o que contribui para uma maior interação entre a academia e o meio empresarial [...]”.

O texto da publicação oficial da Reitoria informa que foram colocados à disposição de “médias e grandes empresas de base tecnológica”, por meio de contratos de concessão de vinte anos prorrogáveis por igual período, nada menos que 160 lotes de até 4 mil m<sup>2</sup> nos quais se poderá

instalar unidades de pesquisa e desenvolvimento, ou até mesmo “plantas de produção”, sendo possível comercializar “produtos, insumos e processos”. As empresas têm de pagar apenas uma taxa mensal pelo uso dos lotes. Um detalhe significativo: quem assina os contratos, em nome da USP, é a Auspin.

Fuppeceu - recolhimento anual (R\$)	
2020	14.956.412,93
2021	15.882.279,89
2022	21.159.425,29
2023	25.713.850,44
2024*	19.630.122,14

Fonte: Codage

\*até outubro

O relatório de 2023 indica que o Supera Parque fechou o ano com 78 empresas participantes, com faturamento total de R\$ 46 milhões e geração de 553 postos de trabalho. No entanto, essas 78 empresas dividem-se entre “incubadora”, “centro de negócios” e “loteamento”. Apesar das vantagens oferecidas às empresas, o “loteamento” que acima explicamos não consegue, ao que parece, atrair um número expressivo de interessadas. “Em agosto [de 2023], foi inaugurada a sede da Lychnoflora, primeira empresa a operar nos lotes do Supera Parque”, registra o relatório. Outras quatro empresas já haviam assinado contratos para ocupação de lotes, com previsão de iniciarem a construção de unidades próprias em 2024. “São cinco os lotes do Condomínio da Inovação do Supera Parque contratados por empresas, totalizando mais de 11 mil m<sup>2</sup> de área cedida em terrenos” (p. 2 e 4).



## Tão rentável é a indústria dos cursos pagos que atraiu até mesmo a atenção de uma entidade privada “de apoio” cujo foco principal sempre foram os bilionários contratos de gestão na área da saúde pública: Fundação Faculdade de Medicina (FFM), que gere o Hospital das Clínicas

A indústria dos cursos pagos permanece em expansão na USP. Depois de um breve período de redução nos anos da pandemia, os montantes de arrecadação dessa modalidade de atividade remunerada voltaram a crescer. É o que mostra a evolução dos valores recolhidos pelo Fundo Único de Promoção à Pesquisa, à Educação, à Cultura e à Extensão Universitária (Fuppeceu), administrado pela Coordenadoria de Administração Geral da USP (Codage). O Fuppeceu retém 5% da receita gerada pelos cursos pagos e por atividades externas de assessoria que envolvam, em ambos os casos, convênios e contratos firmados com a USP. Esses 5% da receita de cada atividade remunerada são a parte que cabe à Reitoria na chamada “taxa de promoção da pesquisa, inovação, ensino, cultura e extensão”. Isso porque, do valor arrecadado de cada atividade, 50% serão destinados

às unidades e 50% à Reitoria. Como a taxa é “calculada à razão mínima de 10%” no caso de cursos pagos, e é de “10%” no caso de assessorias, depreende-se que a quase totalidade dos projetos realizados recolha tão somente 10% à USP — e, portanto, 5% à Reitoria (Fuppeceu).

Por outro lado, não existe fiscalização. A Fundação USP (FUSP), por exemplo, que é uma entidade privada muito próxima da Reitoria (o reitor preside seu conselho curador), informou nas suas demonstrações contábeis de 2023 ter recolhido, na alínea “Contribuições e taxas às unidades e departamentos da USP”, a quantia de R\$ 5,553 milhões. Se esse valor efetivamente corresponder a 5% do montante total de receitas auferidas por projetos remunerados de docentes “encaminhados” pela FUSP, teremos que esse total é da ordem de R\$ 111 milhões, em números redondos. De qualquer modo, as demonstrações contábeis da FUSP de 2023 deveriam apontar igualmente o devido recolhimento de taxas para a Reitoria (Fuppeceu), porém isso não veio a ocorrer.

Os números do Fuppeceu, guardados a sete chaves pela Reitoria e só obtidos pela *Revista Adusp* por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), informam a escala grandiosa da remuneração adicional de docentes da USP que atuam em cursos pagos e projetos de assessoria: **total de R\$ 514 milhões apenas em 2023**, dos quais R\$ 25,7 milhões foram recolhidos ao Fuppeceu. Em meros cinco anos, de 2020 a outubro de 2024, **esse generoso mercado parece ter rendido a espantosa quantia de R\$ 1,94 bilhão.**

A partir das cifras recolhidas pelo Fuppeceu nos últimos cinco anos, encontramos os seguintes valores para a receita total gerada por atividades remuneradas oferecidas por intermédio de fundações privadas ditas “de apoio” e por organizações similares: 2020, R\$ 299,128 milhões; 2021, R\$ 317,645 milhões; 2022, R\$ 423,188 milhões; 2023, R\$ 514,277 milhões; 2024, até outubro, R\$ 392,602 milhões. São montantes muito expressivos, que explicam o poder adquirido por certos grupos de docentes, por certas unidades da USP e por certas entidades privadas que dizem “apoiar” a universidade, mas que na verdade usam seu prestígio e sua marca — literalmente inclusive — para favorecer seus próprios interesses.

Porém, atenção: esses valores certamente são inferiores aos montantes reais, seja porque a Resolução 7.905/2019, que regulamenta o recolhimento, permite diversas isenções, seja porque há atividades remuneradas que ignoram as normas já por si bastante amigáveis (a começar do percentual de 10%), seja porque algumas fundações privadas optaram por não celebrar convênios com a USP.

Tão rentável é a indústria dos cursos pagos que atraiu até mesmo a atenção de uma fundação privada “de apoio” cujo foco principal sempre foram os bilionários contratos de gestão na área da saúde pública: a Fundação Faculdade de Medicina (FFM), que controla o Hospital das Clínicas e diversos outros equipamentos hospitalares do estado de São Paulo. Em 2010, no entanto, a FFM decidiu ingressar no próspero mercado dos cursos pagos, criando uma estrutura denominada “Escola

de Educação Permanente”, com site próprio, cuja finalidade seria oferecer cursos pagos, entre os quais os chamados “MBA” na modalidade ensino a distância (EAD). Em 2024, passou a chamar-se “HCX”, apresentada como “a evolução da Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo”, amparada “nas inúmeras conquistas e no legado de mais de 14 anos de história”.

Um de seus programas mais audaciosos, do ponto de vista institucional, intitula-se “Experiência HCFMUSP na Prática”, “100% presencial”, que promete a estudantes de medicina de faculdades privadas — quartanistas, quintanistas e sextanistas — uma “imersão no maior complexo hospitalar da América Latina”, por módicos R\$ 8.450 em doze parcelas de R\$ 704,17!

#### Estimativa de tamanho dos negócios privados na USP (em milhões de R\$)\*

2020	2021	2022	2023	2024**	Total
299	317	423	514	392	1.945

\* com base nas taxas recolhidas pelo Fuppeceu

\*\* até outubro

Ao contrário do que poderia supor um observador ingênuo, o objetivo do “programa” não é remunerar os docentes envolvidos. Nada disso. Como explica judiciosamente o site do HCX, é, isso sim, “levar o conhecimento prático e técnico-científico que permeia o Hospital das Clínicas da FMUSP para estudantes de todo o Brasil do 4º, 5º e 6º ano de graduação em Medicina”.

Mais ainda: “Nesta imersão, você escolhe até 3 disciplinas e tem a oportunidade de acompanhar a rotina do seus departamentos no maior complexo hospitalar da América e ainda realizar algumas práticas médicas sob supervisão”.

Em suma, trata-se de oferecer a estudantes de instituições privadas, mediante “investimento”, acesso privilegiado a instalações e rotinas de trabalho do HC. Uma iniciativa pensada sob medida para a contratação de “pacotes” com instituições privadas de ensino superior que oferecem cursos de medicina mas não dispõem de hospitais próprios. O citado observador ingênuo poderia perguntar se essa comercialização de espaços do HC por docentes da própria USP não traz problemas aos alunos regulares da Faculdade de Medicina. A resposta do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC) é “sim, traz!”. O fim desse aberrante “programa” do HCX foi uma das principais reivindicações da greve que os estudantes da Faculdade de Medicina realizaram em março de 2024.

**A Fundação Faculdade de Medicina (privada) vai bem. Seu superávit líquido em 2023 é de R\$ 34 milhões, ao passo que o superávit líquido acumulado é de R\$ 339 milhões. Em finais de 2023 a FFM possuía R\$ 1 bilhão em aplicações**

Vale a pena reproduzir o que disse, sobre o “Experiência HCFMUSP na Prática”, a carta de reivindicações formulada pelo CAOC. “O Experiência HC, além dos problemas práticos que já demonstra quanto à competição entre acadêmicos da FMUSP e alunos externos por atividades e procedimentos, representa um programa de mercantilização e privatização do ensino e do espaço público. Cobrar valores exorbitantes de pessoas abastadas para complementar sua educação num espaço que é mantido por investimento estatal abre prerrogativas para uma cada vez maior privatização de faculdades e universidades públicas” (destaques adicionados), adverte.

“Se a gestão dos recursos públicos da faculdade se mantiver dentro destas diretrizes, à nossa frente está o que ocorreu com o ensino fundamental e médio no país: o sucateamento do ensino superior — que este programa já está causando em nosso internato. Reivindicamos o fim do programa com a garantia de que isso não comprometa as bolsas de permanência (Bolsa Afinal), para que alunos em vulnerabilidade social não paguem o preço pelo descomprometimento com o ensino público de qualidade”, continua o texto do CAOC.

“Além disso, dado que a diretoria da FMUSP utiliza um *suposto balanço fiscal negativo da Fundação Faculdade de Medicina (FMM) como subterfúgio para a existência do programa*”, prossegue a carta dos discentes, “exigimos transparência orçamentária com relação a (I) o direcionamento da verba arrecadada com o programa até agora e (II) a verdadeira ne-

cessidade dele para a continuidade do pagamento de preceptores e políticas de permanência estudantil, considerando que enquanto a FFM, cuja declarada proposta é o suporte ao complexo HCFMUSP, *alega ser uma organização sem fins lucrativos*, seu próprio portal apresenta lucros líquidos divulgados que circundam a casa das centenas de milhares de reais” (destaques adicionados).

Está corretíssimo o CAOC, exceto por um detalhe. Na realidade, o superávit líquido da FFM no exercício de 2023 é de R\$ 34 milhões, enquanto o superávit líquido acumulado é da ordem de R\$ 339 milhões. Esses dados constam das “Demonstrações Contábeis” da fundação privada, disponíveis no site da entidade e também publicadas no *Diário Oficial do Estado* de 11 de abril de 2024. Outro dado importante são as aplicações financeiras da FFM, cujo saldo em dezembro de 2023 era de singelos R\$ 1 bilhão e 5 milhões, em números redondos.

A escandalosa invasão do curso de medicina da Faculdade de Medicina por interesses privados materializada no “Experiência HC” é apenas um novo avanço do processo de privatização do Hospital das Clínicas, inaugurado décadas atrás pela FFM, que passou a atender pacientes de convênios privados de saúde, em detrimento dos pacientes do SUS. Idêntico processo de privatização via “dupla porta” foi implantado no Instituto do Coração (InCor), por meio da Fundação Zerbini, e no HC da USP de Ribeirão Preto, por meio da Faepa. Uma etapa importante desses processos, que deu total liberdade a essas fundações privadas autodecla-

radas “de apoio”, foi a autarquização do HC, em 2011, e posteriormente a do HC de Ribeirão Preto.

O reitor Carlos Gilberto Carlotti Jr., que era docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) e foi presidente da Faepa (2013-2016), recentemente transferiu-se para a Faculdade de Medicina (FM). Da Reitoria comandada pelo novo docente da FM não se soube de qualquer orientação, ou sequer recomendação, contrária ao “Experiência HC”.

**Entre 2015 e 2023, ocorreu uma verdadeira disparada no número de cursos pagos online ofertados pela Esalq, de 22 para 114, e principalmente na quantidade de alunos, que cresceu de 1.586 para 117.275 nesse período. A receita de um curso com 2.250 vagas pagantes pode chegar a R\$ 19 milhões ao longo de 2 anos**

Outra unidade de ensino onde ocorreu forte crescimento na oferta de cursos pagos, especialmente na modalidade a distância, é a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a conhecida Esalq de Piracicaba. “‘Indústria’ de cursos pagos nas unidades da USP multiplica lucros com a modalidade MBA a distância, na contramão de princípios da universidade pública”, noticiou em 2020 o *Informativo Adusp Onli-*



Meneghini (RCGI), Carlotti Jr., ministra M. Adriaansens e Sebregts (Shell) celebram acordo na Holanda

ne. A reportagem destacou diversos cursos pagos da Esalq, entre os quais o “MBA em Gestão de Projetos”, online, “que abriu 2.250 vagas pagantes, com dois anos de duração, e pode ter receita final superior a R\$ 19 milhões”.

A expansão da oferta de cursos online na Esalq e demais unidades é contabilizada pelo *Anuário Estatístico da USP*, que entende cursos pagos como “extensão” e portanto não discrimina entre cursos pagos e gratuitos. Conforme a tabela “Evolução dos Cursos de Extensão a distância ministrados pelas Unidades da USP”, a unidade ofereceu 22 cursos do tipo em 2015; 29 em 2016; 32 em 2017; e 34 em 2018. O número de alunos (que o *Anuário Estatístico* designa como “participantes”) decuplicou em apenas

quatro anos: passou de 1.586 em 2015 para 6.319 em 2016, e 11.687 em 2017, chegando a 15.147 em 2018.

Esses eram os dados disponíveis no momento em que foi publicada a reportagem em questão. Nos anos seguintes, no entanto, registraram-se novos e impressionantes saltos tanto na quantidade de cursos pagos como no número de “participantes”, que são alunos e alunas pagantes, demonstrando-se dessa maneira que um grupo de docentes da Esalq, contando com a anuência da direção da escola e da Reitoria, mobiliza-se cada vez mais, nos últimos anos, em torno de uma atividade que é profundamente antagônica ao caráter público que a USP deveria ter.

O número de cursos pagos online oferecidos pela Esalq continuou su-

bindo em ritmo galopante, passando a 39 em 2019, 49 em 2020, 87 em 2021, 98 em 2022 e 114 em 2023. Já o número de alunos cresceu para 24.026 em 2019; 34.929 em 2020; 63.303 em 2021; 92.760 em 2022; e estrondosos 117.275 em 2023. Na tabela citada, nenhuma outra unidade se aproxima desses números: os alunos de cursos a distância da FFLCH e do Instituto de Relações Internacionais (IRI) somam 14 mil cada um, em números redondos, e as demais unidades apresentam cifras bem menores. Em 2023 a Esalq respondeu, sozinha, por 63% do total de 185.684 “participantes” de cursos online da USP. (Por algum motivo, os cursos pagos oferecidos por docentes da Faculdade de Medicina não vêm sendo computados corretamente no *Anuário Estatístico*).

Uma parcela expressiva desses cursos da Esalq é oferecida na Internet como “Pós-graduação *lato sensu* da USP”, ou “MBA USP Esalq”, por uma organização que se denomina “Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas” (Pecege), constituída por docentes daquela unidade. “Na verdade, Pecege é o ‘nome fantasia’ criado para agrupar os cursos oferecidos pelo Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq, conhecido pela sigla LES”, diz a reportagem do *Informativo Adusp Online*. A trajetória assaz peculiar desse departamento, ou de sua ala preponderante, revela o alarmante grau de corrosão do caráter público da USP.

Retomando uma discussão iniciada seis anos antes, em 2019 a ala de docentes do LES engajada nos cursos remunerados propôs, em documento apresentado por uma comissão assessora da Congregação da Esalq, que o departamento se tornasse uma nova unidade de ensino, portanto separando-se da Esalq. Alegou que o LES vinha exibindo “crescimento vertical e horizontal”; frisou que em maio de 2019 “havia em andamento 56 turmas de MBA com um total de 13.884 alunos matriculados”; e arrematou que os docentes do departamento “captaram recursos extraorçamentários de R\$ 42 milhões em 2017, o equivalente a cerca de metade do total arrecadado na Esalq”. Maior clareza, impossível.

Contudo, a “Proposta Consolidada de Criação de Nova Unidade” apresentada pela comissão assessora reivindicava, igualmente, que a escola surgida da divisão da Esalq — ou melhor: da conversão do LES em

uma unidade — se chamasse “Escola de Economia, Administração e Sociologia Luiz de Queiroz”. A separação, portanto, daria total liberdade ao LES, mas não retiraria dele a preciosa marca “Luiz de Queiroz”. Admirável perspicácia. Porém, a proposta não vingou.

Cabe lembrar a existência de laços entre o Pecege e a fundação privada Fealq, também ela criada por docentes do LES. A Fealq é citada elogiosamente na “Proposta Consolidada de Criação de Nova Unidade”, por, alegadamente, proporcionar “forte estímulo à pesquisa, extensão e formação de recursos humanos aos departamentos da Esalq”. Tal referência causa estranheza, assinalou o *Informativo Adusp Online*, porque “a criação de uma fundação privada dita ‘de apoio’, voltada essencialmente à formulação de projetos de captação de recursos com finalidades de apropriação privada, é apresentada como um fato relevante de natureza acadêmica, dando a entender, adicionalmente, que o sucesso da Esalq está relacionado à atuação desse ente privado (Fealq)”.

O discurso de autolegitimação das fundações privadas ditas “de apoio” encontra-se atualmente desgastado, pois os elementos concretos da sua atuação causam ruído aqui e ali, graças à absoluta falta de transparência ou por evidências de favorecimento, decorrentes da reiterada prática de contratos sem licitação com o governo estadual e prefeituras. Como aqueles celebrados entre a Prefeitura de São Paulo e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE),

mantida por docentes da Escola Politécnica da USP. Em março de 2024, a 6ª Vara da Fazenda Pública condenou a FDTE, contratada sem licitação por R\$ 3,5 milhões para revisar o Plano Diretor Estratégico, a devolver à capital paulista os R\$ 545 mil que já havia recebido. Mas sabe-se de outros contratos sem licitação com a gestão municipal, firmados no período 2018-2021, que devem ter propiciado à FDTE receita de quase R\$ 22 milhões.

A FIPE é outra entidade privada frequentemente brindada com esse tipo de contrato. Em junho de 2023, por exemplo, ela foi contratada sem licitação pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos)-Felício Ramuth (PSD) para prestar “serviços técnicos especializados de consultoria para apoio na estruturação dos projetos de parceria da PPP Campos Elíseos (Centro Administrativo do Governo do Estado de São Paulo) e dos Serviços Públicos de Loteria”, pela expressiva quantia de R\$ 18,9 milhões.

O órgão público contratante da fundação privada é a Companhia Paulista de Parcerias (CPP), vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos do governo estadual. “A contratação da FIPE faz pensar qual é a real utilidade da CPP, uma vez que ela necessita de ‘apoio’ de um ente privado para elaborar os projetos de Parceria Público-Privada, ou PPP, que são a sua finalidade declarada enquanto órgão público”, destacou o *Informativo Adusp Online* em reportagem publicada em maio de 2024.

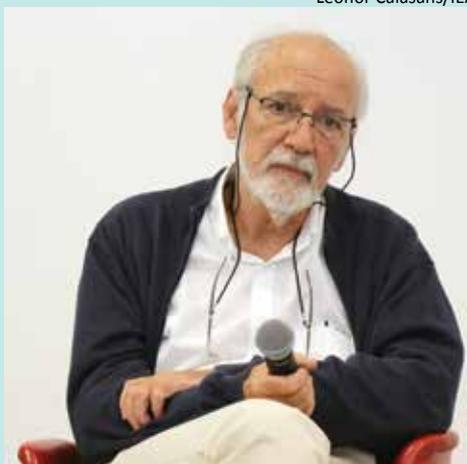
Por tudo que se vê, não há mais fronteiras capazes de embaraçar se-

# INOVAÇÃO EMPRESARIAL E INOVACIONISMO

Nas instâncias oficiais da USP, que decidem a política da instituição, o debate sobre inovação tem sido indigente do ponto de vista científico. Predomina a visão marqueteira e positivista, que por um lado parece conceber a inovação como uma dimensão dotada de inteira autonomia em relação ao processo de produção de conhecimento (daí a necessidade de criar aparatos institucionais especializados a ela dedicados), e por outro lado entende como algo indissociável do “empreendedorismo”, o que chega a ser deprimente.

Raras vozes fazem o contraponto ao *mainstream*. Seu principal crítico é o professor aposentado Marcos Barbosa de Oliveira, da Faculdade de Educação. Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da FFLCH, Oliveira foi vice-coordenador do Grupo de Trabalho “Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia”, do Instituto de Estudos Avançados (IEA). Também integrou a Comissão Editorial da *Revista Adusp*, onde publicou artigos e traduções.

No livro *A mercantilização da ciência – funções, disfunções e alternativas* (Scientiae Studia, 2023), Oliveira retoma suas críticas ao “inovacionismo”, que ele define como “o movimento que postula a produção de inovações como a função primordial da pesquisa científica, entendendo por ‘inovação’ as invenções rentáveis, que podem ser implementadas por empresas, contribuindo para a



Marcos Oliveira

Leonor Calasans/IEA

maximização de seus lucros a curto ou médio prazo”.

O professor considera que o “inovacionismo”, que aportou no Brasil há vinte anos, é um “indiscutível fracasso”, pois “apesar de todas as medidas inovacionistas levadas a cabo, o nível de produção de inovações no país na melhor das hipóteses encontra-se estagnado ou, na hipótese mais realista, tem decaído”. A seu ver as causas desse fracasso não residem em

eventuais deficiências da legislação, “ou numa suposta falta de ‘cultura da inovação’ entre empresários e acadêmicos”, mas em fatores estruturais: “essencialmente o papel de exportador de *commodities* desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho”.

Oliveira avalia que o inovacionismo “é uma das facetas do processo de ascensão e hegemonização do neoliberalismo, entendido como a fase do capitalismo em que se fortalecem as características desse sistema, em particular a tese da excelência do mercado como forma de organização da vida econômica e social nas sociedades contemporâneas”. Ao postular a produção de inovações empresariais como objetivo primordial da pesquisa, “o inovacionismo coloca a definição de seus rumos nas mãos do mercado, na qualidade de instância que determina o que é e o que não é rentável”, e essa é, exatamente, “uma das dimensões do processo de mercantilização da ciência”.

riamente a privatização endógena da USP ou seu crescente envolvimento com capitais privados nacionais e externos. O lance mais recente do reitor Carlotti Jr. foi a criação, em Amsterdã, de um “escritório” do Centro de Pesquisa e Inovação

em Gases de Efeito Estufa (Research Centre for Greenhouse Gas Innovation, ou RCGI). O escritório é fruto de parceria da universidade com a Shell, formalizada em fevereiro de 2024 na capital da Holanda, em cerimônia que contou com a presença

de Micky Adriaansens, ministra da Economia e Política Climática da Holanda; de Julio Meneghini, diretor executivo e científico do RCGI; de Yuri Sebregts, vice-presidente executivo de Tecnologia do Grupo Shell; e do próprio Carlotti Jr.

O RCGI, que existia desde 2014 como um centro de pesquisas em engenharia (CPE) vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), foi oficialmente “criado” na reunião de novembro de 2023 do Conselho Universitário, na condição de centro diretamente vinculado ao Gabinete do Reitor, como outros cinco “centros de estudos” criados em 2023. Mas o projeto aprovado em novembro não faz qualquer menção nem à parceria com a Shell (que, no entanto, sempre foi a principal financiadora do CPE-Fapesp), nem à abertura de um escritório do RCGI na Holanda.

Em maio de 2021, o Tribunal Distrital de Haia acatou ação judicial proposta por grupos ambientalistas e ordenou que a Shell reduza suas emissões de CO<sub>2</sub> em 45% até 2030, em relação a 2019, tanto em suas próprias operações como em emissões pelo uso do petróleo que produz.

A USP nunca se preocupou com questões desse tipo no seu relacionamento com grandes empresas. Prevalece uma espécie de deslumbramento, visível por exemplo na “parceria” com a gigante Bayer, anunciada em março de 2023. Na ocasião, a PRPG encaminhou e-mail ao corpo docente e pós-graduandos(as) da universidade sobre a realização do evento denominado “USP Day na Bayer”, que se realizou em maio seguinte na sede da multinacional alemã em São Paulo.

O pró-reitor de Pós-Graduação, Márcio Castro de Silva Filho, e o pró-reitor adjunto, Niels Olsen Saraiva Câmara, exortaram o corpo docente e o corpo discente a participarem da “integração USP-Bayer”, de modo a “estreitar laços entre a academia e o setor produtivo” etcétera. Mas a mensagem foi além.

Havia um convite específico para “alunas(os) e supervisoras(es) que tenham interesse em apresentar ideias de projetos em andamento” nas seguintes áreas: “Field Solutions”, “Regulatory Sciences”, “Farma”, “Biotech” e “Ciências de Dados”; a finalidade era preencher vinte vagas em “times” compostos por docentes e discentes; apostava-se em “ideias que possam resultar em colaborações futuras com a empresa”. Assim, na verdade o “USP Day na Bayer” destinava-se a recrutar força de trabalho, em formato desenhado pela multinacional, ao invés de representar uma “parceria” com a universidade.

Ademais, como salientou à época o *Informativo Adusp Online*, a PRPG enveredou pelo *marketing* puro e simples: “A Bayer, cuja missão é ‘Bayer: ciência para uma vida melhor’, busca, nesta parceria, a diversidade de pensamento na resolução e entrega das demandas de seus clientes”. Admirável, cabendo perguntar se a mensagem foi realmente redigida pela USP ou se foi elaborada por consultores da multinacional alemã.

Além de tradicional produtora de fármacos, a Bayer investe no agronegócio, industrializando agrotóxicos e sementes transgênicas. O Brasil é seu segundo maior mercado internacional, logo atrás dos EUA. Em 2018, a Bayer comprou a Monsanto por US\$ 63 bilhões e passou a responder pelo passivo judicial dessa empresa nos EUA, relacionado ao uso do glifosato no herbicida “Roundup” e à sua associação com o linfoma não-Hodgkin. A Bayer se dispôs a desembolsar US\$ 10 bilhões com acordos judiciais para encerrar 95 mil processos, mas não abriu mão de continuar comercializando o “Roundup” e recusava-se a colocar rótulos de advertência nas embalagens. O que a instituição USP tem a dizer a respeito de tais problemas? Nada, pelo visto.

Reproduziremos, nas páginas seguintes, cinco reportagens publicadas pelo *Informativo Adusp Online* nos últimos três anos. Nelas são detalhados alguns tópicos abordados de forma resumida na presente matéria. Sua leitura, acreditamos, poderá acrescentar novas informações e complementar a visão panorâmica que buscamos traçar. Não há dúvida de que a USP encontra-se na atualidade fortemente enlaçada e enredada com as forças de mercado, com o capital privado, das mais diversas maneiras. Isso tende a impactar, cada vez mais negativamente, a sua natureza de universidade pública, que por ora ainda resiste com bravura às investidas do “empreendedorismo” e do “inovacionismo”.

---

## Nota

1. Jornalista, editor da *Revista Adusp*.
2. Jornalista.

# INCORPORAÇÃO DE “INOVAÇÃO” À PRÓ-REITORIA DE PESQUISA CONSOLIDA POLÍTICA QUE ATRELA ATIVIDADES DA USP AOS INTERESSES DE MERCADO

*Informativo Adusp Online, 12 de maio de 2022<sup>1</sup>*

*“É um processo que a universidade faz em estrita parceria com o setor externo”, definiu o pró-reitor Paulo Alberto Nussenzweig, na reunião do Conselho Universitário de 3/5, que renomeou o órgão como Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) e criou o cargo de pró-reitor(a) adjunto(a) de Inovação. Já Emanuel Carrilho, vice-coordenador da Auspin, foi mais direto ao sustentar que “a pesquisa transforma dinheiro em conhecimento e a inovação transforma conhecimento em dinheiro” e ao celebrar “a oportunidade de incentivar um fluxo de caixa num moto contínuo”*

O Conselho Universitário (Co) aprovou na reunião do dia 3/5, por 90 votos favoráveis, cinco contrários e três abstenções, a incorporação da atividade de Inovação à Pró-Reitoria de Pesquisa, já rebatizada de PRPI, conforme o seu site na Internet. O Co também aprovou a indicação do professor Raul Gonzalez Lima, docente da Escola Politécnica, para o recém-criado cargo de pró-reitor(a) adjunto(a) de Inovação.

Na última sexta-feira (6/5), o *Diário Oficial do Estado* publicou cinco resoluções do Gabinete do Reitor (números 8.227 a 8.231) alterando dispositivos do Estatuto da USP para, entre outras medidas, transformar o Conselho de Pesquisa em Conselho de Pesquisa e Inovação e criar o Conselho de Inclusão e Pertencimento e a Pró-Reitoria de

Inclusão e Pertencimento, cuja criação também foi aprovada na mesma reunião.

De acordo com a Resolução GR 8.227, “a inovação constitui, ao mesmo tempo, uma forma de geração de conhecimento em parceria com outros setores da sociedade e de transferência deste conhecimento para o benefício e desenvolvimento social e econômico da sociedade”. Essa função, justifica a resolução, “é particularmente oportuna na atualidade em que a economia das nações passa a ser uma economia do conhecimento, cujo sucesso depende do empreendedorismo e da inovação”.

A inovação “é atividade-fim da USP por fomentar o intercâmbio de conhecimento entre a Universidade e a Sociedade, a formação de profissionais para o trabalho no mun-

do contemporâneo e por ajudar a cumprir suas funções sociais”, prossegue o texto. A incorporação da atividade de inovação à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) “afirma a intrínseca relação entre pesquisa e inovação”. A transformação da PRP em PRPI “é uma forma de tornar a agenda da inovação visível às mais altas esferas administrativas da Universidade, de harmonizar a atuação dos órgãos de inovação da Universidade, de capilarizar a inovação em todas as Unidades, Museus, Institutos Especializados e órgãos complementares, bem como de cuidar da vitalidade do ecossistema de inovação da Universidade”, define a resolução.

### “Uberização”

A nova pró-reitoria representa a consolidação da “Política de Inovação da Universidade de São Paulo”, aprovada pelo Co em 30/11/2021 e descrita na Resolução 8.152, de 2/12/2021. Essa política, cuja aprovação foi objeto de grande empenho da gestão V. Agopyan-A.C. Hernandez e tramitou em alta velocidade em meio à pandemia, sustenta como um de seus “valores” que “a inovação e o empreendedorismo são partes fundamentais e indissociáveis dos processos de ensino, pesquisa e extensão universitária”.

A inclusão do empreendedorismo nos “considerandos” da proposta aprovada na última reunião do Co motivou contestação por parte da representação discente e de servidora(e)s. Túlio Ferreira Leite da Silva, aluno da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e representante discente da pós-graduação, sugeriu a retirada do termo dos “considerandos” e da justificativa da resolução afirmando que, ao contrário do que o texto apregoa (e do que o pró-reitor de Pesquisa, Paulo Alberto Nussenzeig, sustentou no Co), “é de certa forma uma falácia argumentativa ou no mínimo um pouco complicado quando se diz que é uma tendência que a maioria dos novos empregos são gerados em *startups*, porque esses são empregos precarizados, totalmente desconectados da realidade do progresso com saúde mental”. “São empregos que constantemente oneram seus funcionários. É a uberização do trabalho”, prosseguiu.

Na sua fala inicial, Nussenzeig havia dito que “a criação de empregos novos em *startups* será cada vez mais um realidade do nosso país”. “Se uma universidade não se prepara para formar pessoas com a visão de que vão procurar oportunidades de trabalho em *startups*, pessoas que sejam capazes de criar *startups*, isso será uma falha

numa das nossas principais missões, que é a missão educacional”, defendeu.

Túlio Silva — ele mesmo responsável por uma *startup* — contestou essa visão ao apontar que “qualquer pessoa que faça parte do ecossistema de empreendedorismo neste país ou do mundo sabe que, de cada dez *startups*, apenas uma prospera”. O aluno ressaltou que a representação discente da pós-graduação “é fortemente adepta da inovação”, mas reiterou que o empreendedorismo não poderia ser considerado uma atividade-fim, o que representaria “investir na uberização da universidade”.

O reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior concordou que o termo poderia ser excluído dos “considerandos” e disse que já via “um sinal positivo do setor jurídico” na sala de reunião. Porém, não foi votada formalmente uma reformulação do texto, e a expressão foi mantida, conforme publicado acima.

Além do estudante, a única voz que se manifestou de forma crítica em relação às mudanças para a incorporação da “inovação” entre as atividades-fim da USP foi a de Bárbara Della Torre, representante da(o)s servidora(e)s técnico-administrativa(o)s. Toda(o)s a(o)s docentes que pediram a palavra na reunião elogiaram a iniciativa e louvaram seus supostos efeitos benéficos.

Bárbara afirmou que as mudanças não foram suficientemente discutidas na comunidade acadêmica e que muita gente “não sabe do que se trata”. “O que foi votado em 30/11 e o que está sendo votado aqui é o aprofundamento de algo que já vinha acontecendo, uma mudança profunda no paradigma da universidade”, afirmou. Na avaliação da servidora, a decisão representa o fim da “universidade pública voltada aos interesses da sociedade, que produz conhecimento de maneira livre”.

A incorporação desse viés, considera, significa uma ameaça à autonomia, porque “o atrelamento ao mercado e às empresas vai colocar um fator ordenador aqui dentro, que é acabar com a independência da universidade a serviço de atender de fato a sociedade”. “Fundamental para a autonomia em todos os seus aspectos é a independência financeira, e não o atrelamento às empresas.”

Bárbara afirmou que essa política vai permitir que sejam ainda mais estreitados os laços de docentes com instituições privadas. “Vários professores vêm se tornando empresários através de fundações ditas filantrópicas, mas que na verdade navegam num capitalismo sem risco que é a relação promíscua entre o público e o privado. São membros de conselhos



**Startups geram empregos, garante Nussenzeig**

diretivos de fundações privadas que vêm gerindo uma verba pública gigantesca por meio dessas organizações”, apontou.

### “Fluxo de caixa”

À parte essas manifestações isoladas, o tom de defesa da inovação e do empreendedorismo marcou o espaço da reunião destinado ao tema. O pró-reitor Nussenzeig disse, por exemplo, que era necessário responder com um “enfático sim” à pergunta sobre se a criação da PRPI na USP era necessária.

De acordo com o professor, essas atividades permitem “o intercâmbio de conhecimentos entre a universidade e a sociedade”, “a formação para o trabalho no mundo contemporâneo” e “o cumprimento de nossas funções sociais”. A transformação da PRP em PRPI, justificou, “é uma forma de trazer essa agenda às mais altas esferas da universidade”.

Para que a inovação — “processo que parte de uma ideia e termina com impacto na sociedade, seja ele social, cultural, ambiental ou econômico”, conforma preconiza a

Resolução 8.152 — gere esse impacto, o processo não pode ser feito pela universidade sozinha, defendeu Nussenzeig. “É um processo que a universidade faz em estrita parceria com o setor externo”, disse. O “setor externo” inclui o “meio governamental, empresários, ONGs”, citou.

Essa “porosidade ampla da universidade ao meio externo”, conforme definiu o pró-reitor, é necessária porque “inovação é algo dinâmico, que precisa de rapidez na percepção das necessidades e interesses da sociedade, na percepção das possibilidades de conhecimento estocado ou gerado nas universidades”.

No entanto, Nussenzeig procurou salvar as aparências. “Ao mesmo tempo precisamos ser porosos, mas precisamos ter a governança que nos permita manter a autonomia nos nossos propósitos”, proclamou. “Não podemos permitir que a sociedade externa determine a agenda. A autonomia tem propósito”.

Já o professor Emanuel Carrilho, vice-coordenador da Agência USP de Inovação (Auspin), foi direto ao ponto, sem disfarces, ao sustentar que “a pesquisa transforma dinheiro em conhecimento e a inovação transforma conhecimento em dinheiro”. Na visão do professor, no fundo trata-se mesmo de dinheiro: “Temos a oportunidade de incentivar um fluxo de caixa num moto contínuo, numa solução virtuosa, onde a sociedade toda tem que se beneficiar”. Aliás, Carrilho considera que “inovação e empreendedorismo são casados”, tanto que “uma palavra não vive sem a outra”.

Comemorando a aprovação da criação da PRPI, o reitor Carlotti disse que a institucionalização da inovação dentro de uma pró-reitoria “coloca no seu devido lugar essa atividade, com representação no Co”.

Em novembro de 2021, poucos dias antes da aprovação da política de inovação no Co, a Adusp publicou nota na qual apontava os vícios na condução acelerada da proposta e vários outros problemas na sua formulação. “Causa perplexidade a tramitação e aprovação pelos órgãos centrais da USP de um documento com tamanha inconsistência e falta de rigor, sendo as mais evidentes a indefinição de termos fundamentais e intensamente repetidos ao longo do documento, como ‘inovação’ e ‘empreendedorismo’”, dizia a nota da entidade.

### Nota

Nesta versão, foram suprimidos pequenos trechos da matéria original.

# PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO VAI OFERECER DISCIPLINA PARA FORMAR “CIENTISTAS EMPREENDEDORES”, QUE PODERÃO APRESENTAR SUAS IDEIAS AOS TUBARÕES DO MERCADO

*Informativo Adusp Online, 24 de fevereiro de 2023*

**A**luna(o)s de pós-graduação da USP terão a oportunidade, a partir deste primeiro semestre, de viver uma experiência semelhante à dos programas de televisão do tipo *Shark Tank*, nos quais potenciais empreendedores apresentam seus projetos aos “tubarões” que poderão investir — ou não — em sua concretização.

Trata-se da disciplina “Formação de Cientista Empreendedor”, a ser oferecida — estranhamente — pela própria Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), instância administrativa da universidade, e não unidade de ensino e pesquisa.

A disciplina, de acordo com *e-mail* enviado pela PRPG a aluna(o)s e orientadora(e)s da USP, tem como um de seus objetivos “oferecer a oportunidade de apresentação do projeto de empreendedorismo através de um *pitch* para a Banca de Avaliadores formada por investidores *early stage*” — ou seja, o modelo dos programas de televisão nos quais, como diz o *site* da versão brasileira, os “tubarões” podem “surfear” nas ideias apresentadas.

O *e-mail* não explica com base em quais critérios será formada a Banca de Avaliadores, embora tudo leve a crer que seus integrantes venham a ser representantes do setor privado. Afinal, é lá que se busca quem tenha cacife para bancar os chamados investimentos *early stage*, fase inicial de desenvolvimento de uma nova empresa de tecnologia — perdão, de uma *startup*.

O próprio termo *startup* aparece várias vezes no *e-mail* da PRPG. Por exemplo, na descrição de outros dos objetivos da disciplina, como “fomentar criação de equipes multidisciplinares para desenvolvimento de projetos de empreendedorismo com potencial de transformação em *startups* a partir de tecnologias desenvolvidas pelos pós-graduandos” e “apresentar os aspectos relacionados à criação e gestão de *startup* em diferentes setores de atividade econômica”.

A disciplina, com 50 vagas, tem como público-alvo “mestrandos e doutorandos detentores de tecnologia ou com interesse em formar times de sócios fundadores para desenvolvimento de uma *startup* a partir de uma tecnologia desenvolvida por um dos alunos”. As aulas serão realizadas uma vez por semana — em formato remoto, claro, mais adequado ao perfil inovacionista proposto.

Outra característica da rendição da universidade ao discurso do inovacionismo e do empreendedorismo tão ao gosto do “mercado” está no processo de avaliação: “O trabalho da disciplina consistirá no desenvolvimento da inovação a partir da tecnologia do pós-graduando”.

Pesquisas e estudos de consultorias privadas como a PwC apontam que nove de cada dez *startups* criadas no Brasil não conseguem sobreviver. Não se sabe se a análise desses dados está incluída na ementa da disciplina.

# AUSPIN OFERECE BOLSAS DE INTERCÂMBIO NA MODALIDADE “EMPREENDEDORISMO” E INCLUI EMPRESAS NA BANCA DE SELEÇÃO DOS PROJETOS

*Informativo Adusp Online, 6 de abril de 2023*

A Agência USP de Inovação (Auspín) está decidida a acelerar a implantação do pretendido “quarto pilar” da universidade, “inovação e empreendedorismo”, mediante a conversão acrítica de estudantes de graduação em supostos empreendedores e empreendedoras. No último dia 3/4, a agência lançou seu Edital 1.701/2023, de seleção do Programa de Bolsas de Intercâmbio Internacional para aluno(a)s de graduação da USP, na modalidade “Empreendedorismo”. As bolsas variam de R\$ 6 mil mensais, quando o intercâmbio for na América Latina, a R\$ 10 mil mensais quando se tratar de outros países. As inscrições se estenderão até 11/5 e o intercâmbio se iniciará entre agosto e setembro deste ano.

A Auspín reservou o expressivo montante de R\$ 1,16 milhão para o programa, que se baseia na Portaria GR 6.640/2015 e apresenta uma série de particularidades bastante questionáveis. Parece que se pretendia, conforme *e-mail* encaminhado diretamente pela Auspín ao corpo docente em 3/4, “conceder auxílios financeiros para alunos(as) que fazem parte de entidades estudantis voltadas à inovação e empreendedorismo com propósito [de] desenvolver projetos que promovam a melhoria de práticas associadas ao desenvolvimento da inovação e empreendedorismo na Universidade de São Paulo, ou projetos de desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo no geral” (destaques no original).

Curiosamente, no entanto, as “entidades estudantis voltadas à inovação e empreendedorismo” citadas pela Auspín no comunicado aos docentes não constam do Edital 1.701/2023, onde não há qualquer referência a elas.

Há outros aspectos perturbadores na iniciativa da agência. Um deles é o fato de que caberá exclusivamente ao(à) discente “a escolha do projeto e sua obtenção do aceite da instituição destino”. Além disso, a instituição onde se dará o intercâmbio poderá ser uma empresa, “preferencialmente com base tecnológica”, ao invés de uma instituição de ensino ou centro de pesquisa. Embora possa parecer mais atraente para jovens discentes que tenham interesse numa formação “profissionalizante”, essa alternativa tende a apartá-lo(a)s mais precocemente de um ambiente acadêmico, num momento em que ainda não completaram sua formação.

O edital detalha os possíveis destinos de intercâmbio, citando, além de instituições públicas e organizações governamentais, “institutos de pesquisa e centros de inovação públicos ou privados; empresas de base tecnológica, incubadoras e *startups*”. Uma das justificativas apresentadas no documento é que o auxílio fornecido “visa impulsionar a qualificação e a empregabilidade [*sic*] dos(as) interessados(as) por meio da oportunidade de educação, especialização e contato com diferentes culturas”.

Mais grave ainda é a decisão da Auspín, referendada pela Reitoria, de incluir na banca de avaliadores dos projetos que vierem a ser inscritos no edital pessoas estranhas à USP e às universidades públicas: “O processo seletivo é realizado por uma banca de avaliadores formados por docentes da Universidade de São Paulo e de outras universidades, *profissionais da área de inovação de empresas parceiras*, além de ex-bolsistas, envolvendo desta maneira todos os segmentos da sociedade” (destaques nossos).

Em outro ponto do edital, as bancas de seleção são assim definidas: “Todas as inscrições que atendam aos requisitos do presente Edital serão avaliadas por comissão *ad hoc* da Auspin, formada por especialistas do setor empresarial e comunidade USP”.

Uma vez que se trata de um processo de seleção de projetos que envolve recursos públicos expressivos, a participação de profissionais estranhos à USP e ligados a empresas, ainda que “parceiras” (cabendo definir ainda quais os critérios para tal designação), não é recomendável, podendo aumentar as chances de conflito de interesses.

Outro dispositivo do edital que chama atenção é o item V, ponto 2 (“Análise da Instituição no Exterior”), cujo item “a” diz o seguinte: “Neste item será verificada a relevância da instituição de destino considerando a sua classificação nos principais *rankings* mundiais de sua área e sua relevância na realização de projetos de cunho inovador/empreendedor”. No que diz respeito à América Latina, sabe-se que a maioria das instituições de ensino superior tem dificuldades para obter boas posições nos *rankings*, dominados por instituições de países como EUA, China e Europa central.

## AGÊNCIA USP DE INOVAÇÃO LISTA MAIS DE 150 DISCIPLINAS “EMPREENDEDORAS” E “MULTIDISCIPLINARES”

*Informativo Adusp Online*, 4 de agosto de 2023<sup>2</sup>

**A**o menos no plano da retórica, a Universidade de São Paulo vive uma euforia empreendedora e inovacionista, depois que o Conselho Universitário, no apagar das luzes da gestão Agopyan-Hernandes, aprovou a incorporação de um “quarto pilar”, que vem a ser exatamente o intrigante binômio inovação-empreendedorismo — embora na ocasião a proposta reitoral, de *per si* questionável, tenha sido cancelada quase sem debate.

Como decorrência quase imediata, em decisão posterior o Co acrescentou ao nome da Pró-Reitoria de Pesquisa a extensão mágica “e Inovação”, portanto a antiga PRP tornou-se PRPI. A euforia contagiou diferentes setores da administração, de tal maneira que as iniciativas pró-inovacionismo e pró-empreendedorismo têm extrapolado o âmbito da Agência USP de Inovação (Auspin). A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), por exemplo, foi tomada por um “surto docente” e passou a oferecer disciplinas voltadas para essa temática, exorbitando assim suas funções precípuas.

De acordo com o próprio site da PRPG, essa pró-reitoria tem como missão “promover e gerenciar [*sic*] o ensino de Pós-Graduação da USP”, sendo seu principal objetivo “fomentar a qualidade do ensino de Pós-Graduação *stricto sensu*, estabelecendo um patamar de qualidade e inserção internacionais”. Havendo, ainda, uma novidade: “Recentemente, incluímos na nossa missão o lema: Excelência, Liderança e Responsabilidade” — *slogan* marqueteiro, quiçá copiado de entidades empresariais. Nada disso, obviamente, autoriza a PRPG a comportar-se como unidade de ensino que ela não é.

No entanto ela oferece atualmente pelo menos cinco disciplinas, quatro das quais integram uma lista de 154 “disciplinas empreendedoras” (*sic*) elaborada pelo Núcleo de Empreendedorismo da USP (NEU), organização que orbita a Auspin e é “voltada para os estudantes”. Duas dessas disciplinas da PRPG começaram a ser ministradas já em 2019: “Inovação e Empreendedorismo” (PRG004) e “Fundamentos em Empreendedorismo”

(PRG005), ambas tendo entre seus docentes responsáveis o coordenador da Auspin, professor Luiz Henrique Catalani. Outras duas foram ativadas em 2021: “Laboratório de Inovação e Empreendedorismo” (PRG0016) e “Como Criar Uma Startup” (PRG0017).

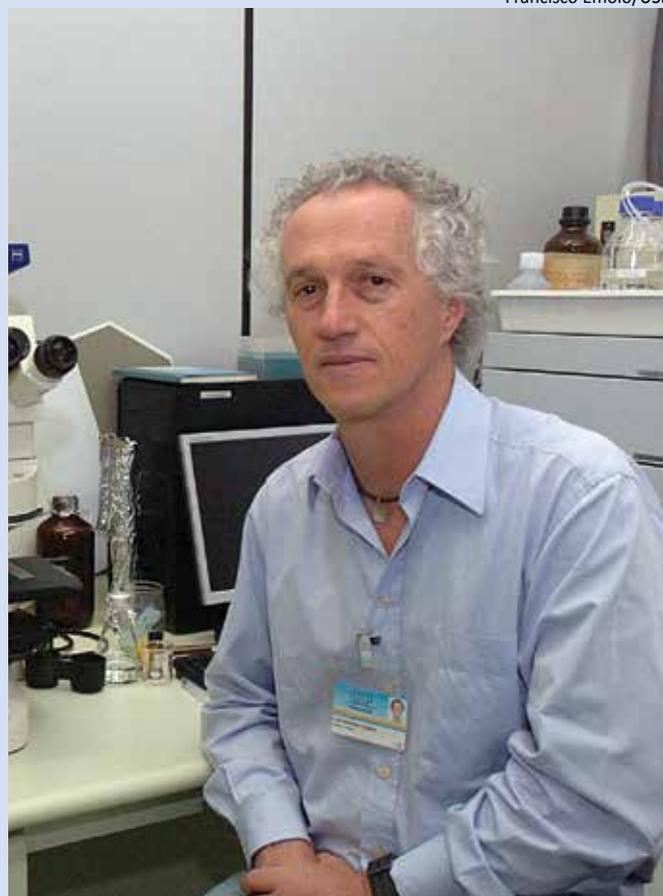
Outra disciplina oferecida pela PRPG, “Formação de Cientista Empreendedor” (DPG5011), já foi objeto de reportagem do *Informativo Adusp Online* publicada em fevereiro último. Agora, dando continuidade aos seus planos, essa pró-reitoria oferece um “Programa de Formação Complementar – Oficina de Empreendedorismo”, exclusivamente destinado a mestrandos(as) e doutorandos(as) da USP “que cursaram, ou estão cursando, a disciplina DPG5011”.

O objetivo do programa, contraditoriamente abrigado no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) da pró-reitoria, é “aperfeiçoar a formação” desses(as) pós-graduandos(as), “em particular no que tange a dar continuidade ao desenvolvimento de seu projeto de empreendedorismo baseado na sua tecnologia desenvolvida durante a etapa pedagógica na disciplina DPG5011”.

Assim, a PRPG pretendia ofertar, durante o segundo semestre de 2023, “oitenta bolsas exclusivas para alunas e alunos da USP” que viessem a participar da “Oficina de Empreendedorismo”. No entanto, a julgar pelas informações disponíveis na página da pró-reitoria, apenas 37 pós-graduandos(as) se habilitaram a participar do programa, e destes(as) somente 22 farão jus às bolsas. Os demais 15 participarão na condição de “voluntariado”.

O crescente engajamento da PRPG na senda do empreendedorismo-inovacionismo é particularmente preocupante, porque desvirtua as finalidades dessa pró-reitoria e porque amplia o espectro da mercantilização na USP. A aposta institucional no “cientista empreendedor”, cabe sempre reiterar, é um ataque ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e, por meio dele, à universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

“As ciências e suas finalidades jamais deveriam se pautar pelo empreendedorismo, mas sim por questões que envolvem o conjunto da sociedade, pelos fenômenos que se relacionam com as mais diversas áreas de conhecimento”, considera a professora Michele Schultz, presidente da Adusp. “A formação, além da dimensão da atuação profissional, deve trazer consciência dos contextos sociais, históricos e culturais nos quais estamos inseridas e inseridos e isso vai muitíssimo além da formação para o



Catalani (Auspin) tem duas disciplinas na PRPG

‘mercado’ ou para o ‘empreendedorismo’, ou ainda para o ‘inovacionismo’. Pensar essa abordagem na pós-graduação *stricto sensu*, que pretende formar pessoas para a docência, é um verdadeiro ataque à formação reflexiva e contextualizada”, completa a docente da EACH.

### “Multidisciplinares”?

A peculiar versão do idioma português manejada pela alta burocracia da USP criou a expressão “disciplina empreendedora”, que é totalmente imprópria. A Auspin, nas mensagens que envia seja para docentes seja para estudantes, incorporou essa expressão. Em *e-mail* enviado em janeiro ao corpo discente, “em parceria” com o NEU, a Auspin divulgou *links* de acesso (mediante o preenchimento de formulários) à “lista de disciplinas empreendedoras USP para graduação e pós-graduação”, a saber: “disciplinas de empreendedorismo intensamente multidisciplinares [*sic*], uma ótima oportunidade para desenvolver suas habilidades e criar iniciativas inovadoras de caráter prático, com impacto social e econômico”.

A mensagem trazia ainda um chamado aos e às discentes para que participem do NEU (“Tem interesse em impactar milhares de estudantes da USP por meio do empreendedorismo? Considere se juntar ao NEU, temos vagas abertas para 2023!”), que se apresenta como “uma instituição da USP formada por estudantes, apoiada por pesquisadores e professores, com a missão de desenvolver a cultura de empreendedorismo de *startups* na USP, inspirando, capacitando e conectando pessoas”, e que trabalha “para que a USP se torne uma das universidades referência em empreendedorismo no mundo, assim como Stanford, MIT e a Universidade de Tel Aviv”.

Alunas e alunos são convidados pela Auspin e por seu braço NEU a “impulsionar sua graduação com as disciplinas de empreendedorismo e inovação ofertadas pela USP”, todas reunidas pela Auspin “em um só lugar”, sendo ainda “*disciplinas optativas livres que servem tanto para complementar as horas do curso, quanto para proporcionar aos estudantes enormes diferenciais com a diversidade de escolhas possíveis*” (destaques no original). Graças ao Hub USP Inovação, mantido pela Auspin, “é possível você escolher e adaptar o nível de complexidade das disciplinas optativas em 4 níveis: ‘Quero aprender’; ‘Tenho uma ideia, e agora?’, ‘Preciso testar minha ideia’ e ‘Tópicos Avançados em Empreendedorismo’”.

A lista que materializa essa narrativa pretensamente atraente, ainda que um tanto simplória, é a citada no início desta matéria, composta por 154 disciplinas oferecidas por 19 unidades — com exceção de nove que são interunidades e daquelas mantidas pela PRPG (e acima citadas).

As unidades que oferecem maior número das (mal) chamadas “disciplinas empreendedoras” são a Escola Politécnica (40), a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP, 16), a Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA, 15), o Instituto de Matemática e Estatística (IME, 13), a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e a Escola de Comunicações e Artes (ECA) com 11 cada uma.

Depois vêm Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e interunidades, com sete cada; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) e Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), com cinco cada uma; Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (ICMC), Faculdade de Direito (FD) e PRPG, com quatro cada; Escola de Engenharia de Lorena (EEL) e Fa-

culdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA), com três cada uma; e, com apenas uma disciplina cada, Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), Instituto de Psicologia (IP), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e Instituto de Física de São Carlos (IFSC).

Não há surpresa no tocante às três primeiras da lista do NEU/Auspin, porque Poli, FEA e FEARP sediam, somadas, nada menos do que sete fundações privadas ditas “de apoio”, as quais dispõem de expressivo poder econômico e político e na prática ditam, há décadas, os rumos das respectivas unidades, fortemente viesados para o mercado. Mas é possível encontrar disciplinas desse naipe em unidades ou áreas do conhecimento não tão óbvias.

No caso da EACH, a lista traz disciplinas que até fazem algum sentido para certos cursos da unidade de perfil mais “profissionalizante”, tais como “Empreendedorismo em Têxtil e Moda” (ACH2657) ou “Empreendedorismo em Informática” (ACH2008). Mas uma disciplina que não consta da lista é “Empreendedorismo em Gerontologia” (ACH3088), com carga horária total de 90 horas, criada no longínquo ano de 2011 e ativa ainda hoje, contando atualmente com 37 alunas(os).

“Empreendedorismo em Gerontologia” tem como objetivo “preparar o aluno para a participação ativa em novos empreendimentos na área da Gerontologia” e propõe-se a “simular empreendimentos na área de Gerontologia”. Porém, seu programa nada tem de específico no tocante a este ou a qualquer outro aspecto da saúde. Inclui “princípios fundamentais do empreendedorismo”, “orientações para o desenvolvimento de planos de negócio”, “caracterização de empreendimentos existentes: *benchmarking*” etc.

Há outras disciplinas desse tipo em outras unidades da área da saúde. Por exemplo: a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) oferece desde 2021 a disciplina “Inovação e Empreendedorismo em Saúde e Enfermagem” (ERG0111), com carga horária de 30 horas e que apresenta como objetivo fazer com que o(a) aluno(a) “seja capaz de compreender conceitos e abordagens fundamentais relacionadas à inovação, ao empreendedorismo, intraempreendedorismo [*sic*] e empreendedorismo social que favoreçam o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que contribuem para identificação de problemas

e soluções inovadoras relacionadas a assistência, educação, administração e gestão em saúde e enfermagem”. A ERG0111 também não consta da lista do NEU/Auspin.

A FM mantém um curso de nome semelhante, “Empreendedorismo e Inovação em Saúde” (MSP4061), ativado em 2020, que se propõe a fornecer “noções básicas de estratégias e regulamentações envolvidas nos processos de empreendedorismo e inovação”. Ao contrário de outras disciplinas, esta parece dar maior atenção a aspectos frequentemente negligenciados, ao fixar como um de seus objetivos “capacitar o aluno para o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo e inovação em produtos e processos na área de saúde que sejam relevantes para o desenvolvimento e sustentabilidade da atenção à saúde”, e ao incluir no programa um módulo denominado “Aspectos éticos e regulatórios e propriedade intelectual”. Por outro lado, embora faça referência ao “ecossistema brasileiro” de empreendedorismo, toda a bibliografia utilizada é em inglês e quase toda do MIT.

A FMVZ oferece a disciplina “Empreendedorismo” (VCI5788), ativada em julho de 2022, cuja ementa é bastante elucidativa a respeito de seu propósito. “Promover ampla visão dos conceitos básicos e linguagem do Empreendedorismo, bem como despertar e estimular a capacidade reflexiva acerca das atitudes Empreendedoras, assim como da transferência de tecnologia da Universidade para o Mercado”, eis seu objetivo.

Salta à vista o teor acrítico de ementas e enunciados de diversas das disciplinas, que repetem fórmulas consagradas no jargão empresarial. Por exemplo: será que é mesmo necessária a inserção de “conceitos empreendedores” nos cursos de saúde? Qual é a legitimidade do mercado para fazer tal exigência? Quais as implicações éticas de se empreender em área tão sensível como a saúde? Talvez essas questões sejam abordadas nas aulas, mas não há indícios disso nos textos disponíveis.

“O preocupante é a adesão acrítica que beira o dogmatismo nessa seara do empreendedorismo. Fico curioso de saber se há nessas disciplinas qualquer dimensão histórica e crítica do empreendedorismo, para que o fenômeno possa ser também entendido em contexto e em suas dimensões ideológicas. Resvala num discurso de auto ajuda que rebaixa o papel da universidade pública”, pondera ao *Informativo Adusp Online* o professor Renato Levi, do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA.

## Mestrado gratuito

A FEA, por sua vez, chegou a instituir um Mestrado Profissional em Empreendedorismo, “de natureza *stricto sensu* e gratuito”, que oferece, entre outras, a disciplina “Laboratório de Inovação e Empreendedorismo” (EAP5026), que objetiva “contribuir para a formação de empreendedores inovadores, bem como fomentar o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica (*startups*) e iniciativas de *corporate venture* (ou seja, investimentos de empresas estabelecidas em *startups*)”. Trata-se de uma disciplina que “busca integrar e aplicar os conceitos abordados em outras disciplinas relacionadas ao empreendedorismo e, em particular, aquelas oferecidas pelo Programa de Mestrado Profissional em Empreendedorismo”, sendo que seu conteúdo “pode ser considerado como uma etapa de pré-aceleração de novos negócios”, de modo que se pretende “dar suporte ao aluno para o desenvolvimento da estratégia do seu empreendimento e a definição do seu modelo de negócio”.

Como vimos acima, a PRPG oferece uma disciplina com idêntico nome: “Laboratório de Inovação e Empreendedorismo” (PRG0016), com carga de 120 horas e cujos objetivos e programa são semelhantes aos da disciplina da FEA. Ambas têm como base conceitual “a inovação de modelo de negócio, que é estudada por meio de um método estruturado, denominado Jornada da Inovação de Modelo de Negócio”. Chama atenção o fato de que a extensa bibliografia é toda em inglês, tendo como única exceção a tese de livre-docência do professor Marcelo Pedroso (FEA), responsável pela disciplina.

Embora reúna um alto número de disciplinas efetivamente dedicadas ao mundo dos negócios, o rol organizado pelo NEU/Auspin incluiu diversas que não têm relação clara com empreendedorismo ou inovação. É o caso de “Liderança e Comportamento Humano” (PST0391), do IP. De acordo com o tópico “O que agrega ao empreendedor?”, essa matéria permite “Refletir sobre a condição social do ser humano e suas implicações na organização do trabalho como atividade grupal”, explicação um tanto vaga para justificar sua inserção na lista.

Do mesmo modo, a maior parte das 13 disciplinas do IME citadas não tem vinculação, sequer remota, aos temas do “quarto pilar”. São os casos de “Introdução à computação” (MAC0110 e 2166), “Introdução à computação para Ciências Humanas” (MAC0113), “Introdução à Computação para Ciências Exatas e Tecnologia” (MAC0115), “Princípios

de Interação Humano-Computador” (MAC0446), “Técnicas de Computação” I e II (MAC0216 e 0218).

Aspecto digno de nota da lista de “disciplinas empreendedoras” é que a FM e a Esalq, duas unidades que, historicamente, apresentam extenso e profundo envolvimento com fundações privadas ditas “de apoio” e com o processo de mercantilização da universidade, possuem cada uma delas uma única disciplina desse tipo na lista do NEU/Auspín. O que sinaliza, quem sabe, a opção por uma

dedicação prioritária aos projetos (altamente) remunerados que beneficiam grupos de docentes dessas unidades, e por outro lado atenção bem menor ao propósito da Reitoria de estimular “proselitismo pedagógico” em favor do empreendedorismo-inovacionismo.

#### Nota

Nesta versão, o texto foi atualizado com correções e foram suprimidos pequenos trechos da matéria original.

# “BOLSAS DE EMPREENDEDORISMO” DA AUSPIN SERÃO CONCEDIDAS MEDIANTE AFERIÇÃO DO “GRAU” E DO “TEOR INOVADOR-EMPREENDEDOR” DOS PROJETOS

*Informativo Adusp Online, 19 de abril de 2024*

A Agência USP de Inovação (Auspín) publicou o Edital 1.903/2024, referente às suas “bolsas de empreendedorismo”, programa de subsídio ao intercâmbio com instituições estrangeiras, e cuja finalidade declarada é “oferecer oportunidades para desenvolver projetos relacionados à inovação e empreendedorismo”. O montante investido no programa é de R\$ 1,16 milhão e o valor das bolsas varia de R\$ 6 mil (América Latina) a R\$ 10 mil (“outros destinos”).

O programa é definido pela Auspín como uma chamada anual “com o objetivo de apoiar alunos da graduação interessados em desenvolver atividades relacionadas ao empreendedorismo, habitats de inovação, empresas e centros de pesquisa no exterior”, e que “oferece oportunidade de aprendizado técnico e mercadológico, bem como de estabelecimento de rede de contatos e parcerias”. Implantadas pela Portaria GR 6.640/2015, as “bolsas de

empreendedorismo” estão inseridas no Programa de Bolsas de Intercâmbio Internacional para alunos de Graduação da USP, tendo como meta “proporcionar experiência internacional em atividades de inovação e empreendedorismo aos alunos da graduação”.

Em reportagem publicada em abril de 2023 o *Informativo Adusp Online* apontou uma série de características bastante questionáveis do programa, tais como a participação de empresários ou representantes de empresas privadas nas bancas que escolherão os projetos vencedores; a inclusão de startups e outras empresas entre as instituições de destino elegíveis para o intercâmbio; a aferição da “relevância” das instituições universitárias de destino “considerando a sua classificação nos principais rankings mundiais de sua área e sua relevância na realização de projetos de cunho inovador/empreendedor”, que pode excluir, por exemplo, universidades da América Latina.

Tais parâmetros foram mantidos no Edital 1.903/2024, uma vez que todas as inscrições “serão avaliadas por comissão *ad hoc* da Auspin, formada por especialistas do setor empresarial e comunidade USP”, e o principal critério da seleção é a “Análise do Projeto de Empreendedorismo e Inovação”, com peso 6. Um dos itens da análise é denominado “**Grau de empreendedorismo/ inovação do Projeto**”, e nele “deverá ser verificado o **teor inovador/empreendedor da proposta** e a mobilização destes conceitos [inovação e empreendedorismo]” (destaques nossos).

O edital não explicita, todavia, com quais instrumentos e métricas serão verificados e medidos o “grau de empreendedorismo-inovação” e o “teor inovador-empreendedor do projeto”.

O critério “Análise da Instituição no Exterior”, com peso 2, consiste na verificação da “relevância da instituição de destino considerando a sua classificação nos principais *rankings* mundiais de sua área”, etc., como no edital anterior. O critério “Análise do Perfil do Candidato”, também com peso 2, veta participação de “projetos de pesquisa de cunho prioritariamente e/ou exclusivamente acadêmico”.

“Nenhuma surpresa com este tipo de edital, considerando a visão ‘empreendedora’ desta gestão e das anteriores”, comenta o professor Marcelo Zaiat, diretor regional da Adusp em São Carlos. “O cenário fica pior se considerarmos que as bolsas acadêmicas são menores que as ‘empreendedoras’, e excludentes, pois o-a discente tem que bancar parte dos custos já que a bolsa não é suficiente para a manutenção”.

## “Extraordinária publicação”

Sabemos que há uma Comissão Editorial e a própria Diretoria da Adusp e o nosso desejo — desta presidência e da Diretoria do Sincomerciários — é que toda a gestão da instituição saiba que ela [Revista Adusp] é um primor e que pensa, faz pensar e ajuda na consolidação da nossa democracia. Nossos parabéns a todos que fazem dela a única no gênero, no país.



Os fatos ocorridos em 8 de janeiro [de 2023] alertam para uma situação ainda não resolvida e que é preocupante. O artigo de abertura “Tutela militar até quando?” é emblemático. Chama o artigo 142 da Constituição Federal com toda razão de “bizarro” e descreve sua origem e objetivos nada democráticos da sua existência. Enfim, extraordinária publicação que está em nosso acervo para leituras, exames, e, por que não, consultas.

Agradecemos a gentileza da remessa e cumprimentamos a Adusp pela construção da revista, algo da maior importância para o país e para os brasileiros.

**Márcia Caldas**

Presidente do Sincomerciários da Região Metropolitana de São José do Rio Preto